

TVR
N.º 243, DE 2021
(Do Poder Executivo)
MSC 277/2021
OF 503/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.912, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Fartura, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 1.028, de 9 de maio de 2016 - Grupo Mutirão, no município de Luís Gomes - RN;

2 - Portaria nº 1.034, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro Leopoldo, no município de Pedro Leopoldo - MG;

3 - Portaria nº 1.457, de 9 de maio de 2016 - Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Assunção, no município de Assunção - PB;

4 - Portaria nº 1.817, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Olímpia, no município de Nova Olímpia - PR;

5 - Portaria nº 1.842, de 9 de maio de 2016 - Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social MetrÓpole, no município de Andradina - SP;

6 - Portaria nº 1.844, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis - ACVOLCAJA, no município de Jardinópolis - SP;

7 - Portaria nº 1.952, de 10 de maio de 2016 - Associação Cultural de Santa Margarida, no município de Santa Margarida - MG;

8 - Portaria nº 6.691, de 6 de janeiro de 2016 - Associação Beneficente e Cultural Padre Bernardo, no município de Macajuba - BA;

9 - Portaria nº 570, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas, no município de Salinas - MG;


10 - Portaria nº 1.100, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida, no município de Boa Vista da Aparecida - PR;

11 - Portaria nº 1.448, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária do Centro Rural de Tarumã, no município de Tarumã - SP;

12 - Portaria nº 1.844, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã, no município de Tabapuã - SP;

- 13 - Portaria nº 1.879, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Radiodifusão de Bom Princípio do Piauí, no município de Bom Princípio do Piauí - PI;
- 14 - Portaria nº 1.896, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Rádio Ondas Verdes FM, no município de Tacuru - MS;
- 15 - Portaria nº 1.910, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Rádio de São João do Piauí, no município de São João do Piauí - PI;
- 16 - Portaria nº 1.912, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura, no município de Fartura - SP;
- 17 - Portaria nº 1.914, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Vila Alzira, no município de Aparecida de Goiânia - GO;
- 18 - Portaria nº 1.921, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Ribamarense, no município de São José de Ribamar - MA;
- 19 - Portaria nº 1.947, de 7 de junho de 2017 - Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Fontoura Xavier, no município de Fontoura Xavier - RS;
- 20 - Portaria nº 1.961, de 7 de junho de 2017 - Associação Rádio Comunitária Campestre FM, no município de Campestre - AL;
- 21 - Portaria nº 1.964, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Dona Maria Vergentina, no município de Guaíra - SP;
- 22 - Portaria nº 1.966, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Comunitária Jacutinguense de Rádio Difusão, no município de Jacutinga - MG;
- 23 - Portaria nº 1.969, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Comunitária União de São Tiago, no município de São Tiago - MG;
- 24 - Portaria nº 1.993, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária do Canjamba, no município de Ressaquinha - MG;
- 25 - Portaria nº 2.193, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Nossa Senhora da Penha, no município de Gameleira - PE;
- 26 - Portaria nº 2.624, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Atividade de Juquiá, no município de Juquiá - SP;
- 27 - Portaria nº 3.173, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária João Carlos Zoby, no município de São João - PE;
- 28 - Portaria nº 5.224, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária e Cultural de Ouro Verde, no município de Ouro Verde - GO;
- 29 - Portaria nº 5.745, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Codajás, no município de Codajás - AM; e
- 30 - Portaria nº 6.738, de 16 de janeiro de 2018 - Associação de Comunicação Comunitária de Brejo do Cruz, no município de Brejo do Cruz - PB.

Brasília, 16 de junho de 2021.


Assinado digitalmente por:
JAIR MESSIAS BOLSONARO
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

Brasília, 3 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.055775/2011-40, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura, inscrita no CNPJ nº 02.682.166/0001-60, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 27 de Setembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Fartura, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13985/2016/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1912, de 07 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 1912/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.055775/2011-40 e nº 53830.001735/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de **27 de Setembro de 2011**, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Fartura/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1793298** e o código CRC **2D59CBF1**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 503/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 1.028, 1.034, 1.457, 1.817, 1.842, 1.844, 1.952 e 6.691, de 2016; 570, 1.100, 1.448, 1.844, 1.879, 1.896, 1.910, 1.912, 1.914, 1.921, 1.947, 1.961, 1.964, 1.966, 1.969, 1.993, 2.193, 2.624, 3.173, 5.224 e 5.745, de 2017; e 6.738, de 2018.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.017162/2015-94

SEI nº 2648250

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37224/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.055775/2011-40.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4702444** e o código CRC **6BFC6242**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 055775/2011-40

SEAPA/SCE

03/11/2011-14:58

Assunto: **Renovação**

Protocolo de Outorga nº: 53830.001735/98

1. Frente à publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, item 20, e visto que o ato de outorga da **Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura - ACEAF**, na localidade de **Fartura / SP**, tem validade até 27/09/2011, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 01 de novembro de 2011.


BRUNA PACHECO GONÇALVES DE MEDEIROS
Agente Administrativo

Bruna Pacheco Gonçalves de Medeiros
Siapa n.º 1785958
Agente Administrativo

02.682.166/0001-60

2202
2202
2202

2202
2202
2202



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 6634 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 04 de novembro de 2011.

Ao Senhor

EDUARDO RIBEIRO GARCIA

Representante Legal da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura - ACEAF
Rua Jerônimo de Andrade, nº 135
18870-000 Fartura - SP

**Assunto: Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária/
Processo nº. 53000.055775/2011-40.**

Senhor Representante Legal,

1. De acordo com a Lei 9.612/1998, art. 6º, alteração pela Lei 10.597/2002 a outorga para prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 (dez) anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas disposições vigentes.

2. Visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF** tem validade até 27/09/2011, e tendo em vista a publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, comunicamos que a Entidade poderá encaminhar caso deseje pleitear a renovação de sua outorga Requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 da Norma nº 1/2011, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, acompanhado, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação; (x)

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel; (8)

III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ válido e atual; (9)

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3; (19)

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas; (18)

VI. Declaração constante do Anexo 14 desta Norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

- a) não veicula nenhuma publicidade, veiculando apenas mensagens de apoio cultural; (22)
- b) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; (22)
- c) cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo à produção independente, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal; (22)

VII. Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação; (23)

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora; (26)

IX. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede; (28)

X. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

Obs. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

4. De acordo com a Norma nº 1/2011, esclarecemos que:

- I. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecidas as exigências desta Norma e demais disposições legais vigentes.

- II. As entidades que cumprirem o disposto nos subitens 20.2 e 20.2.1 poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.
- III. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente.
- IV. Os documentos devem ser apresentados no original ou em cópia autenticada e encaminhados via postal ou apresentados diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações.
- V. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.
5. Comunicamos que a Norma nº 1/2011 e os modelos padronizados estão disponíveis no endereço eletrônico: www.mc.gov.br.
6. Será facultado, a essa entidade, nos termos do item 20.2.1 da Norma nº 1/2011, prazo de 3 (três) meses contados da publicação da referida Norma, apresentar os itens solicitados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

Atenciosamente,



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária





55775111
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL DE FARTURA – ACEAF
87,9 – FM - “A COMUNITÁRIA”



Ofício 01/2012

Fartura, 14 de janeiro de 2012.

SP

47

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRÁSILIA - DF

53000 003190/2012-25

SEAPA/SCE

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA** para execução de Serviços de Radiodifusão Comunitária/Processo nº 53000.055775/2011-40.

Ilmo Senhor:

Com referencia ao supra citado, vimos encaminhar em anexo todos os documentos solicitados:

- 1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
- 2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;
- 3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
- 4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;
- 5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
- 6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- 7 - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:-.....
- 8 - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;
- 9 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora;
- 10 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;
- 11 - laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;
- 12 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional

SEI 0



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL DE FARTURA – ACEAF
87,9 – FM - “A COMUNITÁRIA”



habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

Na certeza das providencias a fim, renovamos nossos protestos de estima e consideração,

Atenciosamente

Eduardo Ribeiro Garcia

Presidente da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura
ACEAF

Ilmo Senhor OTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador Geral Radiodifusão Comunitária
Ministério das Comunicações
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
Brasília - Distrito Federal.

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

**A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE
FARTURA - ACEAF**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.682.166/0001-60, com sede à Rua
Geronimo de Andrade, nº 135, na cidade de **FARTURA**, Estado São Paulo, CEP 18870-
000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada
conforme Portaria nº 279 datada de 14/06/2000 e Decreto Legislativo nº 260 publicado no
Diário Oficial da União datado de 14/06/2000, vem respeitosamente à presença de V. Exa.
requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária
em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a
documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº
462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Fartura, 10 de janeiro de 2012.



Eduardo Ribeiro Garcia
Presidente da ACEAF

Nome do representante da entidade:

Eduardo Ribeiro Garcia

CPF: 163.890.348-49

2



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, **EDUARDO RIBEIRO GARCIA**, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF**, atesto para os devidos fins que:

- A emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Fartura, 10 de janeiro de 2012.

Eduardo Ribeiro Garcia
Presidente da ACEAF

Nome do representante da entidade:

Eduardo Ribeiro Garcia

CPF: 163.890.348-49

BOA TARDE
EDUARDO RIBEIRO GARCIASistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO » Nada Consta | menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA EDUCACAO AMBIENTAL DE FARTURA
CNPJ: 02.682.166/0001-60

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:15:08 do dia 29/11/2011 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/12/2011.

Certidão expedida gratuitamente.



Receita Federal



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.682.166/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 11/08/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA EDUCACAO AMBIENTAL DE FARTURA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R GERONIMO DE ANDRADE	NÚMERO 135	COMPLEMENTO	
CEP 18.870-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO FARTURA	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/08/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia **29/11/2011** às **14:10:58** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

5

Registro de Imóveis e
Anexos - Fartura - SP

Fls.	Ass.
01	0

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Fls.	Ass.
38	0

CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA, DENTRE OUTROS ASSUNTOS

M. das Comunicações
P. 10
Ribeiro

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Renata de Castro Duarte
Registradora

Aos 06 (seis) dias do mês de dezembro de 2009, às 9,00 (nove) horas, na Rua Gerônimo de Andrade, 135, reuniram-se os associados da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura, conforme convocação feita por edital publicado no Jornal Sudoeste do Estado, edição do dia 21/11/09, nº 1063, página 3-5; bem como por aviso pessoal aos associados, para o fim específico de realizar Assembléia Geral Extraordinária para efetuar diversas mudanças estatutárias, por solicitação do Ministério das Comunicações, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Departamento de Outorga de Serviços, dentre outros assuntos também objetos da convocação. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente Eduardo Ribeiro Garcia, este convocou a Sra. Beatriz Romano da Silva Teixeira para secretariar tais trabalhos e informou aos associados presentes que diversas mudanças estatutárias se faziam necessárias para adequar o atual estatuto vigente, que é do ano de 1998, à atual legislação, conforme solicitação dos órgãos federais anteriormente citados. As alterações que se faziam necessárias eram as seguintes: 1) acréscimo à letra "a" do Artigo 2 do seguinte texto: "sendo um dos objetivos básicos a finalidade específica de "executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária", conforme incisos I a V do art. 3º da Lei 9.612/98"; 2) acréscimo ao Art. 3 das seguintes letras: a) a todo e qualquer cidadão domiciliado na localidade de Fartura é assegurado o ingresso no quadro associativo, b) a todos os associados, pessoas físicas, é assegurado o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade em todas as suas instâncias deliberativas existentes; 3) transposição para o Art. 4 do Estatuto Modificado do Parágrafo 1º do Art. 3 do Estatuto Anterior; 4) Substituição do Art. 4 do Estatuto Anterior, que passou a ser o Art. 5 do Estatuto Modificado, 5) O Art. 4 do Estatuto Modificado passou a ter a seguinte redação: " É assegurado o ingresso, como associada, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos sediadas na localidade de Fartura – SP, a quem é conferido, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade em todas as suas instâncias deliberativas existentes", 6) Os Arts. 12 e 13 do Estatuto Anterior passaram a ser os Arts. 14 e 15 do Estatuto Modificado; 7) O Art. 12 do Estatuto Modificado passou a ter a seguinte redação: "Art. 12 – Do Conselho Comunitário: a) O Conselho Comunitário será composto, por no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local ou da área urbana da localidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei 9.612, de 1998, b) O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei, c) A entidade manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário; 8) O Art. 13 do Estatuto Modificado passou a ter a seguinte redação: "Art. 13 – Todos os dirigentes deverão manter residência na área da comunidade de Fartura – SP. Parágrafo Único – Somente poderão fazer parte da Diretoria Executiva os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, e, estes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que de alguma maneira lhes assegurem imunidade parlamentar ou foro especial; 9) O Art. 23 do Estatuto Anterior passou a ser o Art. 25 do Estatuto Modificado, com o acréscimo do seguinte

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Angela Maria Erustes

Beatriz

Comunicação
de
Rúbrica
do
SS

texto: "valendo ainda expressamente para o caso as disposições legais do Código Civil, Art. 59, caput, parágrafo único"; 10) O Art. 24 do Estatuto Anterior passou a ser o Art. 26 do Estatuto Modificado com o acréscimo do parágrafo 2º e o seguinte texto: "Parágrafo 2º - todas as receitas da entidade serão utilizadas única e exclusivamente, para o consecução das finalidades institucionais da associação"; 11) O Art. 28 do Estatuto Anterior passou a ser o Art. 31 do Estatuto Modificado; 12) O Art. 28 do Estatuto Modificado passou a ter a seguinte redação: "Art. 28 - Não haverá, sob nenhuma circunstância, distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados"; 13) Ao Art. 31 do Estatuto Modificado, letra c, foi acrescentado o seguinte texto: "valendo ainda expressamente para o caso, as disposições do Código Civil, Art. 59, caput, parágrafo único"; 14) O Art. 29 do Estatuto Anterior passou a ser o Art. 32 do Estatuto Modificado, alterando-se sua redação que passou a ter o seguinte teor: "Art. 32 - A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivos, Fiscal ou por 1/5 (um quinto), no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação"; 15) O Art. 35 e Parágrafo Único do Estatuto Anterior passou a ser o Art. 38 e Parágrafo Único do Estatuto Modificado, alterando-se a sua redação que passou a ter o seguinte teor: "Art. 38 - A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembléia pelo Presidente, especificamente para esse fim e conforme maioria de 2/3 (dois terços), e após se dará destino ao seu patrimônio líquido, que deverá ser destinado a outra associação ou entidade de fins não econômicos e com o mesmo fim ou ao Poder Executivo Municipal. Parágrafo Único - Os Dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Entidade."; 16) Com o acréscimo de artigos ao Estatuto Modificado foram automaticamente renumerados diversos artigos do Estatuto Anterior. Colocada em votação as alterações estatutárias anteriormente elencadas elas foram aprovadas por unanimidade por todos os presentes e o ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA passou a ter a seguinte redação: "ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA CAPÍTULO I DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS Art. 1 - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA, é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social. Atuando no âmbito distrital, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes de Fartura. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, não religiosa, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergências, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. A Associação terá duração indeterminada, com número limitado de sócios, e sua sede provisória está localizada no endereço: Rua Geronimo de Andrade, n.º 135 Fartura SP."

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Angela Maria Erustes

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Rene de Castro Duarte
Registrador

Art. 2 - Os objetivos sociais que fundamentam sua constituição são os seguintes:

- a) Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural, sendo um dos objetivos básicos a finalidade específica de "executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária", conforme incisos I a V do art. 3º da Lei nº 9.612/98;

Brust

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Fis. 04	Ass.

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Fis. 11	Ass.

M. das Co
Fls. 13
L. 13
C. 13

Art. 4 – É assegurado o ingresso, como associada, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na localidade de Fartura – SP, a quem é conferido, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade em todas as suas instâncias deliberativas existentes.

Parágrafo 1º - Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste Estatuto, assinando-o como prova de concordância com as suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhados ao conselho comunitário.

Parágrafo 2º - Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

Parágrafo 3º - Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

- FUNDADORES – os que participam das reuniões preliminares e/ou da Assembléia de instalação da associação;
- CONTRIBUINTES – os que se inscrevem após o encerramento do Livro de fundação e mantenham suas contribuições e participação em dia;
- HONORÁRIOS – cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.

Art. 5– São deveres inalienáveis e intransferíveis dos associados:

- Aceitar como seus os objetivos fundamentais da associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social, o Programa de Atividades e as instruções da Diretoria aprovadas pelos Conselhos ou Assembléias;
- Prestigiar, com sua presença, ou com representação, eventos e atividades programadas, justificando, de alguma forma o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidade que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade dos trabalhos e atividades;
- Recolher com pontualidade as condições financeiras aprovadas nas Assembléias indicando, a tempo, quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à Diretoria no cumprimento de obrigações assumidas em nome da Associação.

Art. 6 – Ao associado que infringir o Estatuto Social, as Normas Regimentais, os Planos de Atividades e as decisões aprovadas em Assembléias ou emitidas na forma de Estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- Advertência pôr escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;
- Suspensão de suas atividades sociais pôr tempo determinado;
- Afastamento do quadro social.

Parágrafo 1º - O desligamento de associado do Quadro Social só poderá ser aplicado após denúncia da Secretária ou da Tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

Parágrafo 2º - Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas com aprovação do Presidente.

CAPÍTULO III DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO Art. 7 – São Legítimos Dirigentes:

- Presidente
- Vice – Presidente
- Secretário
- Tesoureiro
- Conselho Comunitário

Brust

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Renezo de Assis Duarte
Registrador

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Angela Maria Etustes

Art. 8 – Compete ao Presidente:

- Representar a Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura, em todos os Atos Públicos, em Juízo e fora dele;
- Presidir as reuniões da Diretoria e convocá-las para Atos decorrentes das Atividades Associativas;
- Presidir às assembléias extraordinárias;
- Presidir Conferências, debates, palestras, reuniões, sessões, atividades públicas da Associação;
- Dar posse ao membro da Diretoria;
- Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;
- Supervisionar quaisquer atividades da Entidade;
- Assinar contratos, convênios, acordo e praticar atos da administração em geral, aceitar bens em comodato;
- Assinar com o secretário as Atas de Reuniões e Assembléias;
- Assinar com o Tesoureiro, os contratos que obriguem a Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura, a quaisquer ordem de pagamento ou movimentação de fundos sociais, inclusive cheques ou levantamento de depósito e quaisquer espécie de título, cauções, ordem de pagamento, previsão orçamentária, balanços, balancetes e relatórios financeiros.

Parágrafo Único – O Presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes Diretores em ordem: Vice – Presidente e Tesoureiro.

Art. 9 – Compete ao Vice – Presidente:

Auxiliar o Presidente em tarefas por ele designada e substituí-lo na ordem procedente, desde que não haja algum impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.

Art. 10 – Compete ao Secretário:

Superintender os trabalhos da Secretaria de forma eficiente para a boa organização da entidade e:

- Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da Diretoria e das Assembléias;
- Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da secretaria mantendo-o em dia;
- Lavar, subscrever as Atas de Reunião da Diretoria e das Assembléias;
- Fornecer ao Presidente, todos os dados solicitados sobre as atividades da entidade e do seu trabalho.

Art. 11 – Compete ao Tesoureiro:

- Assinar com o Presidente, cheques e todos os documentos financeiros sempre que solicitados;
- Apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil;
- Arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições;
- Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- Manter os lançamentos com toda clareza e arquivamento de comprovantes;
- Fornecer ao Presidente, quando solicitado, todos os dados referentes às suas atividades;
- Substituir o Presidente na ordem de presidência.

Art. 12– Do Conselho Comunitário:

- O Conselho Comunitário será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local ou da área urbana da localidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei 9.612, de 1998.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
FARMACIA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Rafael de Castro Duarte
Secretaria

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Angela-Maria Erustes

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Fis. 06	Ass. 0

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Nº 43	Ass. 0

SSC
M. das Comunicações
Fis. 15
M. Roraima

- b) O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.
- c) A entidade manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

Art. 13 – Todos os dirigentes deverão manter residência na área da comunidade de Fartura – SP.

Parágrafo único – Somente poderão fazer parte da Diretoria Executiva os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, e, estes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que de alguma maneira lhes assegurem imunidade parlamentar ou foro especial.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES
Art. 14 – O Mandato da Diretoria Executiva será de cinco anos, com direito a reeleição ou recondução ao cargo quando não houver interessados.

Parágrafo Único – Não será permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da Associação por membros da Diretoria ou do Conselho sem a devida autorização da Diretoria com a conseqüente fixação de custos e taxas correspondentes.

Art. 15 – As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixadas pela Assembléia, com proposta a aprovação da Diretoria Executiva.

Art. 16 – A Associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovada em Assembléia Extraordinária convocada para este fim, com voto favorável de, no mínimo, um terço dos associados em situação regular.
CAPÍTULO V DAS ELEIÇÕES
Art. 17 – Os sócios poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.

Art. 18– Somente poderão votar os filiados até 180 (cento e oitenta) dias antes da data das eleições.

Art. 19– Somente poderão ser votados os filiados até 12 (doze) meses antes da data das eleições.

Art. 20– As chapas poderão inscrever-se até 60 (sessenta) dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Art. 21 – A Assembléia para as eleições será convocada por edital público no jornal de grande circulação no município sede da associação.

Art. 22 – As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.

Art. 23– As chapas inscritas poderão indicar 02 (dois) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único – Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimento à Secretaria da Associação até 30 (trinta) dias antes das eleições.
CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS
Art. 24– A Presidência poderá autorizar a Secretaria – Geral e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Associação para assessorá-las.

Art. 25 – O atual Estatuto poderá ser alterado por qualquer diretor ou associado, desde que em Assembléia Geral essa alteração atinga 60 % dos votos, valendo ainda expressamente para o caso as disposições legais do Código Civil, Art. 59, caput, parágrafo único.
CAPÍTULO VII DO PATRIMÔNIO SOCIAL
Art. 26 – A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

- Contribuições regulares de filiados;
- Subvenções, auxílios e dotações;
- Doações e legados;

Eng.

Brat

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Renata das Neves Duarte
Registradora

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Angela Maria Erustes

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Fis. 07	Ass. D

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Fis. 111	Ass. [assinatura]

REC. M. das Comunicações
16
[assinatura]

- d) Rendas patrimoniais;
- e) Contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais;
- f) Arrecadação contributiva decorrente de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicação criadas pela Associação Comunitária, com base nos direitos legais, permitidos pela Constituição da República do Brasil;

Parágrafo 1º – Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixados pela Diretoria conforme critérios definidos em Assembléia específica.

Parágrafo 2º - todas as receitas da entidade serão utilizadas única e exclusivamente, para a consecução das finalidades institucionais da associação.

Art. 27 – A Presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviços de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

Art. 28 – Não haverá, sob nenhuma circunstância, distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados. CAPÍTULO VIII DA ASSEMBLÉIA GERAL Art. 29 – A Assembléia Geral é o órgão soberano da Associação e se reunirá, ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o "Livro de Presença", onde os sócios lançarão suas assinaturas.

Parágrafo 2º - Os trabalhos serão abertos pelo presidente da Associação que solicitará à Assembléia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-lo.

Parágrafo 3º - O Presidente da Assembléia, além do seu voto de sócio, , terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

Parágrafo 4º - As votações nas Assembléias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou pôr aclamação.

Parágrafo 5º - A Ata dos trabalhos, lavradas pelo Secretário será assinada pelos componentes da mesa e pôr 03 (três) sócios escolhidos pela Assembléia.

Art. 30– A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de outubro.

Art. 31– São atribuições da Assembléia Geral:

- a) Examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;
- b) Eleger, no devido tempo, os membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal;
- c) Destituir, quando assim o exigirem os interessados da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal, mediante o voto concorde de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados fundadores e efetivos, convocados especificamente para essa finalidade, em Assembléia Geral Extraordinária, valendo ainda expressamente para o caso, as disposições do Código Civil, Art. 59, caput, parágrafo único;
- d) Promover imediata substituição e pelo prazo restante do mandato, dos membros destituídos, na forma da letra c deste Artigo;
- e) Deliberar sobre os demais assuntos constantes da "Ordem do Dia".

Art. 32 – A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivos, Fiscal ou por 1/5 (um quinto), no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Art. 33– As Assembléias Gerais, tanto Ordinárias, quanto Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de 15 (quinze) dias, mediante edital à ser afixado na sede social e nas representações, além de comunicação pôr carta a todos os associados em dia com suas obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Art. 34– A Assembléia Geral deliberará, validamente, com a presença, pessoal ou através de procuração, da maioria dos associados.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral deliberará pôr maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.

Parágrafo 2º - Só poderá votar e ser votado, o sócio quite com a Tesouraria.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL Comarca de Fartura - Estado de São Paulo Re. [assinatura]
--

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL E PESSOA JURÍDICA Comarca de Fartura - Estado de São Paulo Angela Maria Erustes Oficiala Designada
--

[assinatura] P-Best

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Fls. 08	Ass. 2

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Fls. 10	Ass. 2

Parágrafo 3º - Os Sócios beneméritos poderão participar das Assembleias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a "Ordem do Dia".

Art. 35- Na falta do comparecimento à Assembleia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto na letra c, do Artigo 31. CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art.36 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da entidade

Art. 37 - O presente Estatuto entra em vigor nesta data.

Art. 38 - A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembleia pelo Presidente, especificamente para esse fim e conforme maioria de 2/3 (dois terços), e após se dará destino ao seu patrimônio líquido, que deverá ser destinado a outra associação ou entidade de fins não econômicos e com o mesmo fim ou ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único - Os Dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade. Fartura, 06 de novembro de 2009 EDUARDO RIBEIRO GARCIA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA RG 4.870.139 CPF 163890348-49 LAURO ROGÉRIO DOGNANI ADVOGADO OAB-SP 282752 RG 19.783.950 CPF 130831148-69 CPF 130831148-69. Como segundo item da pauta o Sr. Presidente solicitou autorização à Assembleia Geral Extraordinária para que a partir desta data todos os documentos relativos a Assembleias, Atas e outros que mereçam registro devam ser digitalizados, impressos e posteriormente colados aos respectivos livros para efeito de memória e registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos. A proposta foi aprovada pela unanimidade de votos dos associados presentes. Nada mais havendo a ser tratado o Sr. Presidente, Eduardo Ribeiro Garcia, deu por encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, determinando a mim, Beatriz Romano da Silva Teixeira, que lavrasse a presente ata, que será por mim e por todos os presentes assinada. Fartura, 06 de Dezembro de 2009.

Declaro que a presente cópia confere com o original constante das folhas 25, 25-verso, 26, 26-verso, 27, 27-verso, 28 e 28-verso do livro de Atas de número 01 da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura.

Fartura, 06 de dezembro de 2009.

EDUARDO RIBEIRO GARCIA
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA
RG 4.870.139
CPF 163890348-49

LAURO ROGÉRIO DOGNANI
ADVOGADO
OAB SP 282752
RG 19.783.950
CPF 130831148-69

Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da
Comarca de Fartura. Paulo Sergio Duarte - Preposto
Designado. Reconheço, em documento sem valor econômico,
por semelhança, as firmas EDUARDO RIBEIRO GARCIA, LAURO
ROGERIO DOGNANI. Dou fe.
Fartura(SP), 17 de dezembro de 2009
Em test. da verdade
Valido somente c/ selo Autenticidade Vr p/ firma: R\$2,90

Colado Notarial
d. arquiv. - SP
FIRMA 2
0305AA002833

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Rua Carlos de Faria, 233 - Sala 02 - CEP 14870-000
Tabelião Designado
Representado por Paulo Sérgio Duarte

OFICIAL DE R	ESTRO DE IMÓVEIS
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL	REPRESENTAÇÃO
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo	Registadora

SSCE
M. das Comunicações
17

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Angela Maria Erustes
Oficial Designada

Beatriz Romano da Silva Teixeira
Secretaria
RG=4.794.178
CPF=282.334.178-15

OFICIAL DE REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

PROTOCOLADO SOB Nº: 955

AV.05 no R.119, L94-2, fls.50

Valor Base: 0,00 Esc: 66,86 Est: 18,99

Cart: 14,11 Reg: 3,56 T.J: 3,56 Dilig: 0,00

21/01/2018 TOTAL: 107,08

LEONARDO FARIANO DE CASTRO DUARTE

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Renata de Castro Duarte
Registradora

Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da
Comarca de Fartura. Paulo Sergio Duarte - Preposto
Designado. Reconheço, em documento seu valor econômico,
por semelhança, a firma BEATRIZ ROMANO DA SILVA
TEIXEIRA, Dou fe.

Fartura(SP), 21 de dezembro de 2018.
Em test. da verdade
Valido somente c/ selo Autenticidade. Vlr p/ firma: R\$3,00



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Comarca de Fartura - Estado de São Paulo

Rua Padre Monsenhor José Trombi, nº. 182 - Telefone (14) 3382.3661 - CEP 18.870-000

CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia é reprodução autêntica da Ata da Assembléia
Geral Extraordinária para Alteração do Estatuto da Associação Comunitária de Educação
Ambiental de Fartura, datado 06 de dezembro de 2.009, extraída nos termos do artigo 19 da Lei
6.015/73, o qual encontra-se registrado sob o número 119, à folha 50, do livro A-2 de Registro Civil
de Pessoas Jurídicas. Nada Mais.

Fartura - SP,

28 NOV 2011

Valor cobrado pela certidão:

Emolumentos:	R\$.	13,36
Ao Estado:	R\$.	3,87
Ao IPESP:	R\$.	2,79
Ao R. Civil:	R\$.	0,68
Ao T. Justiça:	R\$.	0,68
Total:	R\$.	21,38

- () Angela Maria Erustes - Preposta Designada
(x) Luana Meneghel de Godoy - Escrevente

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Angela Maria Erustes
Oficiala Designada

**CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ACEAF -
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE
FARTURA, REALIZADA NO DIA 30/05/2008.**

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e oito, nesta cidade de Fartura, à Rua Jerônimo de Andrade, número cento e trinta e cinco, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária, os associados da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura - A.C.E.A.F. - para procederem à eleição dos membros da Diretoria Executiva e membros do Conselho Comunitário, para o quinqüênio de trinta e um de maio de dois mil e oito a trinta de maio de dois mil e treze. O Senhor Presidente abriu a assembléia lendo o "Edital de Convocação publicado no jornal "Sudoeste do Estado", edição de vinte e seis de abril de dois mil e oito, às folhas um - oito, conforme determinam os Estatutos da Associação em seu artigo dezenove. O Senhor Presidente afirmou que a única chapa apresentada no prazo legal de sessenta dias antes da eleição foi a chapa composta pelos seguintes associados: Presidente: Eduardo Ribeiro Garcia; Vice-Presidente: Luiz Carlos Faustino; Tesoureiro: Valdir Robson Pereira; Secretária: Beatriz Romano da Silva Teixeira. Colocada em votação pelo Senhor Presidente a única chapa apresentada no prazo legal, foi a mesma eleita por aclamação pelos associados presentes, com mandato até trinta de maio de dois mil e treze, tendo a seguinte formação: Presidente: Eduardo Ribeiro Garcia; Vice-Presidente: Luiz Carlos Faustino; Tesoureiro: Valdir Robson Pereira; Secretária: Beatriz Romano da Silva Teixeira. Logo após foram empossados os membros da nova diretoria e o Senhor Presidente nomeou o Conselho Comunitário, composto pelos seguintes cidadãos: Presidente Lauro Rogério Dognani; demais membros: Sidney Alves, Álvaro Soares de Souza Filho, Inês Faria Ferreira e Regina Mendes Maximiano. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e foi elaborada a presente ata que foi lavrada por mim, Beatriz Romano da Silva Teixeira, secretária e, achada conforme vai assinada por mim, secretária, e por todos os presentes.

CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO ÀS FOLHAS 23 -VERSO, 24 E 24 -VERSO DO LIVRO DE ATAS.

Eduardo
EDUARDO RIBEIRO GARCIA

RG 4.870.139 - SSP/SP

CPF 163890348-49

OFICIAL DE REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

PROTOCOLADO SOB Nº: 954

AV.04 no R.119, LGA-2, fls.50

Valor Bases: 0,00 Esc: 25,65 Est: 7,29

Cart: 5,40 Reg: 1,35 T.J: 1,35 Dilig: 0,00

21/01/2010

TOTAL: 41,04

Leonardo
LEONARDO FABIANO DE CASTRO DUARTE

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Renata da Castro Duarte
Registradora

OFICIAL DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA
JURÍDICA DA COMARCA DE FARTURA-SP

Rua Padre Monsenhor José Trombi, nº 182 - Telefone (14) 3382.3661 - Fartura - SP - CEP 18.870-000

CERTIDÃO: Certifico, que a presente cópia é reprodução autêntica da Ata da Assembléia Geral Ordinária da ACEAF - Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura, realizada no dia 30 de maio de 2008, e averbada em 21 de janeiro de 2010, a folha 50 do Livro A-4 deste Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Fartura, extraída nos termos do artigo 19 da Lei nº 8.015/73, Nada mais.

Fartura - SP,

30 NOV 2011

() Angela Maria Erustes - Preposta Designada
(x) Luana Meneghel de Godoy - Escrevente

Valor cobrado pela certidão:

Emolumentos:	R\$. 6,16
Ao Estado:	R\$. 1,77
Ao IPESP:	R\$. 1,29
Ao R. Civil:	R\$. 0,32
Ao T. Justiça:	R\$. 0,32
Total:	R\$. 9,86

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Angela Maria Erustes
Oficial Designada

Fartura, 07 de Janeiro de 2010.

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP		Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Fls.	Ass.	Vol.	L.S.
02	2	34	

AO

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CÍVEL DE
PESSOA JURÍDICA DE FARTURA – ESTADO DE SÃO PAULO.



COMPLEMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES – ACEAF – ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA.

Conforme solicitado, segue abaixo os dados de qualificação dos membros do Conselho Comunitário da Associação:

LAURO ROGÉRIO DOGNANI, brasileiro, solteiro, advogado, residente na Rua: Mário Monteiro de França, nº 382, nesta cidade de Fartura, portador do RG: 19.783.950 e do CPF: 130.831.148-69,

REGINA CÉLIA MENDES MAXIMIANO, brasileira, casada, do lar, residente na Rua: Estanislau Alves da Silva, nº 166, nesta cidade de Fartura, portadora do RG: 15.254.072 e do CPF: 189.297.198-48,

SIDNEY ALVES, brasileiro, casado, comerciante, residente na Rua: Belgrave Teixeira de Carvalho, nº 255, nesta cidade de Fartura, portador do RG: 8.490.871 e do CPF: 538.698.428-49,

ÁLVARO SOARES DE SOUZA FILHO, brasileiro, casado, comerciante, residente na Rua: Vitório Garbelotto, nº 281, nesta cidade de Fartura, portador de RG: 12.124.478-7 e do CPF: 015.441.428-03,

IGNEZ FARIA FERREIRA, brasileira, solteira, oficial de justiça, residente na Rua: Chica Vaz, nº 515, nesta cidade de Fartura, portadora de RG: 19.311.226-7 e do CPF: 142.777.178-29,

Sem mais para o momento apresentamos - lhes os votos de consideração.


EDUARDO RIBEIRO GARCIA

PRESIDENTE DA ACEAF – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AMBIENTAL DE
FARTURA

RG: 4.870,139 CPF: 163.890.348-49

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS TÍTULOS E DOCUMENTOS E CÍVEL 2ª CIRCUNSCRIÇÃO JURÍDICA Comarca de Fartura - Estado de São Paulo Renata de Castro Duarte Registradora
--

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CÍVEL E PESSOA JURÍDICA Comarca de Fartura - Estado de São Paulo Angela Maria Erustes Oficiala Designada
--

Fartura, 07 de dezembro de 2009

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP		Anexos - Fartura - SP	
Fis. 03	Ass. 03	35	03



AO

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E

CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE FARTURA – ESTADO DE SÃO PAULO

COMPLEMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES – ACEAF – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA

Conforme solicitado, segue abaixo os dados de qualificação dos membros da Diretoria Executiva da ACEAF – Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura:

PRESIDENTE: EDUARDO RIBEIRO GARCIA, brasileiro, casado, agricultor e oficial de justiça aposentado, residente na Rua Samuel de Oliveira, 212, nesta cidade, portador do CPF 163890348-49 e RG 4.870.139 SSPSP.

VICE-PRESIDENTE: LUIZ CARLOS FAUSTINO, brasileiro, casado, comerciante, residente na Rua Carlos Guimarães, 176, nesta cidade, portador do CPF 073855628-92 e RG 17.525.704 SSPSP.

TESOUREIRO: VALDIR ROBSON PEREIRA, brasileiro, casado, vendedor autônomo, residente na Rua Estanislau Alves da Silva, 78, portador do CPF 041487158-89 e RG 13.138.495 SSPSP.

SECRETÁRIA: BEATRIZ ROMANO DA SILVA TEIXEIRA, brasileira, casada, professora, residente na Rua José Eusébio da Encarnação, 19, portadora do CPF 282334178-15 e RG 4.794.137-x SSPSP.

Sem mais para o momento apresentamos-lhes os votos de consideração,


EDUARDO RIBEIRO GARCIA

PRESIDENTE DA ACEAF- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMBIENTAL DE FARTURA

RG 4.870.139

CPF 163890348-49

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL E PESSOA JURÍDICA Comarca de Fartura - Estado de São Paulo Fátima Rosário Duarte Registradora

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL E PESSOA JURÍDICA Comarca de Fartura - Estado de São Paulo Angela Maria Erustes Oficial Designada
--

Ata da Assembléia convocada pelo presidente da Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura, Eduardo Ribeiro Garcia, aos vinte e tres dias do mês de outubro de dois mil e dez, às nove horas reuniram-se os associados da Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura em sua sede a Rua Jerônimo de Andrade, 135, nesta cidade de Fartura: com a palavra, o senhor presidente explicou aos presentes, que atendendo a Artigo 8, a,b, Artigo 32 e Artigo 33 do **ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA**, convocação feita através do Jornal Sudoeste do Estado, edição numero 1123 de 16 de outubro de 2010, folhas C3-2 o qual constou a ordem do dia **"APRESENTAÇÃO, COMPOSIÇÃO E APROVAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO COMUNITÁRIO"**, tendo em vistas algumas alterações nas formas de regulamentação informadas pelo Ministério das Comunicações, evidenciado no estatuto já alterado e registrado em cartório, e atendendo o Artigo 12 que trata do assunto em pauta, considerando que os Conselheiros Comunitários constantes da nossa Associação por questões de mandatos em suas respectivas Entidades, deixaram seus cargos à outros, faz-se necessária uma nova composição, sendo apresentados nesse momento para aprovação ou não, as seguintes pessoas e suas respectivas Entidades representadas:

- 1- **Iveta Garcia**, brasileira, divorciada, bancaria aposentada, portadora do RG 10.986.044 e CPF 961.004.948-68, residente à Rua São Caetano, nº 184, Vila Nossa Senhora de Fatima. Presidente do **Centro Educacional de Educação Infantil Nossa Senhora de Fátima**.
- 2- **Benedito de Araujo de Souza**, brasileiro, casado, letrista e pintor, portador do RG 10.987.234 e CPF 132.251.538-77, residente na Rua Bertoni, nº 196, Centro, Presidente da **Organização de Serviços e Atendimento ao Adolescente Farturense, OSAF**.
- 3- **Darci Paiva Filho**, brasileiro, casado, suinocultor, portador do RG 2.048.164 e CPF 396.678.809-82, residente na Estrada Vicinal Fartura - Areias, Km 01, Presidente da **Cooperativa dos Criadores de Suínos da Caieiras de Fartura**.
- 4- **Tatiane Peres**, brasileira, solteira, estudante, portadora do RG 40.834.600 e CPF 333.086.528-89, residente Av. Maria José Carvalho Del Cistia, nº 57, Presidente da **Associação dos Estudantes Farturenses**.
- 5- **Gustavo Guilherme Garbellotto**, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG 10.466.523 e CPF 035.766.688-70, residente a Rua José Casemiro, nº 45, Presidente da **Associação Comercial e Industrial de Fartura**.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Angela Maria Erustes
Oficial Designada

Por aclamação foram aprovados todos os nomes e foi também indicada pela Assembléia como Presidente do Conselho Comunitário a Senhora Iveta Garcia; o Sr Presidente, agradeceu aos membros do Conselho anterior pela participação e doação do tempo disponibilizado a Associação, desejando um Deus lhes pague, também fez seu agradecimento aos que aqui compareceram e colocando-se a disposição de todos os associados.

Nada mais havendo a ser tratado, foi elaborada a presente Ata, que foi lavrada por mim, Beatriz Romano da Silva Teixeira, convocada pela Presidência para secretariar essa Assembléia, que após lida e achada conforme, será assinada por mim e pelos associados presentes.

OFICIAL DE REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

PROTOCOLADO SOB Nº: 1046

Av.6 no R.119, L09-2, fls.50

Valor Base: 0,00 Esc: 25,65 Est: 7,29
Cart: 5,40 Reg: 1,35 T.J: 1,35 Dilig: 0,00

18/01/2011

TOTAL: 41,04

LUANA MENDEL DE GODOY

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,

TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL

E PESSOA JURÍDICA

Comarca de Fartura - Estado de São Paulo

Angela Maria Erustes

Oficial Designada

7



DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, **EDUARDO RIBEIRO GARCIA**, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF**, declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Fartura, 10 de janeiro de 2012.

Eduardo Ribeiro Garcia
Presidente da ACEAF

Nome do representante da entidade: Eduardo Ribeiro Garcia
CPF: 163.890.348-49

8



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

- INDICAÇÃO DE GESTÃO -

Eu, **EDUARDO RIBEIRO GARCIA**, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF**, indico para os devidos fins, os respectivos responsáveis nas gestões abaixo:

- **AREA EDITORIAL** – Sr. **ELENILSON APARECIDO ROSOLEN**, portador do Registro Geral nº 21.538.347, emitido em 23/10/86 – SSP/SP E CPF nº 112.177.248-00, brasileiro.

- **DIREÇÃO DE PROGRAMAÇÃO** – Sr. **IVAN FERNANDES DE OLIVEIRA** - portador do Registro Geral nº 6.153.591, emitido em 20/11/70 – SSP/SP E CPF nº 238.003.808-20, brasileiro.

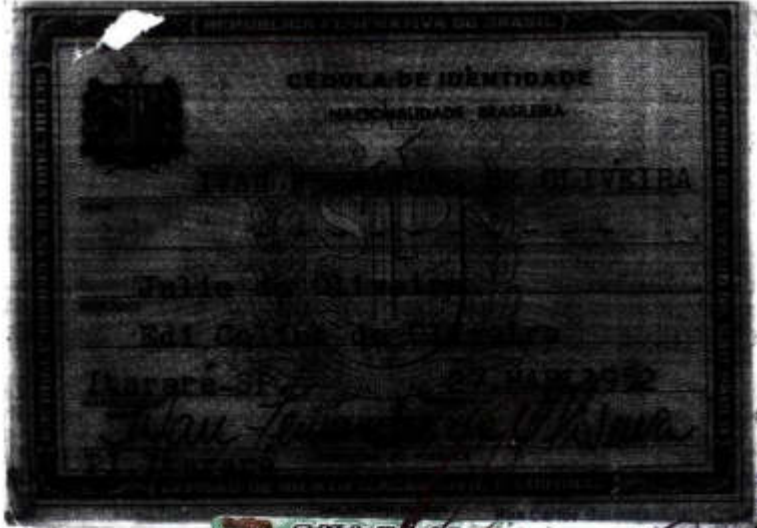
Fartura, 10 de janeiro de 2012.

Eduardo Ribeiro Garcia
Presidente da ACEAF

Nome do representante da entidade:

Eduardo Ribeiro Garcia

CPF: 163.890.348-49



Autentico a presente cópia em nome do Estado de São Paulo
com o original a partir da data de emissão da cópia autenticada.
12 Jan 2012
Rose Ferreira
Valor cobrado por autenticação: R\$ 2,30 - recebido por: 00



TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
Secretaria da Receita Federal
Rua Carlos Guimarães, 100 - São Paulo
Alto do Morumbi, 05439-000 - São Paulo
Autentico a presente cópia em nome do Estado de São Paulo
com o original a partir da data de emissão da cópia autenticada.
12 Jan 2012
Rose Ferreira
Valor cobrado por autenticação: R\$ 2,30 - recebido por: 00

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

834-2







ESTO

ulo

3382-1290

ni confere

hou fe



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



12 JUN 2012

Proferendum

☐ Antônio R. B. Gonçalves, Titular

☐ Paulo Sérgio de A. T. de Sá, Titular

☒ Marcelino de A. T. de Sá, Titular

Valor cobrado por autenticação: R\$ 2,35 (reclamação de 100%)



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF
112177248 00

NOME COMPLETO
ELENILSON APARECIDO ROSOLEN

NASCIMENTO
09/DEZ/1967

ASSINATURA
E. Rosolen

TERÁ VALIDADE POR 1 ANO A PARTIR DA REPRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

COLEÇÃO VEICULAR
do Brasil

AUTENTICAÇÃO

0305AA132976

TABELÃO DE NOTAS E PROTOCOLOS

Comarca da Fajã - 25 de Junho de 1967

AUTENTICAÇÃO

Autenticado e presente como original, a qual
foi original não autenticado, do qual

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF - DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS.

PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

033/0314-4

15 / 10 / 88

ATO

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

12.11.2012
Rose Pereira

ATA DE REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO COMUNITARIO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA – ACEAF – ANÁLISE PROGRAMAÇÃO E SUGESTÕES



Aos 04 (quatro) dias do mês de novembro de dois mil e onze, as 20:00 horas, na Rua Jerônimo de Andrade, nº 135, reuniram-se os membros do Conselho Comunitário da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura - ACEAF por solicitação da Presidente Iveta Garcia, para tratar de análise da programação da "RADIO COMUNITARIA", iniciou explicando aos demais membros que por força de Lei sobre a programação da Radio, alterada pelo Ministério das Comunicações, quanto aos membros do conselho, a representatividade se faz presente quanto a Entidades no município de Fartura; cumprida integralmente pela Diretoria da Associação referendada.

Informa ainda que acompanhando já por muito tempo as atividades no "AR" pela Radio Comunitária cumprem-se os pré-requisitos da legislação vigente, inclusive pode-se evidenciar que no aniversário da Radio do ano passado, teve um plus com Shows em praça publica, com doações de alimentos a entidades carentes, presença da mesma em campanhas do agasalho, pedidos de ajuda a pessoas carentes, campanhas de ajuda a pessoas que tiveram suas casas invadidas pelas chuvas, divulgação de todos os eventos realizados no município por Entidades Sociais, pelos órgãos de classe, pela administração Publica, pela área Judicial, inclusive as transmissões das Sessões de Câmara de Fartura já por longos anos.

Como Presidente do Conselho tem participado de reuniões da Diretoria da Radio, inclusive sugerindo atividades, e que segundo a Presidente pode avaliar a Radio como cumpridora fiel dos "Ideais e princípios" de uma VERDADEIRA RADIO COMUNITARIA, evidenciando na programação na parte da manhã: programa sertanejo, com musicas, avisos, recados, divulgação da "prata da casa", até poesias aparecem no desenrolar do dia, recadinhos de todo tipo, participação de ouvintes, ora pedindo musicas, ora criticando alguma coisa ou reivindicando necessidades suas ou de outrens, sempre com a cautela dos DJs do momento, o cuidado com o bem publico, as campanhas nacionais de saúde, prevenção, segurança e educação. Presença de profissionais de áreas diversas nas entrevistas e um Jornal diario evidenciando noticias locais e outras, no restante do dia, assemelha se a continuidade dos evidenciados, nos finais de semana programações especiais, musicas ao vivo, sertanejo, baladas, rock, a radio possui um mini auditório onde tem apresentações musicais, poesia e ate teatro tem, e diversos momento de arte com expectadores e críticos com transmissões ao vivo, parentes e amigos acompanham em casa. Pessoas diversas fazem uso dos microfones da radio, ora para orientar, aprender, treinar, ensinar, espaços que poderiam ser mais bem aproveitados se a Entidade pudesse ter mais recursos financeiros que a transformariam em uma verdadeira ESCOLA DE RADIO, pois tudo tem custos e nem sempre os apoios culturais são suficientes para projetos mais ousados. Gustavo argumentou que realmente tem visto uma audiência muito boa na cidade, sinal de que a Radio Comunitária está atendendo anseios da população e até nos comentários que surgem em seu comercio elogiam a programação, Benedito, presidente da Guarda Mirim falou que os meninos sempre falam bem da radio, e gostariam ate de participar na mesma, e sugere algo relativo a divulgação de princípios da guarda na Radio, Tatiana elogiou a equipe da Radio embasada

nos comentários dos Estudantes Universitários que preside seja na parte musical como espaços diversos, sempre tem referencia Boas. A Presidente deseja que a Radio continue cada vez mais buscando seus objetivos, nada mais havendo deu por encerrada a reunião, para que se lavrasse a respectiva Ata, que após lida e achada conforme, será assinada por mim e pelos demais presentes.

Ata das Comuns
27
SS

Daniel
Amun
Paulo
Peru



Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e
Comarca de Fartura. Daniela dos Reis Moia Benevente
Tabeliã. Reconheço, em documento sem valor econômico
por semelhança, a firma IVETA GARCIA. Dou fe.

Fartura(SP), 13 de janeiro de 2017

Em test. da verdade

Valido somente c/ selo Autenticidade.Vr e firma:K94.00

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Rua Carlos Guimarães, 252 - Sala 02 - CEP 18870-000

☐ Daniela R. R. Benevente - Tabeliã
☐ Paulo Sergio Duarte - Substituto
☒ Marcelo José Pierami - Escrevente

Cartão Notarial do Brasil
FIRMA 1
0305AA027473




ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF

Relação de associados		em 31/12/2011		
Nome		Reg Geral	Orgão Exp	Endereço
1 Beatriz Romano da Silva Teixeira		4794178	SSP/SP	R José Eusebio Encarnação, 19
2 Eduardo Ribeiro Garcia		4870139	SSP/SP	Rua Samuel de Oliveira, 212
3 Elenilson Aparecido Rosolen		22538347	SSP/SP	Rua Chica Vaz, 515
4 Hamilton Cesar Bortotti		15252033	SSP/SP	Chacara Bortotti
5 Ivan Fernandes de Oliveira		6153591	SSP/SP	Rua Vicente Trindade, 373
6 Jose Edailton Rosolen		14343489	SSP/SP	Rua Chica Vaz, 455
7 Jose Lopes Estebe		4386955	SSP/SP	R Germano Oliveira, 477
8 Jose Maximiano Filho		8259966	SSP/SP	R Stanislaw A Silva, 166
9 Laercio Martins dos Santos		7658592	SSP/SP	Chac do Seminario
10 Luis Carlos Faustino		17525704	SSP/SP	R Carlos Guimaraes, 176
11 Valdir Robson Pereira		13138495	SSP/SP	R Stanislaw A Silva, 78

Todos brasileiro e residentes em Fartura - Sp

Fartura, 10 de janeiro de 2012


Eduardo Ribeiro Garcia
Presidente da
Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura

12



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**


- LAUDO TÉCNICO -

Eu, **EDUARDO RIBEIRO GARCIA**, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF**, declaro para os devidos fins que:

1 - solicito se necessária vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência;

2 - outrossim, informo e encaminho também para **APRECIACÃO** em anexo cópia de **LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA n° 0001SP20100045, realizada pela ANATEL – SP**, em nossa emissora em 22/02/2010, que comprovam a situação de **REGULARIDADE** nas instalações da Radio Comunitária da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura, que talvez possa ser utilizada nesse momento de renovação, talvez dispensando novo LAUDO, pelo que **DECLARO QUE AS INSTALAÇÕES PERMANECEM AS MESMAS DA OCASIÃO DA VISTORIA DA ANATEL-SP.**



Fartura, 10 de janeiro de 2012.



Eduardo Ribeiro Garcia
Presidente da ACEAF

Nome do representante da entidade: Eduardo Ribeiro Garcia

CPF: 163.890.348-49

	AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	
LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA EMISSORA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM		LAUDO N°. 0001SP20100045
Motivo da Vistoria	<input type="checkbox"/> Rotina <input type="checkbox"/> Reclamação de Radiointerferência <input type="checkbox"/> Licenciamento Inicial <input type="checkbox"/> Licenciamento por Alteração Técnica	<input type="checkbox"/> Enquadramento no PBFM <input checked="" type="checkbox"/> Especial <input type="checkbox"/> Renovação <input type="checkbox"/> Verificação de Correção de Irregularidade (ver item 6 – Informações Adicionais)
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE		
N° Estação SITARWEB: 631432590		
1.1 – Razão Social (autorizada): ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA		
1.2 – Endereço (sede): RUA GERONIMO DE ANDRADE, 135 CEP: 18870-000		
Cidade: FARTURA UF: SP Tel.: (14) 3382 1234		
Descrição do Item	SIT	Enquadramento
2. LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA		
2.1 – Endereço:		
Autorizado: RUA GERONIMO DE ANDRADE, 135		
Cidade: FARTURA UF: SP CEP: 18870-000		
Endereço: RUA GERONIMO DE ANDRADE, 135		
Cidade: FARTURA UF: SP CEP: 18870-000		
2.2 – Coordenadas Geográficas		
Autorizado(a)	Verificado(a)	R
Latitude	23°S 23' 26"	23°S 23' 31"
Longitude	49°W 30' 38"	49°W 30' 41"
Item 14.2 c/c Item 17.2 da Norma 01/04 RadCom		
Art. 40, inciso XXII do RSRadCom (Multa)		
3. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA		
3.1 – Frequência de Operação (MHz)		
87,9	87,9	R
Item 17.2 da Norma 1/04		
Art. 40 inciso XXII do RSRadCom (Multa)		
3.2 – Licença para funcionamento de estação, ou a sua cópia, exposta em local visível no recinto onde se encontram os transmissores.		
<input type="checkbox"/> Inexistente <input type="checkbox"/> Vencida		
<input type="checkbox"/> Indisponível (certificado ausente de licença vigente)		
Art. 42 do RSR		
Art. 45 do RSR		
Art. 62 do CBT (Multa)		
3.3 – Sistema Irradiante		
3.3.1 – Antena		
3.3.1.1 – Azimute		
-		
3.3.1.2 – Tipo		
DIPOLO DE 1/2 ONDA		
DIPOLO DE 1/2 ONDA 2 ELEMENTOS		
3.3.1.3 – Polarização		
CIRCULAR		
CIRCULAR		
Item 14.2 c/c Item 17.2 da Norma 01/04 RadCom		
Art. 40 inciso XXII do RSRadCom (Multa)		
3.4 – Equipamentos		
3.4.1 – Transmissor Principal		
3.4.1.1 – Fabricante		
José Wilson Rocha - EPP		
José Wilson Rocha - EPP		
3.4.1.2 – Modelo		
STR 25		
STR 25		
3.4.1.3 – Homologação		
024598XXX0580		
024598XXX0580		
Art. 24° do RSRadCom		
Art. 40 inciso III do RSRadCom (Multa)		
3.4.1.4 – Potência de Operação (W) (Máxima permitida = 25W)		
25		
27,5		
Art. 5° do RSRadCom c/c Item 14.2 e Item 17.2 da Norma 01/04 c/c art. 1º, § 1º, da Lei 9.612/98 RadCom		
Art. 40, inciso XXV do RSRadCom (Multa)		
3.4.1.5 – Tolerância da Frequência da Portadora (± 2000 Hz)		
Medido		
+1075		
Item 18.1.3 da Norma 01/04 RadCom		

Legenda: SIT = Situação Situações: R (regular) I (irregular) NV (não verificado) NA (não se aplica)

Página 1/3

3.4.1.6 - Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência e potência de operação.			R	Item 18.3.2.1 da Norma 01/04 RadCom	Art. 38 do RSRadCom (Multa)
3.4.1.7 – Gabinete com as partes exposta ao operador interligadas à Terra.			I	Item 18.3.2.2 da Norma 01/04 RadCom	Art. 38, I do RSRadCom (Advertência)
3.4.2 – Transmissor Auxiliar	Autorizado(a)	Verificado(a)		Item 14.2 c/c Item 17.2 da Norma 01/04 RadCom	Art. 40 inciso XXII do RSRadCom (Multa)
3.4.2.1 - Fabricante	-		NA		
3.4.2.2 - Modelo	-				
3.4.2.3 - Homologação	-		NA	Art. 24º do RSRadCom	Art. 40 inciso III do RSRadCom (Multa)
3.4.2.4 - Potência de Operação (W) (Máxima permitida = 25W)	-		NA	Art. 5º do RSRadCom c/c Item 14.2 e Item 17.2 da Norma 01/04	Art. 40, inciso XXV do RSRadCom (Multa)
3.4.2.5 – Tolerância da Frequência da Portadora (± 2000 Hz)		Medido	NA	Item 18.1.3 da Norma 01/04 RadCom	
3.4.2.6 - Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência e potência de operação.			NA	Item 18.3.2 da Norma 01/04 RadCom	Art. 38, I do RSRadCom (Advertência)
3.4.2.7 – Gabinete com as partes exposta ao operador interligadas à Terra.			NA	Item 18.3.2.2 do RSRadCom	Art. 38, I do RSRadCom (Advertência)
4. ESTÚDIO					
4.1 - Endereço				Item 18.2.9 da Norma 01/04 RadCom c/c art. 6º da Portaria MC 26/96	Art. 40, inciso XXII do RSRadCom (Multa)
Autorizado:	RUA GERONIMO DE ANDRADE, 135				
Cidade	FARTURA	UF SP CEP 18870-000			
Verificado:	RUA GERONIMO DE ANDRADE, 135				
Cidade	FARTURA	UF SP CEP: 18870-000	R		
4.2 – Equipamento de Gravação			R	Item 19.3 e 19.3.1 da Norma 01/04 RadCom	Art. 40, inciso XIX do RSRadCom (Multa)
5. OUTRAS CONSTATAÇÕES					
5.1 – Ocorrência de Espúrios de Radiofrequência				Item 18.1.4 da Norma 01/04 RadCom	Art.38 do RSRadCom
5.1.1 – Transmissor Principal					
	Permitido	Verificado (sem modulação)			
2º Harmônico	73+P(dBk)		NV		
3º Harmônico			NV		
Espúrios	Ver Item 18.1.4 da Norma 01/04 RadCom		NV		
5.1.2 – Transmissor Auxiliar					
	Permitido	Verificado (sem modulação)			
2º Harmônico	73+P(dBk)		NV		
3º Harmônico			NV		
Espúrios	Ver Item 18.1.4 da Norma 01/04 RadCom		NV		

Legenda: SIT = Situação Situações: R (regular) I (irregular) NV (não verificado) NA (não se aplica)

* RSRadCom - Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovado pelo Decreto 2615 de 03/06/98.

* CBT - Código Brasileiro de Telecomunicações instituído pela Lei 4117 de 27/08/62.

* Lei 9.612 - Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária

* Norma MC 01/94 - Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovada pela portaria nº 103/2004;

* RLEC - Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequência entre 9KHz e 300GHz: Anexo à Resolução n.º303, de 02/07/02.

* Decreto 3965 de 10/10/2001 - Institui o Serviço de Retransmissão de Televisão e o Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens;

* PBFM - Plano Básico de Distribuição de canais de Radiodifusão sonora em Frequência Modulada.



5.2 – Existência de Interferência Prejudicial	NV	Art. 23 da Lei 9612/98	Art. 62 do CBT "Agravante"
5.3 – Impedimento à ação do Agente de Fiscalização	R	Art. 40, inciso XVIII do RSRadCom	Art. 40, inciso XVIII do RSRadCom (Multa)
5.4 – Disponibilidade de Relatório de Conformidade referente a Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos.	I	Art. 18 do RLEC	Art. 62 do CBT (Multa)

6. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

6.1 - Foi constatada a continuidade da irregularidade objeto do Laudo de Vistoria n° _____

que originou o PADO n° _____

- Aterramento do Transmissor desconectado. Re-conectado durante a vistoria.
- Relatório de Conformidade referente a Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos não apresentado, apenas a Declaração.

Obs.: Anotar aqui quaisquer esclarecimentos adicionais necessários à caracterização da situação.
Nunca acrescentar notas de alteração do que já contenha o Laudo.

7. INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA VISTORIA

N°	Identificação dos instrumentos e aparelhos utilizados	N° PATRIMÔNIO
01	Analizador de Espectro	032.710
02	Bússola	032.704
03	GPS	043.649
04	Wattímetro	051.551
05	Telemetro	032.615

8. ASSINATURAS

Agente de Fiscalização (1): Aparecido Sebastião da Silva

Assinatura: 

Credencial N°: 00171-4

Agente de Fiscalização (2): Paulo Eduardo dos Reis Cardoso

Assinatura: 

Credencial N°: 01354-6

Representante da Entidade: Eduardo Ribeiro Garcia

Cargo: Presidente

Identidade N°: 4.870.139

Assinatura: 

Local e Data: Fartura, 22/02/2010

Legenda: SIT = Situação Situações: R (regular) I (irregular) NV (não verificado) NA (não se aplica)

* RSRadCom – Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovado pelo Decreto 2615 de 03/06/98.

* CBT – Código Brasileiro de Telecomunicações instituído pela Lei 4117 de 27/08/62.

* Lei 9.612 – Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária

* Norma MC 01/94 – Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovada pela portaria n° 103/2004;

* RLEC – Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequência entre 9KHz e 300GHz: Anexo à Resolução n.º303, de 02/07/02.

* Decreto 3965 de 10/10/2001 – Institui o Serviço de Retransmissão de Televisão e o Serviço de Repetição de Televisão, anexas ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens;

* PBFM – Plano Básico de Distribuição de canais de Radiodifusão sonora em Frequência Modulada.

LAUDO

DE

ENSAIO

LAUDO DE ENSAIO



Declaro que o Transmissor STR 25, número de série TF25 658, fabricado em 19/08/2002, pela empresa JWSAT - José Wilson Rocha-EPP, passou por testes de ensaio executados pelo fabricante, em sua sede, e que o mesmo encontra-se com todas as suas características técnicas em conformidade com a legislação vigente. Anexo a esta declaração, segue o Relatório de Ensaios.

Por ser verdade, firmo da presente declaração.

Santa Rita do Sapucaí - MG, 12 de janeiro de 2012.

Eng^a. Mayra F. A. Gardim - CREA - 73568/D-MG
Rua Quintino Bocaiúva - 294 - Centro
Santa Rita do Sapucaí - MG

Mayra Ferreira de Andrade Gardim
Engenheira Eletricista
CREA/Nº 73568/D



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais

Via da Obra/Serviço

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
14201200000000424059

1. Responsável Técnico

MAYRA FERREIRA DE ANDRADE GARDIM

Título profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA;

RNP: 1404870237

Registro: 04.0.0000073568

Empresa contratada:

VIASAT TECNOLOGIA EM COMUNICACOES LTDA

Registro: 39035

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA-ACE**

CNPJ: 02.682.166/0001-60

Logradouro: **RUA GERONIMO DE ANDRADE**

Nº: 000135

Cidade: **FARTURA**

Bairro: **CENTRO**

UF: **SP**

CEP: 18870000

Contrato:

Celebrado em:

Valor: **300,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA GERONIMO DE ANDRADE**

Nº: 000135

Cidade: **FARTURA**

Bairro:

UF: **SP**

CEP: 18870000

Data de início: **12/01/2012** Previsão de término: **13/01/2012**

Finalidade: **OUTRO**

Proprietário: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA-ACE**

CNPJ: 02.682.166/0001-60

4. Atividade Técnica

1 - EXECUÇÃO

Quantidade:

Unidade:

LAUDO, EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS
MAQ./AP.ELET.ELETRON.E COMUNICACAO

ELÉTRICOS

OU

ELETRÔNICOS, 1.00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

LAUDO DE ENSAIO EM TRANSMISSOR DE FM DE BAIXA POTÊNCIA (25W)

6. Declarações

7. Entidade de Classe

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DE POUSO ALEGRE E RE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

S.D. Sapori B. de puzo de 2012

Mayra F. A. Gardim

MAYRA FERREIRA DE ANDRADE GARDIM RNP: 1404870237

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUC CNPJ: 02.682.166/0001-60

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

ÁREA DE ATUAÇÃO: **ELETRICO,**



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais

www.crea-mg.org.br | 0800.0312732

Valor da ART: 33,00

Registrada em: 12/01/2012

Valor Pago: 33,00

Nosso Número: 000000000412076



Cobrança / Títulos

A33K121715822523005
12/01/2012 17:23:53



12/01/2012 - BANCO DO BRASIL - 17:22:45
087200872 0010

OUVIDORIA BB 0800 729 5678
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

CLIENTE: VIASAT TECNOLOGIA LTDA
AGENCIA: 0872-9 CONTA: 24.650-6

=====

BANCO DO BRASIL

=====

00194586529000000000100412076218900000000003300

NR. DOCUMENTO 11.201

NOSSO NUMERO 412076

CONVENIO 00458659

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA

AGENCIA/COD. CEDENTE 3394/00005780

DATA DO PAGAMENTO 12/01/2012

VALOR DO DOCUMENTO 33,00

VALOR COBRADO 33,00

=====

NR. AUTENTICACAO E.72C.64A.B88.24D.94D

Transação efetuada com sucesso por: J2653547 RICARDO GALDIKS GARDIN.



18 ANOS
COM
VOCÊ!



Relatório de Ensaios STR 25 / 25 Watts


Mayra Ferreira de Andrade Gardim
Engenheira Eletricista
CREA/Nº 73568/D

SUMÁRIO:

1.	INTRODUÇÃO	3
1.1.	Documentos de referência	3
1.2.	Termos e Definições	3
2.	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO SOB ENSAIO	4
2.1.	Identificação	4
2.2.	Visualização	4
2.3.	Especificações Técnicas	5
3.	CONDIÇÕES DOS ENSAIOS	5
3.1.	Procedimentos	5
3.2.	Instrumentos utilizados	5
3.3.	Condições ambientes	5
3.4.	Período de Realização	6
3.5.	Apresentação das Incertezas de Medição	6
4.	RESULTADOS	7
4.1.	Canalização	7
4.1.1.	Designação	7
4.2.	Requisitos mínimos dos equipamentos	7
4.2.1.	Transmissores	8
4.2.1.1.	Operação com 100% de modulação	8
4.2.1.2.	Dispositivos Externos para Alteração de Frequência	8
4.2.1.3.	Dispositivos para Inibição de Controles Externos	8
4.2.1.4.	Frequência de Operação	9
4.2.1.5.	Emissões Indesejáveis entre 120 a 240 kHz afastadas de Portadora	10
4.2.1.6.	Emissões Indesejáveis entre 240 e 600 kHz afastadas da Portadora	10
4.2.1.7.	Emissões Indesejáveis de mais de 600 kHz afastadas da Portadora	10
4.2.1.8.	Instrumentos de Pannel	11
4.2.1.9.	Pontos internos ou externos de monitoração de RF	11
4.2.1.10.	Dispositivos de Proteção para Fonte de Alimentação de Alta Tensão	11
4.2.1.11.	Resistores de Sangria	12
4.2.1.12.	Dispositivo de segurança para sistema de resfriamento forçado	12
4.2.1.13.	Gabinete	12
4.2.1.14.	Interruptores nas Portas e Tampas	12
4.2.1.15.	Ajustes normais em circuitos sujeitos a tensões maiores que 350 V	12
4.2.1.16.	Placa de Identificação	13
4.2.2.	Requisitos para monografia	13
4.2.2.1.	Resposta de áudio do transmissor	13
4.2.2.2.	Distorção Harmônica Total das Frequências de Áudio	13
4.2.2.3.	Nível de Ruído por Modulação em Frequência, na Saída do Transmissor.....	14
4.2.2.4.	Nível de Ruído por Modulação em Amplitude na Saída do Transmissor.....	14

Mayra Ferraz de Andrade Gardim
Engenheira Eletricista
CREAT 73568/D

1. INTRODUÇÃO

1.1. Documentos de referência

Este protocolo documenta os ensaios realizados conforme as especificações definidas nos documentos normativos abaixo relacionados, aos quais foi submetido o equipamento descrito no item 2.

ANATEL – Anexo a Resolução 67, de 12 de novembro de 1998 – Regulamento técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.

DENTEL – Publicação Técnica 25.

1.2. Termos e Definições

ESE – Equipamento Sob Ensaio: equipamento submetido aos ensaios, nas condições especificadas, ao qual exclusivamente se refere os resultados deste relatório.

IM – Incerteza de Medição: estimada de acordo com a publicação "Guia para expressão da incerteza de medição expandida, baseada na incerteza padrão combinada, multiplicada pelo fator de abrangência k.

k – Fator de abrangência baseado numa distribuição-t., calculado para um nível de confiança de 95%

RES – Resultado da Medição.

VR – Valor de Referência.

UG – Unidade da Grandeza.

 Mayra Ferreira de Andrade Gardim
Engenheira Eletricista
CREA/Nº 73568/D

2. DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO SOB ENSAIO

2.1. Identificação

Equipamento	<i>Transmissor de Radiodifusão Sonora em FM</i>
Fabricante	<i>JWSAT</i>
Modelo	<i>STR 25</i>
Numero de Série	<i>TF25 658 – fabricado em 19/08/2002</i>

2.2. Especificações Técnicas

ENTRADA

-Impedância:50Ω
-Conector: RCA
-Nível:0,755V (-2,44dBm)

- Faixa de frequência: 87,5 à 108 MHz
- Ripple no canal: $\pm 0,5$ dB
- Perda de retorno: >20 dB
- Reação Sinal Ruído: >60 dB

SAÍDA

- Impedância..... 50Ω
- Potência de Saída..... 25 Watts
- Largura do Canal: 200 kHz
- Tipo de emissão: 180K F3EGN
..... 256K F8EHF110
- Ruído de AM: >50 dB
- Capacidade de modulação: ± 100 kHz
- Tipo de modulação: FM Direto
- Sintonia interna: Passos de
100 kHz, com jumpers
- Conector: UHF Femea

CARACTERÍSTICAS GERAIS

- Oscilador: Sintetizado por PLL
- Estabilidade de frequência: ± 450 Hz
- Tensão da rede ($\pm 10\%$, 50/60 Hz): 100 a 250 Vac (automático)
- Consumo: 0,09 KVA
- Altitude operacional: até 2000 m
- Altura: 95 mm
- Largura: 482 mm
- Profundidade: 420 mm
- Peso do transmissor: 7 Kg

Mayra Ferreira de Andrade Gardim
Engenheira Eletricista
CREA 73568/D

3. CONDIÇÕES DOS ENSAIOS

3.1. Procedimentos

Os procedimentos adotados para realização dos ensaios foram baseados nas especificações definidas pelos documentos:

MC – Norma nº 002/89 – Norma de métodos e medidas para equipamento Rádio Monocanal na faixa de 30 a 470 MHz com modulação angular.

ETSI EN 301 126-1 V1.1.2 (1999-09) – Fixed radio systems; Conformance testing; Part 1: point to point equipment –definitions, general requirements and test procedures.

3.2. Instrumentos utilizados

INSTRUMENTO	FABRICANTE	MODELO	Nº de SÉRIE
Analizador de espectro	Hewlett & Packard	8593E	3235A00316
Atenuador fixo 30 dB (a)	Hewlett & Packard	8498A	1801A01075
Barômetro	Incoterm	Torricelli	NSL3917
Carga de Potência de RF	Bird	8932-230	063600314
Frequencímetro	Anritsu	MF2412A	MT14472
Gerador de nível seletivo	Wandel & Goltermann	SPM-15	W-0095
Medidor de nível seletivo	Wandel & Goltermann	SPM-39	S-0026
Monitor de modulação	TFT	844	1140774
Multímetro	Minipa	ET2400	240001084
Osciloscópio	HP	54540C	US36040303
Psofômetro Digital	WGB	PMP 20	LAB025315
Sensor de potência (pastilha)	Bird	100B	NSL3010
Termo-hidrômetro	Rotronic	Hygropalm 1	35610 037
Variador de tensão	AUJE	3474/2PF	NS02775
Wattímetro	Bird	6810-200	063900152

3.3. Condições ambientes

CONDIÇÃO	MÍNIMA	MÁXIMA
Temperatura (°C)	24,1	24,5
Umidade (%)	69,0	75,0
Pressão Atmosférica	92,1	92,1

3.4. Período de Realização

Mayra Ferreira de Andrade Gardim
Engenheira Eletricista
CREA 13568/D

Os ensaios foram realizados no período de 11/12/2011 a 13/12/2011

3.5. Apresentação das Incertezas de Medição

O Laboratório de Ensaios estima a incerteza padrão de medição dos seus ensaios de acordo com a publicação "Guia para Expressão da Incerteza de Medição ISO GUM". A incerteza de medição declarada em cada ensaio é a incerteza padrão de medição multiplicada pelo fator de abrangência k apresentado, o qual para uma distribuição t , correspondente a um nível de confiança de 95%.

Mayra Ferreira Andrade Gardim
Engenheira Eletricista
CREA/PA 73568/D

4. RESULTADOS

4.1. Canalização

(Resolução 67, item 3.1)

"A faixa de radiodifusão sonora em frequência modulada entende-se de 87,8 a 108,0 MHz, e é dividida em 101 canais, cujas portadoras estão separadas de 200 kHz. Cada canal é identificado por sua frequência central, que é a frequência da portadora da estação de FM. A cada canal é atribuído um número de 200 a 300, conforme indicado na tabela do Anexo I da norma."

Configuração do Ensaio: figura1.

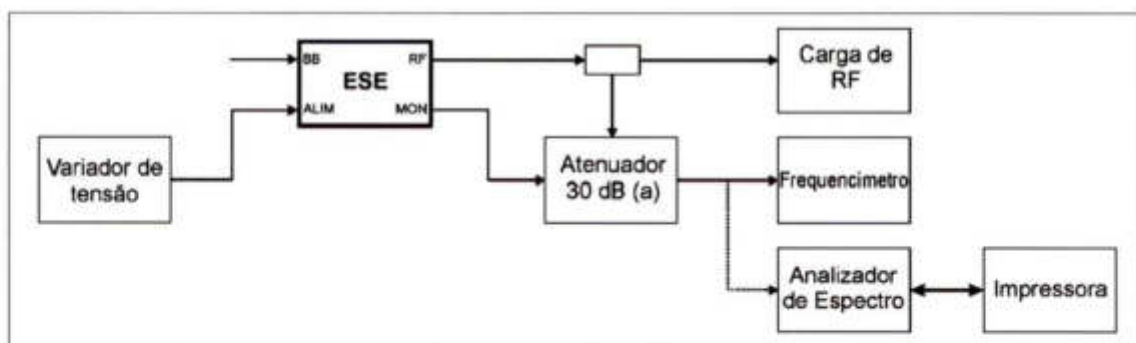


Figura 1

Resultados:

CANALIZAÇÃO		
Canal		Frequência (MHz)
(n):	200	87,9
(n+1):	201	88,1
O ESE permite a utilização de qualquer portadora na faixa especificada, com separação de 200 kHz entre elas.		

4.1.1. Designação

(Resolução 67, item 3.2.1)

"Designação:

Monofônica: 180K F3EGN

Estereofônica: 256K F8EHF110

Estereofônica + canal secundário: 300K F83EWF"

Resultado:

DESIGNAÇÃO
O ESE é designado como 256K F8EHF110, de acordo com a Publicação Técnica 25-Dentel.

4.2. Requisitos mínimos dos equipamentos

(Resolução 67, item 7.2)

"Os seguintes equipamentos de uso compulsório têm seus requisitos mínimos estabelecidos neste regulamento."


Mayra Ferreira de Andrade Garim
Engenheira Eletricista
CREA/Nº 73568/D

Transmissores

"Só será permitida a instalação e utilização de equipamentos transmissores cuja especificações atendam os seguintes requisitos mínimos:"

4.2.1.1. Operação com 100% de modulação

"O transmissor deverá operar em condições satisfatórias, com um desvio de frequência correspondente a 100% de modulação."

Configuração do ensaio: figura 2.

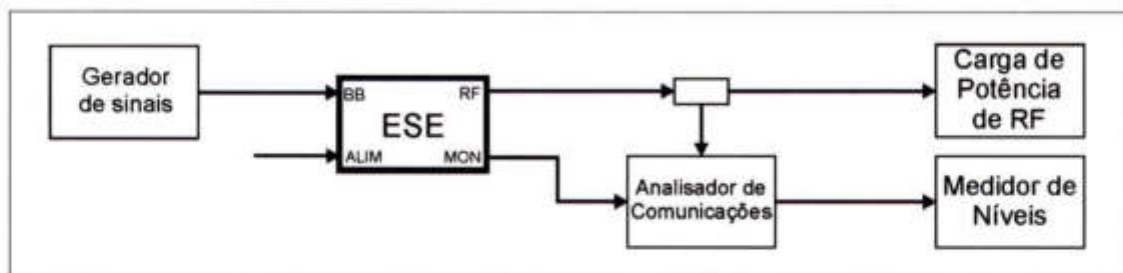


Figura 2

Resultado:

OPERAÇÃO COM 100% DE MODULAÇÃO

O ESE opera satisfatoriamente com um desvio de frequência correspondente a 100% de modulação. Conforme verificado no item 4.2.2.1, a resposta em frequência está coerente com a pré-ênfase utilizada.

4.2.1.2. Dispositivos Externos para Alteração de Frequência

"O transmissor não poderá ter dispositivos externos que permitam a alteração de sua frequência de operação."

Resultado:

DISPOSITIVOS EXTERNOS PARA ALTERAÇÃO DA FREQUÊNCIA

O ESE não possui dispositivos que permitam a alteração da frequência de operação.

4.2.1.3. Dispositivos para Inibição de Controles Externos

"Os transmissores deverão possuir dispositivos tais que, uma vez ajustada a potência de operação autorizada, permitam a inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar aquele valor."

Observações:

1ª – a potência de saída do transmissor, em operação normal, após o ajuste prévio da alínea c, não deverá variar além da tolerância estabelecida no subitem 6.4.1 da resolução 67, quando submetido a variações de $\pm 10\%$ na tensão primária de alimentação;

Subitem 6.4.1: "O valor da potência de operação do transmissor deve ser mantido, sempre, o mais próximo possível da potência autorizada. As eventuais variações da potência de operação devem ficar restritas aos limites de $\pm 10\%$ em condições normais, da tensão da rede de $\pm 15\%$ excepcionalmente, em função da variação da mesma."

Mayra Ferreira de Andrade Gardim
Engenheira Eletricista
CREA/Nº 73568/D

2ª – o ensaio do transmissor, para fins de certificação, deverá ser realizado na sua potência nominal e no limite inferior estabelecido pelo fabricante;

3ª – o ensaio individual do transmissor previsto no item 7.4 deverá se realizada com a potência de operação aprovada para a emissora.

Configuração do ensaio: Figura 3.

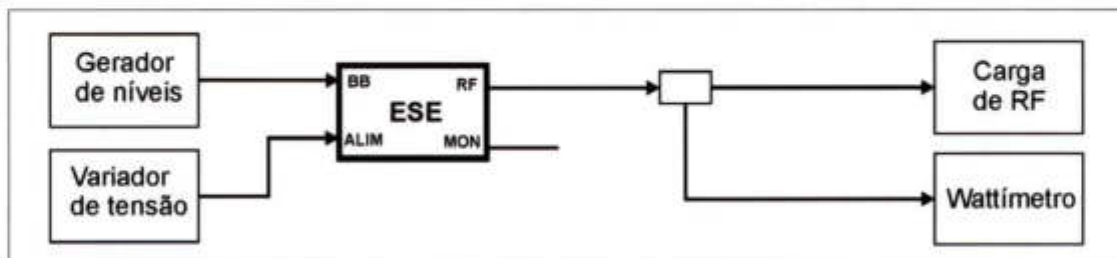


Figura 3

Resultados:

VARIAÇÃO DE POTÊNCIA x VARIAÇÕES DE TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO PRIMÁRIA					
Potência Nominal (W)	Tensão de Alimentação		Potência de Operação (W)	IM	k
	Variação (%)	Tensão (V)			
25.1W	Nominal	220			1,96
25.1W	+10	242			
25.0W	-10	198			

DISPOSITIVOS PARA INIBIÇÃO DE CONTROLES EXTERNOS

O equipamento possui dispositivo que permite a inibição de quaisquer controles externos de ajuste de potência

4.2.1.4. Frequência de Operação

"Em temperatura ambiente variável entre +10 °C e +50°C e com variações de 10% na tensão primaria de alimentação, a frequência de operação central do oscilador deve se manter, automaticamente, dentro de limites, tais que a frequência de saída do transmissor seja mantida dentro de ± 2000 Hz."

Observação:

Subitem 9.4.5.1.c – "Variação máxima da frequência na unidade osciladora, após 60 minutos de estabilização em cada uma dos extremos de temperatura (+10 °C e + 50 °C): Quando não houver disponibilidade de câmara térmica no local das instalações da emissora, a variação máxima de frequência poderá ser observada durante 60 minutos de funcionamento NE temperatura ambiente."


Mayra Ferreira de Andrade Gaidim
Engenheira Eletricista
CREA/PA 73568/D

Resultados:

FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO						
Temperatura (°C)	Variação de Tensão (%)	Tensão (V)	Frequência (Hz)	Variação (Hz)	IM (Hz)	k
9,8	Nominal	220	87 900 070	70		1,96
	+10	242	87 900 067	67		
	-10	198	87 900 068	68		
24,3	Nominal	220	87 900 056	56		
	+10	242	87 900 057	57		
	-10	198	87 900 058	58		
50,1	Nominal	220	87 900 050	50		
	+10	242	87 900 051	51		
	-10	198	87 900 053	53		

4.2.1.5. Emissões Indesejáveis entre 120 a 240 kHz afastadas de Portadora

"Qualquer emissão presente em frequências afastada de 120 até 240 kHz (inclusive) da frequência da portadora deverá estar, pelo menos, 25 dB abaixo do nível da portadora sem modulação."

Configuração do ensaio: figura 1.

Resultado:

EMISSIONES INDESEJÁVEIS ENTRE 120 E 240 kHz
Conforme tabela do item

4.2.1.6. Emissões Indesejáveis entre 240 e 600 kHz afastadas da Portadora

"As emissões afastadas da frequência da portadora de 240 até 600 kHz (inclusive) deverão estar, pelo menos, 35 dB abaixo do nível da portadora sem modulação."

EMISSIONES INDESEJÁVEIS ENTRE 240 E 600 kHz
Conforme tabela do item

4.2.1.7. Emissões Indesejáveis de mais de 600 kHz afastadas da portadora

"As emissões em frequências afastadas de mais de 600 kHz da frequência da portadora deverão estar abaixo do nível da portadora sem modulação de $(73 + P)$ dB, onde P é a potência de operação do transmissor em dBk; a maior atenuação exigida será de 80 dB."

Configuração do ensaio: figura 1.


Mayra Ferreira de Andrade Gardim
Engenheira Eletricista
CREA Nº 73568/D

Resultados:

EMISSIONES INDESEJÁVEIS			
Faixa de Medições (MHz)	Emissões indesejáveis (dB)	IM (dB)	k
0,009 ~ 87,3	-73,02	± 2,05	1,96
87,3 ~ 87,66	-66,99	± 2,00	
87,66 ~ 87,78	-45,02	± 1,91	
88,02 ~ 88,14	-48,34	± 1,92	
88,14 ~ 88,5	-70,96	± 2,04	
105.900~106.500			

4.2.1.8. Instrumentos de Painei

"O transmissor deverá ser dotado de instrumentos para determinação das seguintes grandezas:

- corrente contínua na placa ou coletor do estágio final de RF;
- tensão contínua nesse mesmo ponto;
- potência relativa de saída, incidente e refletida."

Resultados:

INSTRUMENTOS DE LEITURA
O ESE possui instrumento para leitura de corrente contínua na placa ou coletor do estágio final de RF. Possui instrumento para leitura de tensão contínua nesse mesmo ponto; Possui instrumento para leitura de potência relativa de saída, incidente e refletida.

4.2.1.9. Pontos internos ou externos de monitoração de RF

"O transmissor deverá ser dotado de pontos internos e externos de RF adequados para ligações de monitor de modulação e de frequência."

Resultados:

PONTOS EXTERNOS OU INTERNOS DE MONITORAÇÃO DE RF
O ESE é dotado de pontos para monitoração externos.


4.2.1.10. Dispositivos de Proteção para Fonte de Alimentação de Alta Tensão

"A fonte de alimentação de alta tensão deve possuir dispositivos de proteção contra sobrecargas."

Resultados:

DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO PARA A FONTE DE ALIMENTAÇÃO DE ALTA TENSÃO
Não aplicável. O ESE não possui fonte de alimentação de alta tensão.

4.2.1.11. Resistores de Sangria


Mayra Ferreira de Andrade Garaim
Engenheira Eletricista
CREA/Nº 73568/D

"O transmissor deverá possuir resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarregar todos os capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada."

Resultados:

RESISTORES DE SANGRIA

Não aplicável. O ESE não possui fonte alta tensão.

4.2.1.12. Dispositivo de segurança para sistema de resfriamento forçado

"No caso de haver sistema de resfriamento forçado, deverá haver dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do citado resfriamento."

Resultado:

DISPOSITIVO DE SEGURANÇA PARA RESFRIAMENTO FORÇADO

O ESE possui dispositivo de segurança, que impede seu funcionamento na falta de resfriamento.

4.2.1.13. Gabinete

"O transmissor deveria estar completamente encerrado em gabinetes metálicos, e todas as partes expostas ao contato dos operadores serão eletricamente interligadas e conectadas à terra."

Resultados:

GABINETE

*O ESE está completamente encerrado em gabinete metálico.
Todas as partes expostas ao contato dos operadores estão interligadas e conectadas à massa*

4.2.1.14. Interruptores nas Portas e Tampas

"As portas e tampas de acesso a partes do transmissor, onde existam tensões maiores que 350V, deverão dispor de interruptores que automaticamente desligue essas tensões, quando qualquer delas for aberta ou removida."

Resultado:

INTERRUPTORES DE PORTAS E TAMPAS

Não aplicável. O ESE não possui tensões maiores que 350V.

4.2.1.15. Ajustes normais em circuitos sujeitos a tensões maiores que 350V

"Todos os ajustes normais de operação e sintonia a serem feitos pelo operador, em circuitos sujeitos a tensões maiores que 350V, deverão ser executadas externamente, com todas as portas e tampas do gabinete fechadas."

Resultados:

AJUSTES EXTERNOS

Não aplicável. O ESE não possui tensões maiores que 350V.


Mayra Ferreira de Andrade Gardim
Engenheira Eletricista
CREA Nº 73568/D

4.2.1.16. Placa de Identificação

"Todo transmissor deve ter no gabinete uma placa de identificação onde constem, no mínimo, o nome do fabricante, o modelo, a data de fabricação, o número de série, a potência nominal, a frequência e o consumo."

Resultado:

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO
O ESE possui placa de identificação.

4.2.2. Requisitos para monografia

4.2.2.1. Resposta de áudio do transmissor

"A resposta de áudio d transmissor para frequências de 50 Hz a 15000 Hz e porcentagens de modulação de 25, 50 e 100%, deverá estar inteiramente contida entre os limites indicados nas curvas das figuras 1A, 1B e 1C do anexo 2 da norma, conforme se trate de pré-ênfase de 25,50 e 75 μ s, respectivamente; conforme indicado no subitem 3.2.4 da norma. Preferencialmente será usada a pré-ênfase de 50 μ s (requisito de monografia aplicado para transmissão estereofônica)."

Configuração do ensaio: figura 2.

Resultados:

RESPOSTA DE ÁUDIO DO TRANSMISSOR							
Frequência (Hz)	Nível de áudio (dB)					IM (dB)	k
	Especificado		VM				
	Mín.	Máx.	25%	50%	100%		
50	-4,0	0,0	-2,50	-2,55	-2,50	±0,35	1,96
100	-3,0	0,0	-2,30	-2,35	-2,30	±0,35	
400	-2,8	0,0	-2,08	-2,08	-1,92	±0,35	
1000	-2,0	+1,0	-0,70	-0,70	-0,70	±0,36	
2000	-0,0	+2,7	0,58	0,68	0,43	±0,35	
5000	+5,5	+8,0	6,10	6,10	6,10	±0,44	
7000	+8,0	+11,0	8,26	8,41	8,44	±0,44	
10000	+10,3	+13,9	11,60	11,58	11,72	±0,44	
15000	+12,1	+16,8	13,60	13,80	13,90	±0,44	

4.2.2.2. Distorção Harmônica Total das Frequências de Áudio

"A distorção harmônica total das frequências de áudio, introduzidas pelo transmissor, não deverá ultrapassar o valor eficaz de 1% na faixa de 50 a 1500 Hz para porcentagens de modulação de 25, 50 e 100% (requisito de monografia aplicado para transmissão estereofônica)."

Configuração do ensaio: figura 2.

Mayra F. de Andrade Gardim
Engenheira Eletricista
CREA Nº 73568/D
13

Resultados:

DISTORÇÃO HARMÔNICA					
Frequência (Hz)	Distorção Harmônica (%)			IM (dB)	k
	25%	50%	100%		
50	0,45	0,60	0,57	±0,03	1,96
400	0,59	0,55	0,49	±0,03	
100	0,46	0,51	0,59	±0,03	
5000	0,52	0,48	0,45	±0,04	
7500	0,47	0,52	0,42	±0,04	
15000	0,72	0,63	0,46	±0,05	

Min. des Communications
No. 60
Winnipeg
C.S.S. - 2000

4.2.2.3. Nível de Ruído por Modulação em Frequência, na Saída do Transmissor

"O nível de ruído por modulação em frequência, medido na saída do transmissor, na faixa de 50 a 15000 Hz, deverá estar, pelo menos, 60 dB abaixo do nível correspondente a 100% de modulação da portadora por um sinal senoidal de 400 Hz (requisito de monografia aplicado para transmissão estereofônica)."

Configuração do ensaio: figura 4.

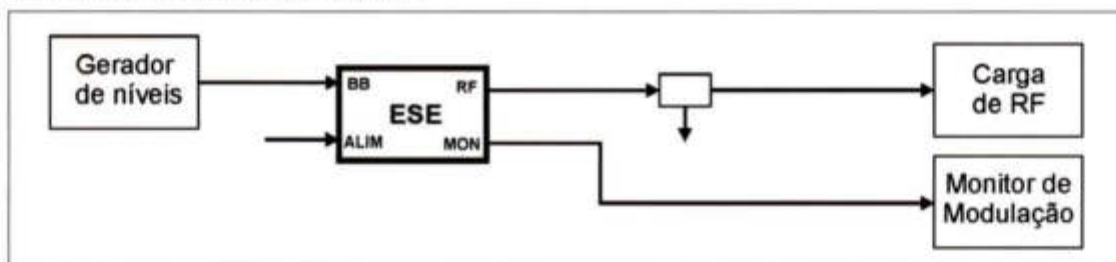


Figura 4

Resultados:

NÍVEL DE RUÍDO POR MODULAÇÃO EM FREQUÊNCIA				
Nível de sinal (dBm)	Nível de ruído (dBm)	Nível de ruído em relação ao sinal (dBm)	IM (dB)	k
1,40	-62,40	-63,90	± 0,58	1,96

4.2.2.4. Nível de ruído, por modulação em amplitude, na saída do transmissor.

"O nível de ruído, por modulação em amplitude, na saída do transmissor, na faixa de 50 a 15000 Hz, deverá estar, pelo menos, 50 dB abaixo do nível que represente 100% de modulação em amplitude (requisito de monografia aplicado para transmissão estereofônica)."

Configuração do ensaio: figura 4.

Resultados:

NÍVEL DE RUÍDO POR MODULAÇÃO EM AMPLITUDE				
Nível de sinal (dBm)	Nível de ruído (dBm)	Nível de ruído em relação ao sinal (dBm)	IM (dB)	k
1,40	-54,90	-56,30	± 0,58	1,96

Mayra Ferreira
Engenheira
CREA/N



www.correios.com.br



DESTINATÁRIO SR OTAVIO PENNA PIETASTI - COORDENADOR GERAL
RADIOFUSAO COMUNITARIA
DITOE OUTORGA SERVICOS COMUNICACAO

FONE

ENDEREÇO ESPLANADA DOS MINISTERIOS,
BLOCO R - 3º ANDAR

CIDADE BRASILIA-DISTRITO FEDERAL

UF D.F.

CEP 70044-177

REMETENTE ASSOC. COMUNITARIA ED. AMB FARTURA

FONE 14 33821234

ENDEREÇO R JERONIMO ANJADE, 135

CEP 18870-000

CIDADE FARTURA

UF SP

- USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS
- ☐ Mudou-se
 - ☐ Recusado
 - ☐ Desconhecido
 - ☐ Não procurado
 - ☐ Endereço insuficiente
 - ☐ Não existe o número indicado
 - ☐ Outros (especificar)

TEMPO DE ENTREGA

1º: / / às h.

2º: / / às h.

3º: / / às h.

CARIMBO

UNIDADE ENTREGADORA

Rubrica do responsável

Visto

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.055775/11 Localidade/UF: Fartura/SP
Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 15/02/2000 Canal:



Processo						
1.	A Entidade é uma:					
2.	Requerimento de Solicitação?					
3.	A Entidade tem por objetivo a execução de Serviço de Radiodifusão?					
4.	O Estatuto e Atas estão registrados no órgão competente?					
5.	Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entidade atendem o Art 11º da Lei nº 9.612?					
6.	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República?					
7.	Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou					
8.	Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade?					
9.	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso?					
10.	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço da Radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados?					
11.	Nº de Inscrição no CNPJ(CGC)?					
12.	Quadro Diretivo da Associação ou Fundação		Mandato: 5 anos	Validade: 30/05/2013		
	Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao
	Eduardo Ribeiro Garcia	163.890.348-49	Presidente	Não	Não	Não
	Luiz Carlos Faustino	073.855.628-92	Vice-Presidente	Não	Não	Não
	Valdir Robson Pereira	041.487.158-89	Tesoureiro	Não	Não	Não
	Beatriz Romano da Silva Teixeira	282.334.178-15	Secretária	Não	Não	Não
Estatuto Social - (fl.11); Ata de Eleição - (fl.18)						

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.055775/11 Localidade/UF: Fartura/SP
Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 15/02/2000 Canal:

13. Conclusão da Análise

RENOVAÇÃO- entidade deve adequar o Estatuto Social, remeter prova de maioridade/nacionalidade dos diretores, cópia do CPF, declarações e o relatório da grade de programação.

à consideração superior.

Eliane Rodrigues.

Eliane Maria Alves Rodrigues - 1.551.517
(Analista)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 0706/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo nº 53000.055775/2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura - ACEAF** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Fartura / SP**, conforme Portaria de autorização nº 279, publicada no DOU de 23.06.00 e Decreto Legislativo nº 373, publicado no DOU de 27/09/2001.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do encaminhamento pela entidade, da seguinte documentação, relacionada no subitem 20.3 da Norma 1/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação dos artigos 2º, 14, 16 e 38, ao disposto nos itens 8.2, alíneas “h”, “j”, da Norma nº 1/2011 e artigo 10 da Lei 9.612/98, conforme transcrição a seguir:

a. O Art.14 do Estatuto Social estabelece que o Mandato da Diretoria Executiva será de cinco anos. No entanto, de acordo com o subitem 8.2, subalínea “h.3” da Norma nº 01/2011,

“8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;”

b. O Art. 38 do Estatuto Social estabelece que no caso de extinção o patrimônio líquido deverá ser destinado a outra associação ou entidade de fins não econômicos ou ao **Poder Executivo Municipal**. No entanto, de acordo com o subitem 8.2, alínea “j” da Norma nº 01/2011, a destinação do patrimônio em caso de extinção deverá obedecer as disposições contidas no art. 61 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, ou seja,

"Art. 61. Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no parágrafo único do art. 56, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissa esta, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes."

§ 2º Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União (grifo nosso)."

c. O Art. 2º, Parágrafo Único determina que a entidade, para alcançar seus objetivos, atuará de forma bastante ampla, realizando **programas especiais em emissoras de rádio e de televisão**. Ocorre que, de acordo com o art. 10 da Lei nº 9.612/1998,

"Art. 10. A cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária."

Parágrafo único - é vedada a outorga de autorização para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão (grifo nosso) mediante assinatura, bem como à entidade que tenha como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados."

d. O Art. 16 do Estatuto Social estabelece que a Associação poderá outorgar direitos adquiridos. Entretanto, de acordo com o art. 12 da Lei nº 9.612/1998,

"Art.12. É vedada a transferência, a qualquer título, das autorizações para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária."

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "c", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

IV. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea "g", da Norma nº 01/2011;

V. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso, de acordo com o subitem 8.1, alínea "f.1", da Norma nº 01/2011;

VI. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f.2", da Norma nº 01/2011;

VII. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de

Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e no subitem 10.8 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos fotos criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual ou do Distrito Federal, e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

Obs.: no relatório devem constar todos os horários da emissora, com os respectivos programas.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

À consideração superior.

Brasília, 7 de março de 2013.



NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0706/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 8 de março de 2013.




SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3 º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6281



Ofício nº 813 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília,  de março de 2013.

Ao Senhor

EDUARDO RIBEIRO GARCIA

Representante Legal da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura-ACEAF
Rua Jerônimo de Andrade, nº 135
18.870-000 Fartura - SP

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.055775/2011.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.055775/2011**, na localidade de **Fartura / SP**, no qual essa Entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **0706/2013**, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



EX 125 N 02
38
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF
87,9 - FM - "A COMUNITÁRIA"



OFICIO/PFM/OFI/ERG/13/2013

Fartura, 02 de abril de 2013

Assunto: OFICIO Nº 813/2013/CGRC/SCE-MC 53000.055775/11 Nota
Técnica nº 0706/2013 - pendências.

Ilustre Senhor

1 - Considerando o ofício recebido e as necessárias providências que se fazem vimos solicitar prorrogação de prazo considerando que algumas providências não dependem de nossa atuação, tais como alteração do ESTATUTO SOCIAL, para a devida adequação, atendendo prazos previstos para convocação de assembleia com publicação nos órgãos de imprensa com 15 dias, fizemos publicação no dia 29/03/13 - Jornal Sudoeste do Estado, ano 29 - nº 1264, folha 3/8 - caderno variedades (cópias anexas) prevendo no dia 13/04/13, após realização, temos que nos sujeitar aos prazos do CARTORIO DE REGISTROS, onde já tivemos problemas de prazo para registro em mudança similar anterior, e acreditamos que teremos novamente problemas de prazo.

a) anexo Solicitação de prorrogação de prazo conforme modelo MC

Com relação aos itens demarcados abaixo, seguem anexos todos os documentos solicitados em seu ofício, exceto Estatuto Atualizado e Ultimo Relatório do Conselho

2 - item III - seu ofício - Prova de maioria dos dirigentes - xerox anexas

3 - item IV - seu ofício - Declarações dos Diretores - compromisso normas

4 - item V e VI - seu ofício - Declaração residência e não participação

5 - item VII - seu ofício - COMPROVAÇÃO DE IDONEIDADE DIRIGENTES

sub item A - Certidões fatos criminais Justiças: Federal, Estadual e Eleitoral

sub item B - Certidões antecedentes: Polícia Federal e Estadual

A e B - estão todas reunidas em cada dirigente (5 folhas)

Eduardo Ribeiro Garcia - Presidente

Luis Carlos Faustino - Vice Presidente

Beatriz Romano Silva Teixeira - Secretária e

Rua Jerônimo Andrade, 135 - Fone/Fax 0xx 14 3382-1234 - 18870-000 - Fartura - SP



Handwritten text in the top right corner, possibly a date or reference number.

Handwritten text line below the top right corner.

Handwritten text line in the upper middle section.

Handwritten text line in the middle right section.

Main body of handwritten text, consisting of several lines of cursive script.

Handwritten text line in the lower middle section.

Bottom section of handwritten text, including several lines of cursive script.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF
87,9 - FM - "A COMUNITÁRIA"



Valdir Robson Pereira - Tesoureiro

sub item C - REGULARIDADE FISCAL

Fazendas: Nacional, Estadual e Municipal

sub item D - REGULARIDADE DA ENTIDADE

INSS -

FGTS -

Com relação ao item abaixo, ficará pendente e será encaminhado dentro do prazo da prorrogação.

6 - item VIII - seu ofício - Último relatório Conselho Comunitário,

Certo da valiosa atenção de Vossa Senhoria e no aguardo de pronunciamento favorável, renovamos protestos de estima e apreço.

Atenciosamente


Eduardo Ribeiro Garcia

Presidente da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura - ACEAF

Ilmo Sr

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Explanada dos Ministérios - Bloco "R" - anexo Ala Oeste, 3º Andar -

CEP 70.044.900 - Brasília - DF (061) 3311-6281

SOLICITAÇÃO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Ao Senhor Diretor de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica,

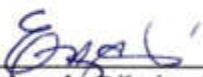
Assunto: Documentação em resposta ao ofício nº 813/2013/CGRC/SCE-MC de 08/03/2013 - recebido em 14/03/2013 - conforme comprovante EBCT anexo.

Processo nº: 5300.055775/2011 - Nota Técnica 0706/2013

Local: FARTURA - UF: SP

Em atenção ao ofício acima indicado e relativo à solicitação de documentação para sanear pendências constadas no requerimento de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em nome da ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF, solicito prorrogação de prazo por mais 30 (trinta) dias, pois em razão de documentos que dependem de prazos da tramitação legal, (alteração de Estatuto Social) e sistema de registros na area CARTORIAL a que temos que nos sujeitar aos prazos deles, a que não será possível cumprir as exigências dentro do prazo estabelecido.

Fartura, 05 de abril de 2013.



Eduardo Ribeiro Garcia
Presidente da ACEAF
CPF 163.890.348-49

Endereço para correspondência : Rua Jerônimo de Andrade, 135
na cidade de Fartura, Estado de São Paulo - CEP 18870-000
Telefone para contato: 14 - 3382-1234
Correio eletrônico (e-mail) (recados): navifar@uol.com.br

**CORREIOS****RQ234114665BR - Histórico do Objeto**

O horário não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDI

Data	Local	Situação
14/03/2013 18:42	AC FARTURA - FARTURA/SP	Entrega Efetuada
14/03/2013 12:54	AC FARTURA - FARTURA/SP	Saiu para entrega
12/03/2013 14:34	AC MINISTERIO DAS COMUNICACOES - BRASILIA/DF	Postado

Conta SEDEX - saib

Endereçador - conheça o software gratuito de

CIC

NASCIMENTO
30.08.42

INSCRIÇÃO NO CPF
163 890 348 49

CONTRIBUINTE

EDUARDO RIBEIRO GARCIA

Juliano Pereira Silva
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Eduardo Garcia

086 Comunicação

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLEGAR DIREITO

RG 4.870.139

F.D. E-3344

I-2244

Eduardo Garcia
ASSINATURA DO PORTADOR

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEC

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO

CEDULA DE IDENTIDADE

NOME: EDUARDO RIBEIRO GARCIA

FILIAÇÃO: JOSÉ RIBEIRO GARCIA

E. FRANCISCA GARCIA

NASCID. O AOS 30 de Agosto 1942

RUE Fátima, São Paulo

COR DA PELE: BRANCA OLHOS: VERDES

ORIGEM: BRASILEIRA NACIONAL

São Paulo (Brasil) 12 de Fevereiro de 1969

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
EDUARDO RIBEIRO GARCIA

DATA DE NASCIMENTO 30/08/42	Nº INSCRIÇÃO 757678901-91	ZONA 234	SEÇÃO 0003
MUNICÍPIO / UF FARTURA SP	DATA DE EMISSÃO 18/09/86		

PRESIDENTE DO TRE
Luiz Antônio

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

BOLETO DIREITO

Eduardo Garcia

ASSINATURA COM IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FISICAIS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

SIGNATURA DO CONTRIBUINTE

Luis Carlos Faustino

NASCIMENTO
22.10.65

INSCRIÇÃO NO CPF
073 855 628 92

CONTRIBUINTE

LUIZ CARLOS FAUSTINO

Antonio Nuno Gomes
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

INCA PUBLICA

SECRETARIA D

SÉRIE - A - 88

Nº 053245

30.MAI.1979

13.138.495

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

CÉDULA DE IDENTIDADE

NACIONALIDADE BRASILEIRA

VALDIR ROBSON PEREIRA

Hélio Pereira

Antonina Rabelo Pereira

Fartura-SP

22/NOV/1960

P.I. Fartura

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

VALDIR ROBSON PEREIRA

DATA DE NASCIMENTO

22/11/60

Nº INSCRIÇÃO

754304001-08

ZONA

234

SEÇÃO

0016

MUNICÍPIO / UF

FARTURA SP

DATA DE EMISSÃO

18/09/86

PRESIDENTE DO TRE

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

CIC

NASCIMENTO

22.11.60

INSCRIÇÃO NO CN

041 487 158 00

CONTRIBUINTE

VALDIR ROBSON PEREIRA

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 834-2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

Beateixeira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.794-187-X DATA DE EXPEDIÇÃO 04/SET/91

NOME BEATRIZ ROMANO DA SILVA TEIXEIRA

FILIAÇÃO JOSE ROMANO DA SILVA E ROSALINA CANARGO DA SILVA

NATURALIDADE FARTURA -SP DATA DE NASCIMENTO 12/JUL/1950

DOC ORIGEM FARTURA SP FARTURA

CPF 282334178-15 CC-1 V. B21 / FLS. 70 / N. 000015

Carlos Noll

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome BEATRIZ ROMANO DA SILVA TEIXEIRA

Nº de inscrição 282334178-15 Data de nascimento 12/07/50

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emido em 11/03/88

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR BEATRIZ ROMANO DA SILVA TEIXEIRA

DATA DE NASCIMENTO 12/07/50 N.º INSCRIÇÃO 282334178-16 ZONA 234 SEÇÃO 0010

MUNICÍPIO/UF FARTURA SP DATA DE EMISSÃO 18/09/86

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR BEATRIZ ROMANO DA SILVA TEIXEIRA

DATA DE NASCIMENTO 12/07/50 N.º INSCRIÇÃO 282334178-16 ZONA 234 SEÇÃO 0010

MUNICÍPIO/UF FARTURA SP DATA DE EMISSÃO 18/09/86

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL



**DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO
APLICÁVEL À RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.**

Nós, na qualidade de dirigentes da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Fartura, 28 de março de 2013

Eduardo Ribeiro Garcia


Presidente - (CPF 163.890.348-49)

Luis Carlos Faustino


Vice- Presidente - (CPF 073.855.626-92)

Beatriz Romano da Silva Teixeira


Secretária - (CPF 282.334.178-15)

Valdir Robson Pereira


Tesoureiro - (CPF - 041.487.158-89)

Endereço para correspondência : Rua Jerônimo de Andrade, 135
na cidade de Fartura, Estado de São Paulo - , CEP 18870-000
Telefone para contato: 14 - 3382-1234
Correio eletrônico (e-mail) (recados): navifar@uol.com.br


**DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA
ENTIDADE**



Eu, EDUARDO RIBEIRO GARCIA, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF, declaro para os devidos fins que:

- todos os dirigentes da entidade residem na área de execução do serviço.
- entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura,
- o nome fantasia da emissora, se este for utilizado, será 87 - PEROLA FM,

Fartura, 05 de abril de 2013.



Eduardo Ribeiro Garcia
Presidente da ACEAF
CPF 163.890.348-49

Endereço para correspondência : Rua Jerônimo de Andrade, 135
na cidade de Fartura, Estado de São Paulo - CEP 18870-000
Telefone para contato: 14 - 3382-1234
Correio eletrônico (e-mail) (recados): navifar@uol.com.br



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nº da Certidão 20130000564082

CERTIFICO , revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: EDUARDO RIBEIRO GARCIA** , ou vinculado ao **CPF de número 163.890.348-49,**

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br , até 60 dias da liberação, através do código de segurança: C4IC6DY6Y8WL hKHSaN B4IDCBaBY3ZhRJB
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 05 de abril de 2013 às 10h58min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) FORO DE FARTURA



CERTIDÃO Nº: 6811087

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de Fartura, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 01/04/2013, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

EDUARDO RIBEIRO GARCIA, RG: 4.870.139, CPF: 163.890.348-49, nascido em 30/08/1942, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão abrange os processos criminais e os processos dos Juizados Especiais Criminais, ressalvado o previsto no Item 54, alínea B, do capítulo VII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça; só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

As custas no valor de R\$ 14,00 foram recolhidas na forma da Lei.

Fartura, 4 de abril de 2013.

Luiz Fernando Corona de Castro
Escrevente Técnico Judiciário

PEDIDO Nº:

0000214





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 10929442013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **EDUARDO*RIBEIRO*GARCIA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de JOSE RIBEIRO GARCIA e FRANCISCA RIBEIRO GARCIA, nascido(a) aos 30/08/1942, natural de FARTURA/SP, Documento de identificação 4870139 SSP/SP, CPF 163.890.348-49.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:40 de 03/04/2013

**ATESTADO de
Antecedentes Criminais**secretaria da
segurança públicaGOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt



Imprimir | Retorna

**Nome:** EDUARDO RIBEIRO GARCIA**Número do RG:** 4870139 - 7**Nome do Pai:** JOSE RIBEIRO GARCIA**Nome da Mãe:** FRANCISCA RIBEIRO GARCIA**Data de Nascimento:** 30/08/1942**Data de Expedição informada:** 07/07/2008

"O requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes judiciário-criminais até a presente data no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt."

IMPORTANTE :

Este atestado é válido somente com a apresentação da carteira de identidade expedida na data acima pelo IIRGD da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Este atestado foi emitido em 04/04/2013, às 17:08 horas e está disponível para consulta no endereço: <http://www2.ssp.sp.gov.br/atestado/confirma.cfm>, informando o código : 5c8c1192-3d8d-40f9-8292-ca68fa8e774c

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **EDUARDO RIBEIRO GARCIA**

Inscrição: **075767890191** Zona: 234 Seção: 3

Município: 64092 - FARTURA UF: SP

Data de Nascimento: 30/08/1942 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: FRANCISCA RIBEIRO GARCIA
JOSE RIBEIRO GARCIA

Certidão emitida às 13:25 de 03/04/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **LYWU.NASU.RNXV.HAI9**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nº da Certidão 20130000564108

CERTIFICO , revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: LUIS CARLOS FAUSTINO** , ou vinculado ao **CPF de número 073.855.628-92,**

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br , até 60 dias da liberação, através do código de segurança: GBh4IhIU781J4JAD2F X7ELNQIXA35NWLC
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 05 de abril de 2013 às 11h00min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP**

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) FORO DE FARTURA****CERTIDÃO Nº: 6811091****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de Fartura, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 01/04/2013, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

LUIZ CARLOS FAUSTINO, RG: 17.525.570-4, CPF: 073.855.628-92, nascido em 22/10/1965, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão abrange os processos criminais e os processos dos Juizados Especiais Criminais, ressalvado o previsto no Item 54, alínea B, do capítulo VII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça; só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

As custas no valor de R\$ 14,00 foram recolhidas na forma da Lei.

Fartura, 4 de abril de 2013.

Luiz Fernando Corona de Castro
Escrevente Técnico Judiciário

PEDIDO Nº:

0000215



**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **LUIS CARLOS FAUSTINO**

Inscrição: **075818180132** Zona: 234 Seção: 51

Município: 64092 - FARTURA UF: SP

Data de Nascimento: 22/10/1965 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: ISAURA MACHADO FAUSTINO
JOSE FAUSTINO

Certidão emitida às 13:28 de 03/04/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **ZG1Ø.L3UQ.LVFP.OUMA**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



ATESTADO de Antecedentes Criminais

secretaria da
segurança públicaGOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt



Imprimir | Retorna

**Nome:** LUIS CARLOS FAUSTINO**Número do RG:** 17525704 - 8**Nome do Pai:** JOSE FAUSTINO**Nome da Mãe:** ISAURA MACHADO FAUSTINO**Data de Nascimento:** 22/10/1965**Data de Expedição informada:** 01/03/1983

"O requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes judiciário-criminais até a presente data no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt."

IMPORTANTE :

Este atestado é válido somente com a apresentação da carteira de identidade expedida na data acima pelo IIRGD da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Este atestado foi emitido em 03/04/2013, às 14:06 horas e está disponível para consulta no endereço: <http://www2.ssp.sp.gov.br/atestado/confirma.cfm>, informando o código : b7a606fd-86e9-4cdd-a4c9-0f3bc24a15e1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 10946682013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **LUIS*CARQLOS*FAUSTINO**, nacionalidade brasileira, filho(a) de JOSE FAUSTINO e ISAURA MACHADO FAUSTINO, nascido(a) aos 22/10/1965, natural de FARTURA/SP, Documento de identificação 17525704 SSP/SP, CPF 073.855.628-92.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 15:46 de 03/04/2013



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nº da Certidão 20130000564240

CERTIFICO , revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: BEATRIZ ROMANO DA SILVA TEIXEIRA** , ou vinculado ao **CPF de número 282.334.178-15,**

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br , até 60 dias da liberação, através do código de segurança: PJCQTWS32H4I hLETZS X7ENhPDU9YANPhM
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 05 de abril de 2013 às 11h10min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) FORO DE FARTURA

**CERTIDÃO Nº: 6811085****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de Fartura, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 01/04/2013, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

BEATRIZ ROMANO DA SILVA TEIXEIRA, RG: 4.794.187-X9, CPF: 282.334.178-15, nascido em 12/07/1950, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão abrange os processos criminais e os processos dos Juizados Especiais Criminais, ressalvado o previsto no Item 54, alínea B, do capítulo VII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça; só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

As custas no valor de R\$ 14,00 foram recolhidas na forma da Lei.

Fartura, 4 de abril de 2013.

Luiz Fernando Corona de Castro
Escrevente Técnico Judiciário

PEDIDO Nº:

0000213





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITA** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **BEATRIZ ROMANO DA SILVA TEIXEIRA**

Inscrição: **075804360116** Zona: 234 Seção: 10

Município: 64092 - FARTURA UF: SP

Data de Nascimento: 12/07/1950 Domiciliada desde: 18/09/1986

Filiação: ROSALINA CAMARGO DA SILVA

JOSE ROMANO DA SILVA

Certidão emitida às 13:35 de 03/04/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta certidão de quitação eleitoral é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **TDaw.6QX/.XDT/.QPX7**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 10934182013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **BEATRIZ*ROMANO*DA*SILVA*TEIXEIRA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de JOSE ROMANO DA SILVA e ROSALINA CAMARGO DA SILVA, nascido(a) aos 12/07/1950, natural de FARTURA/SP, Documento de identificação 4794187X SSP/SP, CPF 282.334.178-15.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:57 de 03/04/2013



**ATESTADO de
Antecedentes Criminais**

secretaria da
segurança pública



IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt



Imprimir | Retorna

Nome: BEATRIZ ROMANO DA SILVA TEIXEIRA

Número do RG: 4794187 - X

Nome do Pai: JOSE ROMANO DA SILVA

Nome da Mãe: ROSALINA CAMARGO DA SILVA

Data de Nascimento: 12/07/1950

Data de Expedição informada: 04/09/1991

"O requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes judiciário-criminais até a presente data no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt."

IMPORTANTE :

Este atestado é válido somente com a apresentação da carteira de identidade expedida na data acima pelo IIRGD da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Este atestado foi emitido em 03/04/2013, às 14:17 horas e está disponível para consulta no endereço: <http://www2.ssp.sp.gov.br/atestado/confirma.cfm>, informando o código : cbf9d381-e90b-4219-8efc-dece6ffc190f



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nº da Certidão 20130000564220

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: VALDIR ROBSON PEREIRA**, ou vinculado ao **CPF de número 041.487.158-89**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: 5I682Z4ZBIAU FCT4JT X7ELKhEZCY8NXSX
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 05 de abril de 2013 às 11h08min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP**

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) FORO DE FARTURA****CERTIDÃO Nº: 6811080****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de Fartura, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 01/04/2013, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

VALDIR ROBSON PEREIRA, RG: 13.138.495, CPF: 041.487.158-89, nascido em 22/11/1960, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão abrange os processos criminais e os processos dos Juizados Especiais Criminais, ressalvado o previsto no Item 54, alínea B, do capítulo VII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça; só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

As custas no valor de R\$ 14,00 foram recolhidas na forma da Lei.

Fartura, 4 de abril de 2013.

Luiz Fernando Corona de Castro
Escrevente Técnico Judiciário

PEDIDO Nº:

0000212



**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **VALDIR ROBSON PEREIRA**

Inscrição: **075830400108** Zona: 234 Seção: 16

Município: 64092 - FARTURA UF: SP

Data de Nascimento: 22/11/1960 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: **ANTONINA RABELLO PEREIRA**
HELIO PEREIRA

Certidão emitida às 13:18 de 03/04/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **ISQJ.NV+A.PPBM.Ø1TM**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

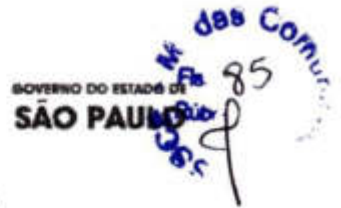
Nº 10935312013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **VALDIR*ROBSON*PEREIRA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **HELIO PEREIRA e ANTONINA RABELO PEREIRA**, nascido(a) aos 22/11/1960, natural de FARTURA/SP, Documento de identificação 13138495 SSP/SP, CPF 041.487.158-89.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 15:01 de 03/04/2013

**ATESTADO de
Antecedentes Criminais**secretaria da
segurança pública

IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt

Nome: VALDIR ROBSON PEREIRA**Número do RG:** 13138495 - 8**Nome do Pai:** HELIO PEREIRA**Nome da Mãe:** ANTONINA RABELO PEREIRA**Data de Nascimento:** 11/11/1960**Data de Expedição informada:** 30/05/1979

Não é possível emitir o seu Atestado de Antecedentes. Ocorreu falha na sua identificação. Verifique se você digitou corretamente os dados, conforme sua Carteira de Identidade.

Se o problema persistir, solicitamos que, para obtenção do Atestado de Antecedentes, você imprima o resultado desta pesquisa e se dirija a um posto de identificação do IIRGD ou a um posto do Poupatempo (vide relação dos postos e seus respectivos endereços clicando aqui).

Ressaltamos que isto não implica a existência de pendências jurídico-criminais. Pode ser somente uma incorreta identificação por erro de digitação, acentuação ou duplicidade de informações nos nossos arquivos.



Imprimir | Retorna

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.682.166/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 11/08/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA EDUCACAO AMBIENTAL DE FARTURA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R GERONIMO DE ANDRADE	NÚMERO 135	COMPLEMENTO	
CEP 18.870-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO FARTURA	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/08/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 13/03/2013 às 10:52:32 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA EDUCACAO AMBIENTAL DE FARTURA
CNPJ: 02.682.166/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 10:28:11 do dia 13/03/2013 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/09/2013.

Código de controle da certidão: **5C29.0319.9230.6D51**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Coordenadoria da Dívida Ativa



Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 02.682.166

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 3122799

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 13/03/2013 10:23:54

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 03 de 13 de agosto de 2010, publicada no D.O.E. de 17/08/2010 - Seção I, p. 21.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no site

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

CNPJ 46 223 707 / 0001 - 68




CERTIDÃO

Ressalvando o direito de cobrar quaisquer débitos que por ventura venha a existir, CERTIFICO, para os devidos fins que, a Firma em nome de. **ASSOCIAÇÃO COM. EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA, CNPJ-02.682.166/0001-60**, sobre o cadastro nº.86/01, esta localizada à **RUA JERONIMO DE ANDRADE, 135**, neste município e cidade de Fartura-SP, com atividade de “**SERV. DE RADIODIFUSÃO COMUNITARIA**”, com início de suas atividades em, **28/08/2011**, qual permanece na ativa. Certifico que **NADA** deve aos cofres municipais com referência a impostos mobiliários, até a presente data. Certidão valida por 60 (sessenta dias), após esta data.

Por ser verdadeira, firmo a presente Certidão,

P.M. de Fartura, 13 de Março de 2.013


CARLOS CAETANO P. DA CUNHA
Lançador Municipal



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 000262013-21027166

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA EDUCACAO AMBIENTAL DE FARTURA

CNPJ: 02.682.166/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 13/03/2013.

Válida até 09/09/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA EDUCACAO AMBIENTAL DE FARTURA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.682.166/0001-60

Certidão n°: 25239013/2013

Expedição: 13/03/2013, às 10:30:25

Validade: 08/09/2013 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO COMUNITARIA EDUCACAO AMBIENTAL DE FARTURA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 02.682.166/0001-60, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 02682166/0001-60
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA ED AMB FARTURA
Endereço: RUA GERONIMO DE ANDRADE NR 135 / CENTRO / FARTURA / SP / 18870-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/03/2013 a 11/04/2013

Certificação Número: 2013031314413963926322

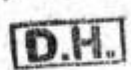
Informação obtida em 13/03/2013, às 14:41:39.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

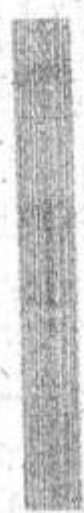
MA. DES. C.
Fb 92
CURT
92



Imo Sr
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES - 01210 01-913/2013 CCE/C
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas
Esplanada dos Ministérios - Bloco "R" - anexo Ala Oeste, 3º Andar -
CEP 70.044.900 - Brasília - DF (061) 3311-6281



Remetente: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA
RUA JERONIMO DE ANDRADE, 135
1887-000 - FARTURA - SP





ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF
87,9 - FM - "A COMUNITÁRIA"



OFICIO/PFM/OFI/ERG/15/2013

Fartura, 08 de maio de 2013

Análise 2

Assunto: OFICIO Nº 813/2013/CGRC/SCE-MC 53000.055775/11 Nota Técnica nº 0706/2013 - pendências.

Ilustre Senhor

Complementando os documentos faltantes conforme nosso OFICIO/PFM/OFI/ERG/13/2013 de 02/04/13, seguem anexos:

a) Cópia autenticada do Estatuto da ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA, devidamente atualizado conforme solicitado em seu Ofício acima citado, bem como alterações citadas pelo Código Civil Brasileiro e leis de regulamentação pós emitidas, registrado em Cartório sob nº 119 – Livro A 2.

b) Cópia da última Ata do Conselho Comunitário da ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA, datada de 07/10/12 com firma reconhecida da Presidente.

Certo da valiosa atenção de Vossa Senhoria e no aguardo de pronunciamento favorável, renovamos protestos de estima e apreço.

Atenciosamente


Eduardo Ribeiro Garcia

Presidente da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura - ACEAF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF

53000 023036/2013-51

SE4P4-SCE

14/05/2013-07:48

Ilmo Sr

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Explanada dos Ministérios – Bloco "R" – anexo Ala Oeste, 3º Andar -

CEP 70.044.900 – Brasília – DF (061) 3311-6281

Rua Jerônimo Andrade, 135 – Fone/Fax 0xx 14 3382-1234 - 18870-000 – Fartura – SP

CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA.

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e treze, as 09:00 (nove) horas, na Rua Jerônimo de Andrade, 135, reuniram-se os associados da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura, conforme convocação feita por edital publicado no Jornal Sudoeste do Estado, edição de 29/03/2013 na edição nº 1264, na página C3-8; bem como por notificação aos associados, para o fim específico de realizar Assembleia Geral Extraordinária para efetuar várias mudanças estatutárias, por solicitação do Ministério das Comunicações, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Departamento de Outorga e Serviços, dentre outros assuntos também objetos da convocação. Aberto os trabalhos o Sr Presidente Eduardo Ribeiro Garcia, convocou senhor Ivan Fernandes de Oliveira para secretariar tais trabalhos e informou os associados que diversas mudanças estatutárias se faziam necessárias para adequar o Estatuto vigente que é do ano de 2009 à atual legislação, conforme solicitação dos órgãos federais anteriormente citados. As alterações que se fazem necessárias são as seguintes:

95
Ribeiro
Garcia

"No Art. 2º - Parágrafo Único - foi retirado do Estatuto **"PROGRAMAS ESPECIAIS EM EMISSORAS DE RADIO E TELEVISÃO"**. No Art. 14 - Foi alterada a redação de "O mandato da Diretoria será de cinco anos, com direito a reeleição ou recondução no cargo quando não houver interessados." para essa nova redação: O mandato da Diretoria será de 04 (quatro) anos, admitindo apenas 01 (uma) reeleição. No Art. 16 foi retirado do Estatuto - **"OUTORGAR DIREITOS ADQUIRIDOS"**. No Art. 38 - foi totalmente refeito, com nova redação e itens - ficando assim: **Art. 38º - A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembleia pelo Presidente, especificamente para esse fim e conforme maioria de 2/3 (dois terços). § 1º. Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no parágrafo único do art. 56, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissa esta, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes. § 2º Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União." E algumas adequações em conformidade com CCB.**

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Câmara de Fartura - Estado de São Paulo
Angela Maria Erustes
Oficial Designada

Enfim demonstradas todas as necessidades solicitadas foi colocada em votação as alterações elencadas e foram aprovadas por unanimidade por todos os presentes e o ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA passou a ter a seguinte redação:

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA

CAPITULO I DA CONSTITUIÇÃO DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF, inscrita no CNPJ 02.682.166/0001-60, é uma associação civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios de solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social. Atuando no âmbito distrital, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes de Fartura. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, não religiosa, sem discriminação de raça,

95
Ribeiro
Garcia



sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam os cidadãos e que possam ser encaminhadas por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as mesmas populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. A Associação terá duração indeterminada, com número limitado de associados e sua sede provisória esta localizada no endereço: Rua Jerônimo de Andrade, nº 135, CEP 18870-000 - Fartura, SP.

Art. 2º - Os objetivos sociais que fundamenta sua constituição são os seguintes:

a) Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens a manifestação folclórica artística e cultural, sendo um dos objetivos básicos a finalidade específica de "executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária", conforme incisos I a V do art. 3º da Lei 9.612/98;

b) Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismo e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens cidadão que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;

c) Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam as demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório ou permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, transportes segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidades de lazer, serviços emergências e atividades culturais e artística.

d) Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do bairro, estimulando a boa vontade e ajuda mútua como instrumentos para alcançar o bem estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidade, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade.

e) Fortalecer os laços institucionais entre os representantes políticos da comunidade e as demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamentos de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimentos social, cultural e artístico de sociedade comunitária;

f) Fomentar, em caráter permanente o debate das questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidade dos cidadãos, o conhecimento das Leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas Econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a

g) Consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição de cidadania de brasileiros natos ou por adoção..

PARAGRAFO UNICO - Para alcançar seus objetivos a Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura, atuara de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferencias: organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Angela Maria Erustes
Oficial Designada

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Fls.	Anexos
18	2

outras formas de aprendizado; publicando circulares, boletins, noticiosos, jornais e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob sua responsabilidade o por meio de acordo ou contratos de prestação de serviços e parcerias com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismo de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, como os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados atendendo, naturalmente as normas constitucionais (Art. 5 - inciso IX da Constituição).



CAPITULO II - DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

Art. 3º - Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade residente em toda a área do município de Fartura - Sp, sem limitação de numero por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária.

a) A todo e qualquer cidadão domiciliado na localidade de Fartura é assegurado o ingresso no quadro associativo,

b) A todos os associados, pessoas físicas, é assegurado o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade em todas as suas instancias deliberativas existentes,

Art. 4º - É assegurado o ingresso, como associada, a pessoa jurídica sem fins lucrativos, sediadas na localidade Fartura - SP, a quem é conferido, por intermédios de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto, nas deliberações sobre a vida social da entidade em todas as suas instancias deliberativas existentes.

Parágrafo 1º - Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste estatuto, assinado-o com prova de concordância com suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opiniões sobre qualquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhadas ao conselho comunitário.

Parágrafo 2º Ao encaminhar sua inscrição o candidato devera preencher um cadastro básico contendo informações e dados pessoais e profissionais e familiares.

Parágrafo 3º Os Associados podem ser enquadrado nas seguintes categorias:

a) FUNDADORES - os que participam das reuniões preliminares e/ou da Assembleia de Instalação da associação

b) CONTRIBUINTES - os que se inscrevem após o encerramento do livro de fundação e mantenha suas contribuições e participações em dia;

c) BENEMÉRITOS - cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços a associação ou a comunidade, ao Município, ao Estado, ou a sociedade.

Art. 5 - São deveres inalienáveis e intransferíveis dos associados:

a) Aceitar como seus os objetivos fundamentais da associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social, o Programa de Atividade e as instruções da Diretoria aprovadas pelos Conselhos ou Assembleias;

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Cemarca de Fartura - Estado de São Paulo
Angela Maria Erustes
Oficial Designada

Registro de Imóveis	
Anexo - Fatura - 5º	
11/11	11/11



b) Prestigiar, com sua presença, ou com representação, eventos e atividades programadas, justificando, de alguma forma o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidade que envolvam outros associados ou que básicas para a continuidade dos trabalhos e atividades;

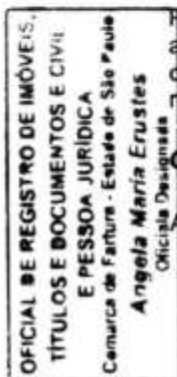
c) Recolher com pontualidade as condições financeiras aprovadas pela assembleia indicando, a tempo, quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à Diretoria no cumprimento de obrigações assumidas em nome da Associação.

Art. 6º - Ao associado que infringir o Estatuto Social, as Normas Regimentais os Planos de Atividades e as decisões aprovadas em Assembleia ou emitidas na forma de estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado,
- b) Suspensão de suas atividades por tempo determinado,
- c) Afastamento do quadro social.

Parágrafo 1º A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto, ou a pedido do próprio associado através de pedido formalizado à Diretoria.

Parágrafo 2º Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromisso financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retornar sua participação nas atividades associativas com aprovação do Presidente.



CAPITULO III - DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º - São legítimos dirigentes

- a) Presidente
- b) Vice Presidente
- c) Secretário
- d) Tesoureiro
- e) Conselho Comunitário

Art. 8º - Compete ao Presidente

- a) Representar a Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura, em todos os Atos Públicos, em Juízo e fora dele,
- b) Presidir as reuniões da Diretoria e convocá-las para Atos decorrentes das Atividades Associativas,
- c) Presidir as Assembleias extraordinárias,
- d) Presidir Conferencias, debates, palestras, reuniões, sessões, atividades publicas da Associação.
- e) Dar posse ao membro da Diretoria,
- f) Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação,
- g) Supervisionar quaisquer atividades da Entidade
- h) Assinar contratos, convênios, acordo e praticar atos da administração em geral, aceitar bens em, comodato,
- i) Assinar com Secretario as Atas de Reuniões ou Assembleias,
- j) Assinar com o Tesoureiro, os contratos que obrigam a Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura, a quaisquer ordem de pagamento ou movimentação de fundos sociais, inclusive cheques ou levantamentos de depósitos e quaisquer espécies de títulos, cauções, ordem de pagamento, previsão orçamentária, balanços, balancetes e relatórios financeiros.

Parágrafo ÚNICO - O Presidente será substituído na ordem procedente pelo seguintes Diretores em Ordem: Vice-Presidente e Tesoureiro

Art. 9º - Compete ao Vice Presidente

Registro de Imóveis e Anexos - Fatura - SP	
Fila	Ass.
05	

Auxiliar o Presidente em tarefas por ele designadas e substituí-lo na ordem precedente, desde que não haja impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.

Art. 10º - Compete ao Secretário

Superintender os trabalhos da Secretaria de forma eficiente para a boa organização da entidade e:

- Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da Diretoria e das Assembleias;
- Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da secretaria mantendo-o em dia;
- Lavar, subscrever as Atas de Reunião da Diretoria e das Assembleias;
- Fornecer ao Presidente, todos os dados solicitados sobre as atividades da entidade e do seu trabalho

Art. 11º - Compete ao Tesoureiro

- Assinar com o Presidente, cheques e todos os documentos financeiros sempre que solicitados,
- Apresentar balancetes de demonstrativo de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil,
- Arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições;
- Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- Manter os lançamentos com toda a clareza e arquivamento dos comprovantes;
- Fornecer ao Presidente, quando solicitado, todos os dados referentes a suas atividades;
- Substituir o Presidente na ordem da Presidência

Art. 12º - DO CONSELHO COMUNITÁRIO

a) O Conselho Comunitário será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local ou da área urbana da localidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei 9.612/98.

b) o Conselho Comunitário deverá encaminhar Ministério das Comunicações, anualmente sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem com sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

c) A entidade manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabelece a composição do Conselho Comunitário.

Art. 13º - Todos os dirigentes deverão manter residência na área da comunidade de Fartura-SP

Parágrafo Único - Somente poderão fazer parte da Diretoria Executiva os brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10(dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, e, estes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que de alguma maneira lhes assegurem imunidade parlamentar ou foro especial.

CAPITULO IV - DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES

Art. 14º - O mandato da Diretoria será de 04 (quatro) anos, admitindo apenas 01 (uma) reeleição.

Parágrafo Único - Não será permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedade da Associação por membros da Diretoria ou do Conselho sem a devida autorização da Diretoria com a consequência fixação de custos e taxas correspondentes

Art. 15º - As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixadas pela Assembleia, com a aprovação da proposta da Diretoria Executiva.

Art. 16º - A Associação poderá transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para esses



Handwritten signature and initials.

Handwritten signature and initials.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Angela Maria Erustes
Oficial de Registro

Registro de Imóveis e Anexos - Fatura - SP	
Fis.	Ass.
<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>

atos, aprovada em Assembleia Extraordinária, convocada para esse fim, com voto favorável de, no mínimo, um terço dos associados em situação regular.

CAPITULO V - DAS ELEIÇÕES

Art. 17º - Os associados poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.

Art. 18º - Somente poderão votar os filiados até 180 (cento e oitenta) dias antes da data das eleições.

Art. 19º - Somente poderão ser votados os filiados até 12 (doze) meses antes das eleições.

Art. 20º - As chapas poderão inscrever-se até 60 (sessenta) dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Art. 21º - A Assembleia para as eleições será convocada por edital publico no jornal de grande circulação no município sede da associação.

Art. 22º - As eleições serão secretas, utilizando-se para votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários.

Art. 23º - As chapas inscritas poderão indicar 02 (dois) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único - Para tanto as chapas deverão apresentar requerimento à Secretaria da Associação até 30 (trinta) dias antes das eleições.

CAPITULO VI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 24º - A Presidência poderá autorizar à Secretaria - Geral e Tesouraria a convidar pessoas não filiadas a Associação para assessora-las.

Art. 25º - O Atual Estatuto poderá ser alterado por qualquer Diretor ou Associado, desde que em Assembleia Geral essa alteração atinja 60% dos votos, valendo ainda expressamente para o caso das disposições legais do Código Civil, Art. 59º, caput, parágrafo único.

CAPITULO VII - DO PATRIMONIO SOCIAL

Art. 26º - A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

- Contribuições regulares de filiados;
- Subvenções e auxílios e dotações;
- Doações e legados;
- Rendas patrimoniais
- Contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais;
- Arrecadação contributiva decorrente de taxas sociais e apoio cultural das atividades

de comunicação criadas pela Associação Comunitária, com base nos direitos legais, permitidos pela Constituição da República do Brasil.

Parágrafo 1º - Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixadas pela Diretoria conforme critérios definidos em Assembleia específica,

Parágrafo 2º - Todas as receitas da entidade serão utilizada única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais da associação.

Parágrafo 3º - São considerados "**Patrimônio da Associação**" os bens e direitos, bem como equipamentos e acessórios necessários a demanda dos objetivos da Associação reservando-se a dinâmica de evolução tecnológica a que se pode financeiramente atualizar, sendo todos registrados e aquisitados conforme documentos da legislação vigente.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL E PESSOA JURÍDICA Comarca de Fartura - Estado de São Paulo Angela Maria Erustes Oficial



[assinatura]

[assinatura]

Registro de Imóveis e Anexos - Fatura - SP	
Fig.	Ass.
07	

Art. 27 - A Presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviços de terceiros, alheios a Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

Art. 28º - Não haverá, sob nenhuma circunstância, a distribuição de bônus ou eventuais sobra de receitas entre os associados.



CAPITULO VIII - DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 29º - A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação e reunirá, ordinariamente ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.

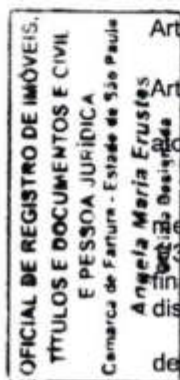
Parágrafo 1º - Um hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocada a mesa o "Livro de Presença", onde os associados lançarão suas assinaturas.

Parágrafo 2º - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembleia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-lo.

Parágrafo 3º - O Presidente da Assembleia, além de seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

Parágrafo 4º - As votações nas Assembleias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

Parágrafo 5º - A Ata dos trabalhos, lavradas pelo Secretario será assinada pelo membros da mesa e por 3 (três) associados escolhidos pela Assembleia.



Art. 30º - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de outubro.

Art. 31º - São atribuições da Assembleia Geral:

- Examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;
- Eleger no devido tempo os membros da Diretoria e do Conselho Comunitário;
- Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e do Conselho Comunitário, mediante o voto concorde de, no mínimo, 3 (um terço) dos associados fundadores e efetivo, convocados especificamente para essa finalidade, em Assembleia Geral Extraordinária, valendo ainda expressamente para o caso, as disposições do Código Civil, Art. 59, caput, parágrafo único,
- Promover imediata substituição e pelo prazo restante do mandato, dos membros destituídos, na forma da letra "c" desse artigo,
- Deliberar sobre os demais assuntos constantes da "Ordem do Dia".

Art.32º - A Assembleia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelo Conselho Comunitário ou por 1/5 (um quinto), no mínimo, dos associados deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação

Art. 33º - As Assembleias Gerais, tanto Ordinárias como Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de 15 (quinze) dias, mediante editar a ser afixado na sede social e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dia com suas obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de 08 (oito) dias

Art. 34º - A Assembleia Geral deliberará, validamente, com a presença, pessoal ou através de procuração, da maioria dos associados.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.

Parágrafo 2º - Só poderá votar e ser votado, o sócio quite com a Tesouraria.

Parágrafo 3º - Os Associados Beneméritos poderão participar das Assembleias sem direito a voto, podendo, entretanto opinar, sugerir e debater a "Ordem do Dia"

Art. 35º - Na falta do comparecimento à Assembleia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação

gms

X

C

e deliberará com qualquer numero de associados presentes, executando o disposto na letra "C" do artigo 31º.

CAPITULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da Entidade.

Art. 37º - O Presente Estatuto entra em vigor nesta data.

Art. 38º - A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembleia pelo Presidente, especificamente para esse fim e conforme maioria de 2/3 (dois terços).

§ 1º. Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no parágrafo único do art. 56, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissa esta, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

§ 2º Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.

Parágrafo Único - Os Dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações contralidas pela Entidade.

Fatura, 13 de abril de 2013

Eduardo Ribeiro Garcia
Presidente da Associação Comunitária
de Educação Ambiental de Fartura
RG 4.870.139
CPF 163.890.348-49

Lauro Rogério Dognani
Advogado
OAB SP 282752
RG 18.783.950
CPF 130.831.148-69

Nada mais havendo a ser tratado o Presidente Sr Eduardo Ribeiro Garcia, deu por encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, determinou a mim, Ivan Fernandes de Oliveira (RG 6.153.591 e CPF 238.003.808-20), que lavrasse a presente Ata que será por mim e por todos os presentes assinada. Fartura, 13 de abril de 2013...

Declaro que a presente cópia confere com o original constante das folhas 32-32 verso, 33-33 verso, 34-34 verso, 35-35 verso e 36-36 verso do livro de Atas de numero 01 da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura.

Fatura, 17 de abril de 2013

Eduardo Ribeiro Garcia
Presidente da Associação Comunitária
de Educação Ambiental de Fartura
RG 4.870.139
CPF 163.890.348-49

Lauro Rogério Dognani
Advogado
OAB SP 282752
RG 18.783.950
CPF 130.831.148-69

Tabellação de Notas e do Protesto de Letras e Títulos da
Comarca de Curitiba, Daniela dos Reis Roja Benevento
Tabellação, Reconhecimento, em documento sem valor econômico,
por semelhança das firmas IVAN FERNANDES DE OLIVEIRA,
EDUARDO RIBEIRO GARCIA, LAURO ROBERTO TOLEMANI, Ros. J.

TABELA RG-18.783.950
CPF 130.831.148-69

The image shows two examples of the FIMA (Ficha de Identificação de Matrícula) cards. The top card is labeled 'FIMA 1' and the bottom card is labeled 'FIMA 2'. Both cards display the identification number '0305AA031745' and '0305AA004697' respectively. The cards also feature a small logo in the top left corner and a QR code in the top right corner.

OFICIAL DE REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

PROTOCOLADO SOB Nº: 1367

Av.07 no R.119, L94-02, Fls.50				
Valor Base:	0,00	Esc:	78,88	Est: 22,38
Cart:	16,64	Reg:	4,19	Dilig: 0,00

DATE	DESCRIPTION	AMOUNT	TOTAL
06/05/2013	126,28

LILIANA MEEBEL DE GODOY

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Fls.	Ass.
09	

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA

CAPITULO I DA CONSTITUIÇÃO DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF, inscrita no CNPJ 02.682.166/0001-60, é uma associação civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios de solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social. Atuando no âmbito distrital, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes de Fartura. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, não religiosa, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam os cidadãos e que possam ser encaminhadas por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as mesmas populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia domestica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. A Associação terá duração indeterminada, com numero limitado de associados e sua sede provisória esta localizada no endereço: Rua Jerônimo de Andrade, nº 135, CEP 18870-000 - Fartura, SP.

Art. 2º - Os objetivos sociais que fundamenta sua constituição são os seguinte:

a) Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens a manifestação folclórica artística e cultural, sendo um dos objetivos básicos a finalidade especifica de "executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária", conforme incisos I a V do art. 3º da Lei 9.612/98;

b) Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismo e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens cidadão que não disponham recursos para desenvolver talentos e habilidades:

c) Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam as demandas e carências de informação útil, concreta e pratica, em caráter transitório ou permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, transportes segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidades de lazer, serviços emergências e atividades culturais e artística.

d) Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do bairro, estimulando a boa vontade e ajuda mutua como instrumentos para alcançar o bem estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidade, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade.

e) Fortalecer os laços institucionais entre os representantes políticos da comunidade e as demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercicio das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamentos de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimentos social, cultural e artístico de sociedade comunitária;

f) Fomentar, em caráter permanente o debate das questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados , para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidade

REGISTRO DE IMÓVEIS
 TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
 E PESSOA JURÍDICA
 Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
 Angela Maria Erustes
 Oficial Registradora

das Comunicações
 Fls. 103
 Rubrica

CK-

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Fls.	Ano.
10	2014

dos cidadãos, o conhecimento das Leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas Econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a

g) Consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição de cidadania de brasileiros natos ou por adoção..

PARAGRAFO UNICO - Para alcançar seus objetivos a Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura, atuara de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferências, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizado; publicando circulares, boletins, noticiosos, jornais e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob sua responsabilidade o por meio de acordo ou contratos de prestação de serviços e parecerias com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismo de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, como os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, a necessidade da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados atendendo, naturalmente as normas constitucionais (Art. 5 - inciso IX da Constituição).

CAPITULO II - DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

Art. 3º - Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade residente em toda a área do município de Fartura - Sp, sem limitação de numero por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária.

a) A todo e qualquer cidadão domiciliado na localidade de Fartura é assegurado o ingresso no quadro associativo,

b) A todos os associados, pessoas físicas, é assegurado o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade em todas as suas instancias deliberativas existentes,

Art. 4º - É assegurado o ingresso, como associada, a pessoa jurídica sem fins lucrativos, sediadas na localidade Fartura - SP, a quem é conferido, por intermédios de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto, nas deliberações sobre a vida social da entidade em todas as suas instancias deliberativas existentes.

Parágrafo 1º - Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste estatuto, assinado-o com prova de concordância s com suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opiniões sobre qualquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhadas ao conselho comunitário.

Parágrafo 2º Ao encaminhar sua inscrição o candidato devera preencher um cadastro básico contendo informações e dados pessoais e profissionais e familiares.

Parágrafo 3º Os Associados podem ser enquadrado nas seguintes categorias:

a) **FUNDADORES** - os que participam das reuniões preliminares e/ou da Assembleia de Instalação da associação

b) **CONTRIBUINTES** - os que se inscrevem após o encerramento do livro de fundação e mantenha suas contribuições e participações em dia;

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Camarcia de Fartura - Estado de São Paulo
Angela Maria Erustes
Oscinias

323 Confundido
Fls. 104
Rubrica

✓

Registro de Imóveis e Anexos - Fatura - SP	
Fls.	Ass.
11	12

c) BENEMÉRITOS - cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços a associação ou a comunidade, ao Município, ao Estado, ou a sociedade.

Art. 5 - São deveres inalienáveis e intransferíveis dos associados:

a) Acetlar como seus os objetivos fundamentais da associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social, o Programa de Atividade e as instruções da Diretoria aprovadas pelos Conselhos ou Assembleias;

b) Prestigiar, com sua presença, ou com representação, eventos e atividades programadas, justificando, de alguma forma o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidade que envolvam outros associados ou que básicas para a continuidade dos trabalhos e atividades;

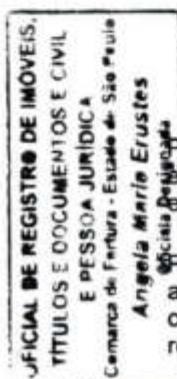
c) Recolher com pontualidade as condições financeiras aprovadas pela assembleia indicando, a tempo, quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à Diretoria no cumprimento de obrigações assumidas em nome da Associação.

Art. 6º - Ao associado que infringir o Estatuto Social, as Normas Regimentais os Planos de Atividades e as decisões aprovadas em Assembleia ou emitidas na forma de estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado,
- b) Suspensão de suas atividades por tempo determinado,
- c) Afastamento do quadro social.

Parágrafo 1º A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto, ou a pedido do próprio associado através de pedido formalizado à Diretoria.

Parágrafo 2º Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retornar sua participação nas atividades associativas com aprovação do Presidente.



CAPITULO III - DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º - São legítimos dirigentes

- a) Presidente
- b) Vice Presidente
- c) Secretário
- d) Tesoureiro
- e) Conselho Comunitário

Art. 8º - Compete ao Presidente

- a) Representar a Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fatura, em todos os Atos Públicos, em Juízo e fora dele,
- b) Presidir as reuniões da Diretoria e convocá-las para Atos decorrentes das Atividades Associativas,
- c) Presidir as Assembleias extraordinárias,

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Fl. 12	Ass.

- d) Presidir Conferencias, debates, palestras, reuniões, sessões, atividades publicas da Associação.
- e) Dar posse ao membro da Diretoria,
- f) Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação,
- g) Supervisionar quaisquer atividades da Entidade
- h) Assinar contratos, convênios, acordo e praticar atos da administração em geral, aceitar bens em, comodato,
- i) Assinar com Secretario as Atas de Reuniões ou Assembleias,
- j) Assinar com o Tesoureiro, os contratos que obrigam a Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura, a quaisquer ordem de pagamento ou movimentação de fundos sociais, inclusive cheques ou levantamentos de depósitos e quaisquer espécies de títulos, cauções, ordem de pagamento, previsão orçamentária, balanços, balancetes e relatórios financeiros.



Parágrafo ÚNICO - O Presidente será substituído na ordem procedente pelo seguintes Diretores em Ordem: Vice-Presidente e Tesoureiro

Art. 9º - Compete ao Vice Presidente

Auxiliar o Presidente em tarefas por ele designadas e substituí-lo na ordem procedente, desde que não haja impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.

Art. 10º - Compete ao Secretário

Superintender os trabalhos da Secretaria de forma eficiente para a boa organização da entidade e :

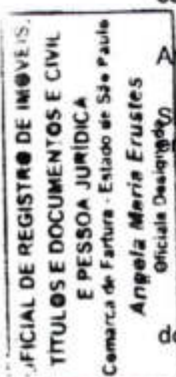
- a) Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da Diretoria e das Assembleias;
- b) Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da secretaria mantendo-o em dia;
- c) Lavrar, subscrever as Atas de Reunião da Diretoria e das Assembleias;
- d) Fornecer ao Presidente, todos os dados solicitados sobre as atividades da entidade e do seu trabalho

Art. 11º - Compete ao Tesoureiro

- a) Assinar com o Presidente, cheques e todos os documentos financeiros sempre que solicitados,
- b) Apresentar balancetes de demonstrativo de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil,
- c) Arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições;
- d) Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- e) Manter os lançamentos com toda a clareza e arquivamento dos comprovantes;
- f) Fornecer ao Presidente, quando solicitado, todos os dados referentes a suas atividades;
- g) Substituir o Presidente na ordem da Presidência

Art. 12º - DO CONSELHO COMUNITÁRIO

- a) O Conselho Comunitário será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local ou da área urbana da localidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora com vista ao



Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Fls.	Ass.
13	

atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei 9.612/98.

b) o Conselho Comunitário deverá encaminhar Ministério das Comunicações, anualmente sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem com sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

c) A entidade manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabelece a composição do Conselho Comunitário.



Art. 13º - Todos os dirigentes deverão manter residência na área da comunidade de Fartura-SP

Parágrafo Único - Somente poderão fazer parte da Diretoria Executiva os brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10(dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, e, estes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que de alguma maneira lhes assegurem imunidade parlamentar ou foro especial.

CAPITULO IV - DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES

Art. 14º - O mandato da Diretoria será de 04 (quatro) anos, admitindo apenas 01 (uma) reeleição.

Parágrafo Único - Não será permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedade da Associação por membros da Diretoria ou do Conselho sem a devida autorização da Diretoria com a consequência fixação de custos e taxas correspondentes

Art. 15º - As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixadas pela Assembleia, com aprovação da proposta da Diretoria Executiva.

Art. 16º - A Associação poderá transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para esses atos, aprovada em Assembleia Extraordinária, convocada para esse fim, com voto favorável de, no mínimo, um terço dos associados em situação regular.

CAPITULO V - DAS ELEIÇÕES

Art. 17º - Os associados poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.

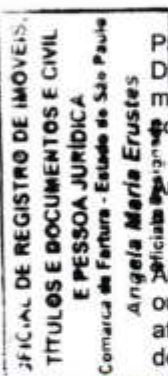
Art. 18º - Somente poderão votar os filiados até 180 (cento e oitenta) dias antes da data das eleições.

Art. 19º - Somente poderão ser votados os filiados até 12 (doze) meses antes das eleições.

Art. 20º - As chapas poderão inscrever-se até 60 (sessenta) dias antes das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Art. 21º - A Assembleia para as eleições será convocada por edital publico no jornal de grande circulação no município sede da associação.

Art. 22º - As eleições serão secretas, utilizando-se para votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários.



[Handwritten signature]

Registro de Imóveis e Anexos - Fatura - SP	
Fls.	Ass.

Art. 23º - As chapas inscritas poderão indicar 02 (dois) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único - Para tanto as chapas deverão apresentar requerimento à Secretaria da Associação até 30 (trinta) dias antes das eleições.

das Comunicações
Fig. 100
Rubrica

CAPITULO VI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 24º - A Presidência poderá autorizar à Secretaria - Geral e Tesouraria a convidar pessoas não filiadas a Associação para assessora-las.

Art. 25º - O Atual Estatuto poderá ser alterado por qualquer Diretor ou Associado, desde que em Assembleia Geral essa alteração atinja 60% dos votos, valendo ainda expressamente para o caso das disposições legais do Código Civil, Art. 59º, caput, parágrafo único.

CAPITULO VII - DO PATRIMONIO SOCIAL

Art. 26º - A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

- Contribuições regulares de filiados;
- Subvenções e auxílios e dotações;
- Doações e legados;
- Rendas patrimoniais
- Contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais;
- Arrecadação contributiva decorrente de taxas sociais e apoio cultural das atividades

de comunicação criadas pela Associação Comunitária, com base nos direitos legais, permitidos pela Constituição da República do Brasil.

Parágrafo 1º - Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixadas pela Diretoria conforme critérios definidos em Assembleia específica,

Parágrafo 2º - Todas as receitas da entidade serão utilizada única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais da associação.

Parágrafo 3º - São considerados "**Patrimônio da Associação**" os bens e direitos, bem como equipamentos e acessórios necessários a demanda dos objetivos da Associação reservando-se a dinâmica de evolução tecnológica a que se pode financeiramente atualizar, sendo todos registrados e aquisitados conforme documentos da legislação vigente.

Art. 27 - A Presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviços de terceiros, alheios a Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

Art. 28º - Não haverá, sob nenhuma circunstância, a distribuição de bônus ou eventuais sobra de receitas entre os associados.

CAPITULO VIII - DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 29º - A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação e reunirá, ordinariamente ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Um hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocada a mesa o " Livro de Presença", onde os associados lançarão suas assinaturas.

Parágrafo 2º - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembleia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-lo.

Parágrafo 3º - O Presidente da Assembleia, além de seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

Parágrafo 4º - As votações nas Assembleias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

605

P -

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Cartaria de Fatura - Estado de São Paulo
Angela Maria Erustes
Obrigado

Registro de Imóveis e Anexos - Fatura - Sº	
15	10

Parágrafo 5º - A Ata dos trabalhos, lavradas pelo Secretario será assinada pelo membros da mesa e por 3 (três) associados escolhidos pela Assembleia.

Art. 30º - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de outubro.

Art. 31º - São atribuições da Assembleia Geral:

- a) Examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;
- b) Eleger no devido tempo os membros da Diretoria e do Conselho Comunitário;
- c) Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e do Conselho Comunitário, mediante o voto concorde de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados fundadores e efetivo, convocados especificamente para essa finalidade, em Assembleia Geral Extraordinária, valendo ainda expressamente para o caso, as disposições do Código Civil, Art. 59, caput, parágrafo único,
- d) Promover imediata substituição e pelo prazo restante do mandato, dos membros destituídos, na forma da letra "c" desse artigo,
- e) Deliberar sobre os demais assuntos constantes da "Ordem do Dia".

das Comunicações
Fis. 109
Rubrica:

Art. 32º - A Assembleia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelo Conselho Comunitário ou por 1/5 (um quinto), no mínimo, dos associados deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação

Art. 33º - As Assembleias Gerais, tanto Ordinárias como Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de 15 (quinze) dias, mediante editar a ser afixado na sede social e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dia com suas obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de 08 (oito) dias

Art. 34º - A Assembleia Geral deliberará, validamente, com a presença, pessoal ou através de procuração, da maioria dos associados.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.

Parágrafo 2º - Só poderá votar e ser votado, o sócio quite com a Tesouraria.

Parágrafo 3º - Os Associados Beneméritos poderão participar das Assembleias sem direito a voto, podendo, entretanto opinar, sugerir e debater a "Ordem do Dia"

Art. 35º - Na falta do comparecimento à Assembleia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer numero de associados presentes, executando o disposto na letra "C" do artigo 31º.

CAPITULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da Entidade.

Art. 37º - O Presente Estatuto entra em vigor nesta data.

Art. 38º - A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembleia pelo Presidente, especificamente para esse fim e conforme maioria de 2/3 (dois terços).

§ 1º. Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no parágrafo único do art. 56,

426

(R)

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fátima - Estado de São Paulo
Angela Maria Erustes
Mônica Benedita

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Fis.	Ass.
	<i>[assinatura]</i>

será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissa esta, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

§ 2º Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.



Parágrafo Único - Os Dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Entidade.

Fartura, 13 de abril de 2013

[assinatura]
Eduardo Ribeiro Garcia



[assinatura]
Lauro Rogério Dognani



Presidente da Associação Comunitária
de Educação Ambiental de Fartura
RG 4.870.139
CPF 163.890.348-49

Advogado
OAB SP 282752
RG 18.783.950
CPF 130.831.148-69

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Angeles Maria Erustes
Oficial Registrante

Protocolo de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da
Comarca de Fartura, Daniela dos Reis Roja Genevente -
13. Reconheço, em documento sem valor econômico,
semelhante, as firmas EDUARDO RIBEIRO GARCIA, LAURO
ROGERIO DOGNANI, Dou fe, 13 de abril de 2013.

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Rua Carlos Guimarães, 253 - Sala 02 - CEP 13370-070
☐ Daniela R. R. Genevente - Tabeliã
☐ Paulo Sérgio Duarte - Substituto
☐ Marcelo José Piorami - Escrevente



Protocolo de Notas e de Protesto
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Rua Carlos Guimarães, 253 - Sala 02 - Fone: (14) 3382-1290
AUTENTICAÇÃO
13 de abril de 2013
07 MAI 2013
Daniela R. R. Genevente - Tabeliã
Paulo Sérgio Duarte - Substituto
Marcelo José Piorami - Escrevente
Valor cobrado p/ autenticação R\$ 2,50 - recolhido p/ verba

ATA DE REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO COMUNITARIO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA – ACEAF – ANALISE PROGRAMAÇÃO E SUGESTÕES

Ass. das Comunidades
- Fev. 11
- 11/02/2011
- 11/02/2011

Aos 07 (sete) dias do mês de outubro de dois mil e doze, as 20:00 horas, na Rua Jerônimo de Andrade, nº 135, reuniram-se os membros do Conselho Comunitário da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura - ACEAF por solicitação da Presidente Iveta Garcia, para tratar de análise da programação da " RADIO COMUNITARIA" , iniciou explicando aos demais membros que todo ano deve ser feita a análise da programação que esta sendo executada pela Radio. Diz ela lembrando a ultima reunião que pediu aos membros conforme suas disponibilidades acompanhassem a programação da Radio visando não só cumprir os preceitos legais mas também aprimorar e apoiar a Direção da mesma nos programas e informações que vão ao ar. Constantemente como Presidente do Conselho participa das reuniões da Diretoria da Radio, e sempre acompanha e sugere algumas coisas quase sempre acatada pela Diretoria. Explica a presidente que anotou a programação da radio desde o horário inicial previsto e seu conteúdo para apreciação dos demais membros, e aqui a expõe:

De segunda a sexta-feira - Das xx horas até...

Das 06:00 às 07:00 - Abertura da Rádio com orações, na sequencia programa sertanejo, com musicas raiz, modas de viola, recados, informações tempo, participação dos ouvintes por fone, carta e visitas nos estúdios, as vezes aparecem poetas, causídicos e instrumentistas se apresentam ao vivo no programa.

Das 07:00 às 08:00 - Continuidade do programa acima, exceto musicas raiz.

Das 08:00 às 11:00 - Programação variada, com musicas, recados, previsão de tempo, horóscopo, flashes de noticias locais, nacionais, participação ativa de ouvintes fone, cartas, email, chat e redes sociais, interação e integração com a comunidade.

Das 11:00 às 11:45 - Programa de reflexão de vida, mensagens otimismo, exemplos, históricos da cidade, da comunidade e pessoas que escreveram em prol da coletividade, e continuam escrevendo, flashes de momentos da comunidade.

Das 11:45 às 12:00 - Flashes de mensagens de motivação e sugestões de desenvolvimento social, organizacional e estrutural.

Das 12:00 às 12:45 - Jornal da Comunidade, noticias locais, nacionais, entrevistas, momentos da comunidade, divulgação de eventos das entidades assistenciais e outras afins.

Das 12:45 às 13:00 - Flashes musicais e Prata da Casa, recados de perdidos e achados.

Das 13:00 às 16:00 - Programação variada, com musicas, recados, previsão de tempo, horóscopo, flashes de noticias locais, nacionais, participação ativa de ouvintes fone, cartas, email, chat e redes sociais, interação e integração com a comunidade.

Das 16:00 às 18:00 - Programa sertanejo variado, musicas, recados, participação comunidade, informações diversas, participação dos ouvintes por fone, carta e visitas constantes nos estúdios, poetas, causídicos.

Das 18:00 às 19:00 - Momento de orações, na sequencia programa sertanejo raiz, modas de viola, recados, participação dos ouvintes por fone, carta e visitas a Radio.

Das 19:00 às 20:00 - Hora do Brasil

Das 20:00 às 24:00 - Programa da Jovem Guarda, Orquestras, Musicas da Velha Guarda, Recados, Poesias, Informações e participações dos ouvintes fone, recados e cartas, fechamento da Radio.

OBS: Nas quartas feiras das 20:00 às 24:00 - Espaço Disponibilizado à Camara Municipal para transmissão ao vivo das sessões Camerárias.

47

Sábado - Das xx horas até...

Das 06:00 às 07:00 - Abertura da Rádio com orações, na sequencia programa sertanejo, com musicais raiz, modas de viola, recados, informações tempo, participação dos ouvintes por fone, carta e visitas nos estúdios, as vezes aparecem poetas, causídicos e instrumentistas ao vivo no programa.

Das 07:00 às 08:00 - Continuidade do programa acima, exceto musicas raiz.

Das 08:00 às 11:00 - Programação Romântica, poesias, mensagens, recadinhos, musicas do gênero, horóscopo, participação ativa de ouvintes presencial, fone, cartas, email, interação e integração com a comunidade, .

Das 11:00 às 12:30 - Musicas para seu almoço

Das 12:30 às 17:00 - Musical variado, participação da comunidade fone e cartas, pedidos, recados e informações diversas.

Das 17:00 às 19:00 - Programa sertanejo variado, musicas, recados, informações diversas, participação dos ouvintes por fone, carta e visitas constantes nos estúdios, apresentação ao vivo de instrumentistas e repentistas.

Das 19:00 às 24:00 - Programação variada, estilos diferentes de musicas, recados de final de semana, informações diversas.

Domingo - Das xx horas até...

Das 06:00 às 07:00 - Abertura da Rádio com orações, na sequencia programa sertanejo, com musicais raiz, modas de viola, recados, informações tempo, participação dos ouvintes por fone, carta e visitas nos estúdios, as vezes aparecem poetas, causídicos e instrumentistas ao vivo no programa.

Das 07:00 às 08:00 - Continuidade do programa acima, exceto musicas raiz.

Das 08:00 às 12:00 - Palco da 87, apresentação ao vivo de músicos da cidade, divulgando suas composições, letras, poesias, recados, a viola, o violão, guitarra, as duplas, é arte ao vivo, etc..

Das 12:00 às 13:30 - Musicas para seu almoço

Das 13:30 às 17:00 - Embalando seu domingo, musicas, recados, relógio, flashes notícias.

Das 17:00 às 19:00 - A hora da Viola - músicos ao vivo, espaço sertanejo raiz, catira, etc...




Das 19:00 às 24:00 - Musical variado, interatividade e recados.

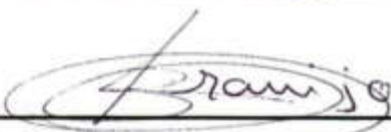
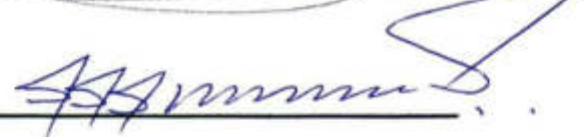
A senhora Presidente informou também que tem notado muitas chamadas de campanhas informativas de saúde, educação, princípios e considerou muito boas as mensagens, de origem dos Ministério da Saúde, Previdência e Educação, inclusive também as do município, que são bem objetivas, apartada por Tatiane, que também elogiou essas divulgações, a Presidente em seguida deixa a palavra livre:

Gustavo fala a respeito dos vários entrevistados nos últimos meses, enaltecendo o conteúdo das entrevistas bem como a maneira da equipe da 87 ao abordar os assuntos e a fácil compreensão dos ouvintes, ao qual tem ouvido bastante elogios à dinâmica utilizada, Benedito confirma e exemplifica que os meninos da Guarda Mirim estão ansiosos para participar de eventos da Rádio, os quais constantemente acompanham, e imaginam como é ser um DJ, Tatiane comentou que alguns estudantes comentaram que ouviram falar na Radio que será criado "Espaço do Estudante" e querem se inscrever, elogiaram programa de entrevistas e estilo musical da tarde, ela também aguarda o inicio e gostaria de ver isso também, a Presidente irá se inteirar disso e dará retorno. Darci, também fez referencias as entrevistas, onde os

suinocultores fizeram comentários positivos quanto as constantes informações de valores econômicos de suínos e gado, inclusive previsão do tempo, achando interessante a diversidade de entrevistas e programação alegre da radio no dia todo. de uma maneira geral todos se manifestaram, mas a Presidente gostaria de manter registro que esta tudo de acordo com as normas das Radio Comunitárias colocou em votação as atividades da mesma, sendo que foi aprovada por unanimidade a atual programação da Radio da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura.

A Presidente comentou que ideias se tem bastante na direção da Radio e nos comentários dos conselheiros, mas que muitas não podem ir adiante considerando os custos de implantar e manter aliada a parca ajuda dos apoios culturais com valores irrisórios, mas todos estão buscando alternativas para melhorar e dinamizar ações na Radio, em breve teremos novidades, deseja ela que a Radio continue cada vez mais buscando seus objetivos e norteando uma sociedade mais justa. Nada mais havendo deu por encerrada a reunião, para que se lavrasse a respectiva Ata, que após lida e achada conforme, será assinada por mim e pelos demais presentes.

Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da
Comarca de Fartura, Daniela dos Reis Roja Benevente -
Tabeliã, Reconheço, em documento sem valor econômico,
por semelhança, a firma IVETA GARCIA. Dou fe. * * * * *
* * * * *
Fartura(SP), 07 de maio de 2013.
Em test. _____ da verdade
Valido somente c/ selo Autenticidade. V. p/ firma: R\$4,25



TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Rua Carlos Guimarães, 253 - Sala 02 - CEP 18370-090
☐ Daniela R. R. Benevente - Tabeliã
☐ Paulo Sérgio Duarte - Substituto
☒ Marcelo José Pierzani - Escrevente



Remetente:
Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura
Rua Jerônimo de Andrade, 135
18870-000 - Fartura Sp

Ilmo Sr

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

REF: OFICIO Nº 813/2013/CGRC/SCE-MC 53000.055775/11

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas
Explanada dos Ministérios - Bloco "R" - anexo Ala Oeste, 3º Andar -
CEP 70.044.900 - Brasília - DF (061) 3311-6281

D.H.



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.055775/2011 Localidade / UF: FARTURA/SP
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA EDUCACAO AMBIENTAL DE FARTURA
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Beatriz Romano da Silva Teixeira	282.334.178-15	null	30/05/2013 30/05/2013	
Valdir Robson Pereira	041.487.158-89	null	30/05/2013 30/05/2013	
Luiz Carlos Faustino	073.855.628-92	null	30/05/2013 30/05/2013	
Eduardo Ribeiro Garcia	163.890.348-49	null	30/05/2013 30/05/2013	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

PROCESSO INSTRUÍDO COM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

1. Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom: f. 7
2. Certidão Negativa de débitos administrados pela ANATEL: f. 08
3. CNPJ válido e atual: f. 09
4. Estatuto: f. 10-17 e 95-110
5. Ata de eleição: PENDENTE (f. 18)
6. Relatório Conselho Comunitário: f. 26-27, 111-113
7. Cópias dos RG e CPF dos Diretores: PENDENTE

CONSTATAÇÕES:

- a. O processo ainda não está completamente instruído.
- b. A Ata de Eleição trata de Diretoria com mandato findo.
- c. Há indícios de vinculação político partidária.

CONCLUSÃO:

- Elaborada NT 916/2014 solicitando documentos, mas não esclarecimentos, já que a Diretoria a respeito do qual existem indícios de vinculação encontra-se com mandato findo.
- Elaborado Memo 107/2014 encaminhando documentos à CGAO, visto que as condutas que têm o potencial de caracterizar infração administrativa ocorreram em lapso temporal inferior ao prazo de 5 (cinco) anos.
- Os documentos indiciários de vinculação acompanham o presente parecer.

Tácio Neves Frota Souza



JUSTIÇA ELEITORAL



CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **LUIS CARLOS FAUSTINO (título eleitoral: 075818180132)** foi **PRESIDENTE (exercício 13/03/2011 a 17/03/2013)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSDB - 45 PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Órgão Partidário: **Diretório**
Abrangência: **MUNICIPAL - FARTURA/SP**
Vigência: **Início: 13/03/2011 Final: 17/03/2013**
Código: **GAZU.TG5C.NEUH.1F5P.**
Certidão emitida às: **24/02/2014 14:31:47**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL



CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(s) Membro(s) abaixo relacionado(s):

Nome	Título Eleitoral	Cargo	Exercício
LUCIANO PERES	359103720132	PRESIDENTE	17/03/2013 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
JOSE LOPES ESTEBE	081687250175	VICE-PRESIDENTE	17/03/2013 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
VANIER HUMBERTO DOGNANI	295752130116	TESOUREIRO	17/03/2013 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
IVAN FERNANDES DE OLIVEIRA	075772540108	SECRETÁRIO	17/03/2013 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
ELENILSON APARECIDO ROSELM	075768120175	1º - SUPLENTE	17/03/2013 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
JOVANA LEITE DE OLIVEIRA DOGNANI	202857760108	2º - SUPLENTE	17/03/2013 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
MARYEL GARBELOTTI	166605290183	3º - SUPLENTE	17/03/2013 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
VAGNER CARLOS CARVALHO BAQUETA	184143060132	4º - SUPLENTE	17/03/2013 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
JOÃO CARLOS RIZZO	075812610141	LÍDER DA BANCADA	17/03/2013 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
VALDIR ROBSON PEREIRA	075830400108	1º - VOGAL	17/03/2013 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
PAULO ANDRE SALVADOR DA COSTA	249109590108	2º - VOGAL	17/03/2013 Fim da vigência indeterminado - ATIVO

Faz(em) parte do seguinte orgão partidário:

CNPJ:

Partido

Político:



JUSTIÇA ELEITORAL



CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **BEATRIZ ROMANO DA SILVA TEIXEIRA (título eleitoral: 075804360116)** foi **VOGAL (exercício 13/03/2011 a 17/03/2013)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSDB - 45 PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA
BRASILEIRA**
Orgão Partidário: **Diretório**
Abrangência: **MUNICIPAL - FARTURA/SP**
Vigência: **Início: 13/03/2011 Final: 17/03/2013**
Código: **ZN4N.2CHR.NJY+.UZ6R.**
Certidão emitida às: **24/02/2014 14:32:26**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar - 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 1445 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.

Ao(A) Senhor(a)

EDUARDO RIBEIRO GARCIA

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DE FARTURA - ACEAF

Rua Jerônimo de Andrade, nº. 135
18.870-000 / Fartura - SP

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo de Renovação nº 53000.055775/2011-40.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.055775/2011-40**, no qual esta entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Fartura/SP**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **916/2014/CGRC/SCE-MC**, que solicita documentos necessários à instrução processual.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDIO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 916/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga.**

Referências: Processo de Outorga nº 53830.001735/98.
Processo de Renovação nº 53000.055775/2011-40.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento para renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Fartura/SP**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

II. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

III. CPF de todos os dirigentes.

3. Com o intuito de prestar esclarecimentos à entidade, vale dizer que as solicitações supra devem-se ao fato de que a ata de eleição e posse existente nos autos (f. 18) trata de Diretoria com mandato findo. Desta feita, imprescindível (art. 13 da Lei nº. 9.612/1998) que seja encaminhada a ata de eleição e posse da Diretoria em exercício, acompanhada dos comprovantes de maioria e nacionalidade dos Diretores (RG) bem como os respectivos CPFs.


CONCLUSÃO

53000.055775/2011-40/CGRC

4. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.


Brasília, 24 de fevereiro de 2014.



TÁCIO NEVES FROTA SOUZA
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 916/2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 26 de  de 2014.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**CERTIDÃO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES
PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI**

Protocolo nº: **53000.055775/2011-40**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 21 de maio de 2014


NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço
CGRC/DEAA/SCE



CERTIDÃO DE CADASTRO DE PROCESSO NO SEI

Protocolo nº: 53000.055775/2011-40

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.

Brasília, 11 de junho de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 11/06/2014, às 19:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0019732** e o código CRC **50F629F4**.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL DE FARTURA – ACEAF
87,9 – FM - “A COMUNITÁRIA”

53900.000663/2014-51

OFICIO/PFM/OFI/ERG/010/2014

Fartura, 06 de maio de 2014

**Assunto: OFICIO Nº 1445/2014/CGRC/SCE-MC DE 26/02/2014 - NOTA TECNICA
ANALISE PROCESSO DE RENOVACÃO Nº 53000.055775/2011-40**

Ilustríssimo Senhor:

Com relação ao ofício acima vimos por meio deste encaminhar:

- I) - Cópia do Registro Geral de cada membro eleito da Diretoria da ACEAF
- II) - Cópia Cadastro de Pessoa Física de cada membro eleito Diretoria da ACEAF

Nomes da Diretoria Eleita bem como qualificações e respectivos documentos, todos residentes e domiciliados em Fartura, Sp:

1 - Presidente: **EDUARDO RIBEIRO GARCIA**, brasileiro, casado, funcionário publico aposentado, residente nesta cidade a Rua Samuel de Oliveira, nº 212, portador do RG Nº 4.870.139 e CPF Nº 163.890.348-49,

2 -Vice Presidente: **JOSÉ MAXIMIANO FILHO**, brasileiro, casado, aposentado, residente nesta cidade à Rua Estanislaw Alves da Silva, nº 166, portador do RG nº 8.259.966-x e CPF nº 796.630.798-00

3 - Tesoureiro: **VALDIR ROBSON PEREIRA**, brasileiro, casado, funcionário publico, residente nesta cidade à Rua Estanislaw Alves da Silva, n 78, portador do RG nº 13.138.495 e CPF nº 041.487.158-89

4 - Secretário **IVAN FERNANDES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, Administrador de Empresas e Pedagogo, residente nesta cidade à Rua Vicente Trindade, nº 373, portador do RG nº 4.153.591 e CPF nº 238.003.808-20,

III) Vimos solicitar a Vossa Senhoria prorrogação de 30 dias no prazo para encaminharmos Ata de Eleição da Diretoria, justificando que:

a) no período que antecedeu à vossa solicitação foi realizada eleição com troca de membros e que a tudo demandam prazos, os quais estão sendo cumpridos conforme a lei prevista, com editais, convocações.

b) e tendo encaminhada a documentação para averbação no Cartório de Registro já com mais de 15 dias, e apesar das constantes visitas, e não nos liberaram ainda por questão de demandas internas, estamos reféns dos prazos do Cartorário, o que nós remete à Vossa Senhoria solicitando esta prorrogação, contando da data prevista em ofício dia 10/05/2014.

CPF

12/05/14



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL DE FARTURA – ACEAF
87,9 – FM - “A COMUNITÁRIA”

Correios

Espanhol English Fale com os Correios

Carrinho de A a Z Pesquisar

Busca CEP Pessoas e Deixas Ferramentas Ajuda e Suporte Sobre Correios Rastreio

Para Você Enviar Acompanhar Receber Comprar Salvar e Compartilhar

Rastreio

Rastreio de objetos
Como localizar objeto
Seguir atividades no rastreamento de objetos
Atualizações no SRO

JG 087 480 603 BR

Parâmetros Em trânsito Entregue

Objeto entregue ao destinatário
100642014 17 12 FARTURA - SP

Imprimir

Objeto entregue ao destinatário
100642014 17 12 FARTURA - SP

Objeto saiu para entrega ao destinatário
100642014 17 12 FARTURA - SP

Novo Consulta


Rastreio
O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a entrega ocorreu, mas sim quando os dados foram no sistema. Para saber o horário exato de entrega, consulte no site do SRO ou peça ao SRO a hora, pois que ele apresentará o horário real de entrega.

Outrossim informamos que o ofício de Vossa Senhoria, foi assinado em 28/02/14 e somente foi postado em 08/04/14 e o recebemos em 10/04/14 conforme Rastreio do Correio acima.

Ainda que durante o processo eletivo da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura, foi eleito o Senhor Eduardo Ribeiro Garcia como novo Presidente, e que dará continuidade ao processo de Outorga junto ao Ministério das Comunicações iniciado também por ele na gestão anterior.

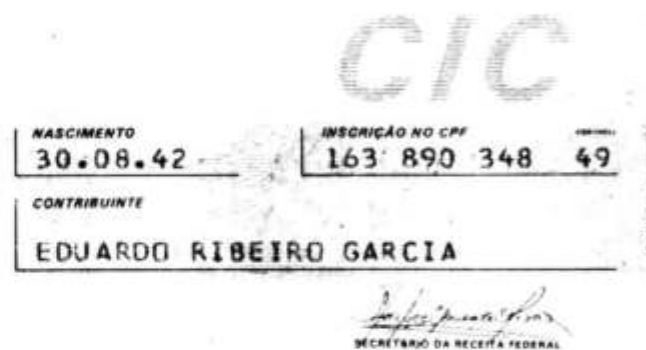
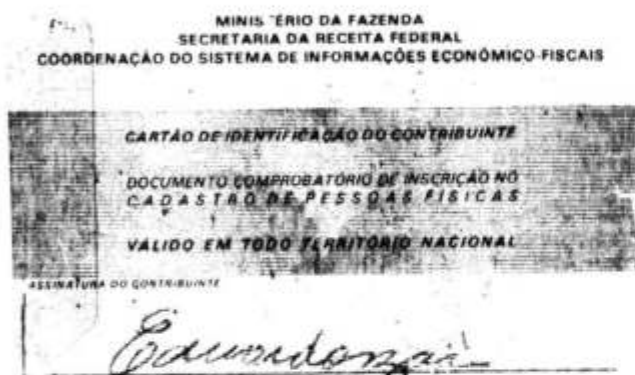
Certos da valiosa atenção com vossas senhorias sempre nos distinguiram, renovamos protestos de estima e apreço,

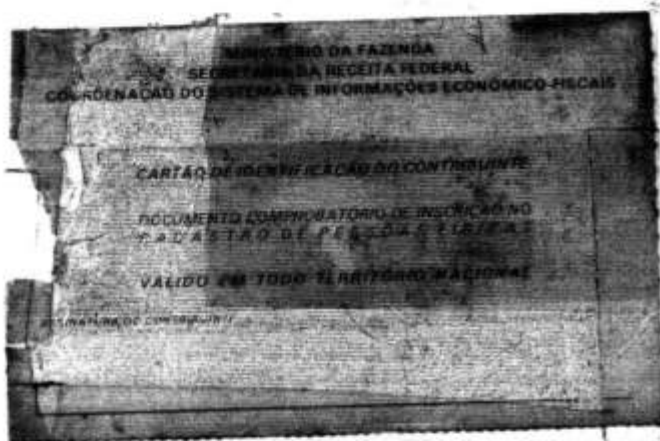
Atenciosamente


Eduardo Ribeiro Garcia
Presidente da ACEAF

Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura

Ilmo Senhor
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
70.044-90 - BRASILIA - DF





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

0834-2

PROIBIDO PLASTIFICAR

8892-062607

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

8.259.966-X

10/SET/2013

JOSÉ MAXIMIANO FILHO

JOSÉ MAXIMIANO

E MAFALDA GIGLIUCCI MAXIMIANO

AVARÉ -SP

30/OUT/1954

FARTURA-SP

FARTURA

CC: LV.B27 /FLS.42 /N.000199

796630798/00

Roberto Xavier 184 Delegado Divisório de Polícia HRGD.SSP/SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

CIC

NASCIMENTO

30.10.54

INSCRIÇÃO Nº CPF

796 630 798 00

CONTRIBUINTE

JOSÉ MAXIMIANO FILHO

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL



CIC

NASCIMENTO	27.03.52	INSCRIÇÃO NO CPF	238 003 808 20
CONTRIBUINTE			
IVAN FERNANDES DE OLIVEIRA			

[Signature]
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

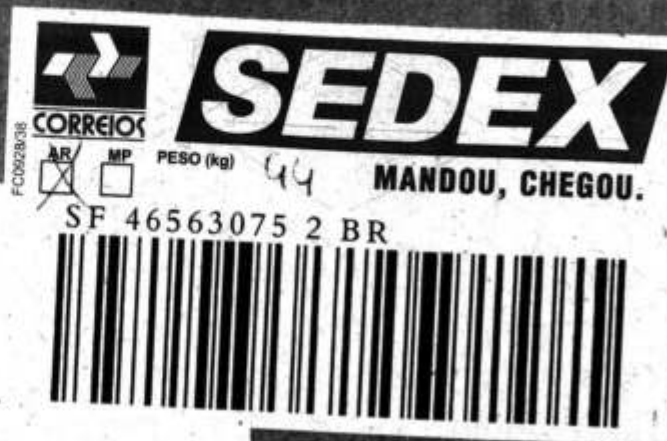
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE: *[Signature]*



Senhor
MIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
ordenador Geral de Radiodifusão Comunitária
anada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
44-900 BRASILIA - DF

Assunto: OFICIO Nº 1445/2014/CGRC/SCE-MC DE 26/02/2014 - NOTA TECNICA ANALISE
PROCESSO DE RENOVAÇÃO Nº 53000.055775/2011-40

SENTE

Assunto: nte:
Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura - Sp
Rua Inímo de Andrade, nº 135
000 - Fartura - Sp





ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL DE FARTURA - ACEAF
87,9 - FM - "A COMUNITÁRIA"

53900 000652/2014-71

OFICIO/PFM/OFI/ERG/012/2014

Fartura, 09 de maio de 2014

**Assunto: OFICIO Nº 1445/2014/CGRC/SCE-MC DE 26/02/2014 - NOTA TECNICA
ANALISE PROCESSO DE RENOVAÇÃO Nº 53000.055775/2011-40**

Ilustríssimo Senhor:

Com relação ao ofício acima solicitando documentos, vimos por meio deste encaminhar:


1- Cópia averbada em Cartório e devidamente autenticada da ATA DA REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA - ACEF EM 13/04/2013 - 11 horas

2- Cópia averbada em Cartório e devidamente autenticada da ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINARIA PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA em 08/03/2014 - 9 horas.

No dia 06/05/14 através do **OFICIO/PFM/OFI/ERG/010/2014**, encaminhamos R.G.s e C.P.F.s dos Diretores da ACEAF, e também solicitando prorrogação de prazo para encaminhamento desses ATAS, justificando a necessidade, felizmente não foi necessária a dilação desse prazo pois recebemos hoje do Cartório devidamente averbada as ATAS e estamos ora encaminhando a Vossas Senhorias dentro do prazo citado em seu ofício.

Certos da valiosa atenção com vossas senhorias sempre nos distinguiram, renovamos protestos de estima e apreço,

Atenciosamente


Eduardo Ribeiro Garcia
Presidente da ACEAF

Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura

Ilmo Senhor

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

70.044-900 - BRASILIA - DF

12/05/14

Aos oito dias do mês de março de dois mil e quatorze, às 09:00 (nove) horas, na Rua Jerônimo de Andrade, 135, reuniram-se os associados da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura, conforme consenso dos Associados para a Convocação que foi feita através de edital publicado no Jornal Sudoeste do Estado, edição de 15/02/2014 - nº 1315, na página 1/15 bem como Convocação Nominal feita em 13/02/2014 para Eleição da Diretoria conforme artigos 14, 17, 18, 19, 30, 32, 33, 34 35 e 36, bem como outros imperativos legais atinentes ao assunto, abrindo a Assembleia o Presidente Eduardo Ribeiro Garcia, explanou que com relação às eleições houve apenas uma chapa para concorrer e que seria para o mandato de oito de março de dois mil e quatorze à trinta de maio de dois mil e dezessete, e que as pessoas constantes dessa chapa à concorrer seriam: Presidente Eduardo Ribeiro Garcia, Vice Presidente José Maximiano Filho, Secretário Ivan Fernandes de Oliveira e Tesoureiro Valdir Robson Pereira, aparteado pelo associado Elenilson Aparecido Rosolen, que falou que tendo em vista as providências e os ótimos feitos implantados pelo atual Presidente e seus auxiliares bem como pela substituição de parte da equipe que sempre trabalha em consenso, convocou os demais membros à uma salva de palmas pela aprovação da Chapa, o qual foi aceita e conclamada pelos presentes como eleitos os novos membros da Diretoria da ACEAF 2014/2017, ficando na composição da nova Diretoria: Presidência Senhor. EDUARDO RIBEIRO GARCIA, na Vice Presidência Senhor JOSÉ MAXIMIANO FILHO, na Secretaria o Senhor IVAN FERNANDES DE OLIVEIRA e na Tesouraria o Senhor VALDIR ROBSON PEREIRA, bem como o período apresentado de vigência da nova Diretoria; o Presidente recém empossado Senhor Eduardo Ribeiro Garcia, agradeceu a confiança depositada e se comprometeu a fazer junto com a nova Diretoria um novo momento da ACEAF, convocando todos associados a juntos encarar alguns sonhos como realidades nos próximos meses, inclusive com reformulação total da grade da Rádio com novos espaços e maior envolvimento da Sociedade Farturense e a Rádio Comunitária, priorizando a Juventude e a Melhor Idade, sem prejuízos às demais idades, dando continuidade à Assembleia o Senhor Presidente disse que com relação à convocação feita como "outros assuntos pertinentes da Associação" referenciou-se à necessidade da composição do novo "Conselho Comunitário" conforme previsto nos

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CÍVIL,
E PESSOA JURÍDICA

Comarca de Fartura - Estado de São Paulo



Artigos nºs 7 e 12 do Estatuto da ACEAF, e apresentou os nomes dos representantes das Entidades para compor o "Conselho Comunitário" junto dessa nova Diretoria, elencados abaixo:

1 - Iveta Garcia, brasileira, divorciada, bancaria aposentada, portadora do RG 10.986.044 e CPF 961.004.048-68, residente à Rua São Caetano, nº 184, Vila Nossa Senhora de Fátima, Vice-Presidente do Centro Educacional de Educação Infantil Nossa de Fátima.

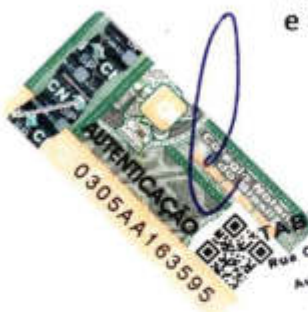
2 - Benedito de Araujo de Souza, brasileiro, casado, letrista e pintor, portador do RG 10.987.234 e CPF 132.251, residente à Rua Bertoni, nº 190, Centro, Secretário da Organização Serviços Atendimentos aos Adolescente Farturense, OSAF.

3 - Mirtes Bortotti de Andrade, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG 18.534.684-4 e CPF 167.578.788-36, residente à Rua Barnabé José Soares, nº 66, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Fartura.

4 - Emilio Bortotti Filho, brasileiro, casado, policial militar reformado, portador do RG 13.482.080 e CPF 030.697.358-86, residente à Rua 1º de Abril, nº 66, Presidente da Santa Casa de Misericórdia de Fartura.

5 - Vitoria de Mello André, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG 9.569.215 e CPF 260.502.408-33, residente à Rua Vitorio Manoel Dognani, nº 81, Colina Verde, Presidente do Grupo de Apoio aos Portadores de Câncer de Fartura.

Por aclamação foram aprovados todos os nomes e foi indicada que ficasse como Presidente do Conselho Comunitário a Senhora Iveta Garcia, sendo aprovado a escolha pela presente Assembleia, e que sejam convidados os membros para participar ativamente nas reuniões da Diretoria quando de assuntos afins, bem como as devidas sugestões, o Senhor Presidente enalteceu atuação do Conselho Comunitário anterior que apontou várias melhorias que foram introduzidas na Grade da Emissora, originando uma melhor qualidade nas transmissões bem como aproximando-a mais da Comunidade, objetivos primordiais da Associação Comunitária "ACEAF", nada mais a ser tratado, o Sr, Presidente agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a presente Assembleia para que eu Ivan Fernandes



Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Fls. 02	Ass.

de Oliveira, lavrasse a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos demais associados presentes.

Ivan F. Oliveira Eduardo Ribeiro Garcia

Declaro que a presente cópia confere com o original constante das folhas 39-39A verso do livro de Atas de numero 01 da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura.

Fartura, 08 de março de 2014

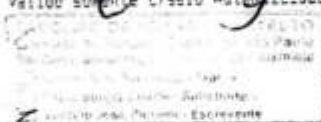
Eduardo Ribeiro Garcia

Lauro Rogério Dognani

Presidente da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura
RG 4.870.139
CPF 163.890.348-49

Advogado
OAB SP 282752
RG 18.783.950
CPF 130.831.148-69

Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Fartura. Daniela dos Reis Roja Benevente - Tabelião. Reconheço, em documento seu valor econômico, por semelhança, as firmas EDUARDO RIBEIRO GARCIA, IVAN FERNANDES DE OLIVEIRA, LAURO ROGERIO DOGNANI. Dou fe, a
Fartura (SP), 08 de março de 2014.
Em test. da verdade
Valido somente c/ selo Autenticidade. Valor: R\$4,50



FARTURA - REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Protocolado sob n.º 1.476
Av.09 no R.119, LºA-02/Fls.50
Esc.: 39,25; Est.: 11,15; Cart.: 8,26; Reg.: 2,06; T.:
Desp.: 0,00.

08/05/2014 62,81
LUANA MENEGHEL DE GODOY

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Nilton S. Oliveira Junior
Oficial



TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Rua Carlos Guimarães, 253 - Sala 02 - Fone: (14) 3362-1290
AUTENTICACAO
Autentico a presente copia reprografica, a qual confere com o original a mim apresentado, do que dou fe.

09 MAI 2014

Daniela Reis Roja Benevente - Tabelião
Paulo Sérgio Duarte - Substituto
Marcos José Pierami - Escrevente
Valido somente com o selo de autenticidade
Valor cobrado p/ autenticação: R\$ 2,50 - reconhecido p/ verbo

CÓPIA DA ATA DA REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA - ACEF EM 13/04/2013. - 11 horas

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e treze, as 11:00 (onze horas), na sede da ACEAF, na Rua Jerônimo de Andrade, 135, reuniram-se os associados da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura, conforme edital publicado no Jornal Sudoeste do Estado na edição nº 1294 de 29/03/13, na página C3-8, bem como por notificação aos associados para tratar de assuntos de interesse da ACEAF, o Senhor Presidente iniciou a reunião explicitando que na pauta de convocação feita com início previsto as 9:00 a primeira foi ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL - já de conhecimento da presente Assembleia atendendo solicitação do Ministério das Comunicações foi realizada, aprovada e feitas as devidas alterações que serão encaminhadas ao Ministério das Comunicações após os devidos registros, o qual será registrada em Ata a parte. E que foi consenso pela Assembleia presente separar os **"Outros assuntos de interesses da Associação"**, constantes da convocação de pautas previstas, em novo horário, objetivando tratativas necessárias ao conhecimento da Assembleia, bem como suas decisões sobre dois assuntos pertinentes, e passou a palavra ao sócio Ivan Fernandes de Oliveira que está cuidando das formalidades necessárias para as devidas exposições o qual explanou:

- Tendo em vista que no final do mês de maio deste ano, vence o mandato da atual **Diretoria** e considerando que nesse mesmo período estamos aguardando e realizando toda a tramitação dos documentos referentes à Renovação da Outorga e Licença junto ao Ministério das Comunicações após 10 anos de atividades da Radio e que uma alteração na atual Diretoria teríamos no caso um processo simultâneo com documentos tramitando com talvez duas Diretorias diferentes e que poderia dar margem a erros tanto na emissão dos documentos por dúvida interpretação dos representantes em períodos interligados, como até duplicidade de documentos, ora de uma, ora de outra, mesmo entre providencias tomadas e a serem tomadas nesse período de tramitação e acertos no Ministério das Comunicações, Ivan sugere que seja analisado pela Assembleia presente que tem total autonomia nas decisões conforme Artigos 21º, 31º, 32º e 33º do Estatuto Social, e Art 59º do CC, e considerando ainda que neste momento temos dos 10 (dez) associados com direito a voto e opinião nessa assembleia, estão presentes 9 (nove)

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Nilton S. Oliveira Junior



SELÃO DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Câmara de Fartura, 253 - Sala 02 - Fone: (14) 3282-1290
AUTENTICADO
Autentico a presente cópia reprográfica, a qual confere com o original a mim apresentado, do que deu fé.
08 MAI 2014
Daniela Reis Roja Benevento - Tabelião
Paulo Sérgio Duarte - Substituto
Marcelo José Pierani - Escrevente
Válido somente com o selo de autenticidade
Valor cobrado p/ autenticação: R\$ 2,50 - recolhido p/ verbos

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Fis.	Ass.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMOVEIS
TITULOS E DOCUMENTOS E CIVIL
E PESSOA JURIDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Nilton S. Oliveira Junior

ou seja 90% conforme lista de presença, ou seja acima dos 60% previsto pelo Estatuto, sugere a prorrogação do mandato da atual Diretoria por um ano, contando do dia 01 de junho de 2013 até 30 de maio de 2014, quando deverá ser realizada uma nova eleição provavelmente em março ou abril de 2014, e descontar-se-ia esse ano do mandato da Diretoria posterior, inclusive se aprovada essa sugestão, também dever-se-á prorrogar também o mandato do atual Conselho Comunitário em idênticas situações, houve um consenso geral e foi aplaudida a ideia, em aparte o sócio senhor José Maximiano Filho sugeriu que o desconto do período deverá ser motivo de discussão e tomada de decisões por ocasião da Assembleia da nova Eleição em 2014, e não nesse momento, houve concordância total dos sócios e foi por aclamação aprovada por unanimidade a prorrogação da atual Diretoria, e do atual Conselho Comunitário, ficando a questão do desconto ou não dessa prorrogação a critério da Assembleia da Eleição prevista para 2014, também aprovada em consenso esse adendo. O Senhor Presidente Eduardo Ribeiro Garcia, agradeceu a confiança dos associados nessa prorrogação e prometeu tomar junto com os demais membros da Diretoria providencias necessárias junto ao MC, a Renovação da Outorga, bem como os assuntos pertinentes da emissora e da Associação, em seguida o segundo assunto foi que houve interesse de algumas pessoas em tornar se associados da ACEAF, os quais fizeram contatos com a Presidência e membros da Diretoria manifestando desejos de participar das atividades da ACEAF, anotados os nomes e respectivos documentos passou ao conhecimentos dos sócios presentes para análise, aprovação ou desaprovação dos mesmos: **Nicolau Roberto Borge**, RG 23.534.047-4 e CPF 178.210.738-06, brasileiro, comerciante, divorciado, residente à Rua Jequitibá nº 245, **João Alexandre Buranello Sobrinho**, RG 25.847.532-8 e CPF 305.149.748-77 brasileiro, comerciante, casado, residente Rua Esmeralda nº 65, **Hezion Correa Custodio**, RG 4.756.657 e CPF 154.254.368-15 brasileiro, professor, casado, residente a Rua Zico Leonel nº 481, **Vinicius Godoy Freitas**, RG 47.420.596-4 e CPF 377.623.608-67, brasileiro, estudante, solteiro, residente a Rua Benjamin Constant nº 921, e **Flávio Benedito Soares**, RG 12.124.470 e CPF 030.466.148-09, brasileiro, agropecuarista, casado, residente a Rua Jade nº 312, sendo todas pessoas moradoras em Fartura, Sp, conhecidas e constantemente presentes nas atividades da ACEAF, bem como de bom relacionamento na comunidade, idôneas, e de condutas ilibadas, o Senhor Presidente, deixou a palavra livre para as devidas considerações, como não houve nenhuma contestação ou rejeição, o sócio Elenilson Aparecido Rosolen conclamou aos presentes uma salva de



TABELÃO DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Rua Carlos Guimarães, 253 - Sala 02 - Fone: (14) 3382-1290
AUTENTICAÇÃO
Autenticou a presente cópia reprográfica, a qual confere com o original e não apresentado, do que dou fé.
09 MAI 2014
Daniela Reis Roja Benevente - Tabelão
Paulo Sérgio Duarte - Substituto
Marcos José Pierami - Escrevente
Válida somente com o selo de autenticidade
Valor cobrado p/ autenticação: R\$ 2,50 - recolhido p/ vertor

palmas pela acolhida por unanimidade dos novos sócios da ACEAF, os quais serão informados desta decisão dos associados nesta Assembleia, nada mais a ser tratado no expediente o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, para que eu Ivan Fernandes de Oliveira, lavrasse a presente ata que vai assinada por mim e por todos os associados presentes.

Ivan Fernandes de Oliveira Eduardo Ribeiro Garcia

Declaro que a presente cópia confere com o original constante das folhas 37-37 verso, do livro de Atas de numero 01 da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura.

Fartura, 17 de abril de 2013

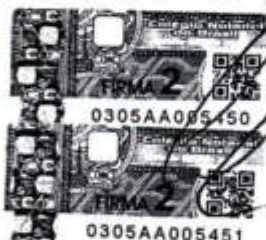
Eduardo Ribeiro Garcia

Lauro Rogério Dognani

Presidente da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura
RG 4.870.139
CPF 163.890.348-49

Advogado
OAB SP 282752
RG 18.783.950
CPF 130.831.148-69

Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Fartura, Daniela dos Reis Roja Benevente - Tabelião. Reconheço, em documento sem valor econômico, por semelhança, as firmas IVAN FERNANDES DE OLIVEIRA, EDUARDO RIBEIRO GARCIA, LAURO ROGERIO DOGNANI. Dou fe.
Fartura (SP), 23 de abril de 2013.
Em test. da verdade



FARTURA - REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS

Protocolado sob n.º 1.475
Av.08 no R.119, LºA-02/Fis.50
Esc.: 35,36; Est.: 10,06; Cart.: 7,44; Reg.: 1,86; T.J.: 1,86;
Desp.: 0,00.

08/05/2014 56,58
LUIZ ROGERIO MENEGHEL DE GODOY



TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Guimarães, 253 - Sala 02 - Fone: (14) 3382-1290
AUTENTICAÇÃO
Reconheço a presente cópia reprográfica, a qual confere com o original a mim apresentado, do que dou fe.
09 MAI 2014
Daniela dos Reis Roja Benevente - Tabelião
Paulo Sérgio Duarte - Substituto
Marcelo José Pierami - Escrevente
Válido somente com o selo de autenticidade
Valor cobrado p/ autenticação: R\$ 2,50 - recolhido p/ verbos

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Nilton S. Oliveira Junior
Oficial



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS DE FARTURA
CNPJ: 49.886.120/0001-27
RUA PADRE MONSENHOR JOSE TROMBI, N° 182 Fone: (14) 3382-1290
NILTON SEVERIANO DE OLIVEIRA JUNIOR - OFICIAL

Registro de Imóveis e Anexos - Fartura - SP	
Ass.	Ass.

CERTIDÃO DE ATOS PRATICADOS - PROTOCOLO N° : 1475

CERTIFICA que o presente título, protocolado sob número 1.475 em 08/05/2014, deu origem ao(s) seguinte(s) ato(s) nesta Serventia:

ATO

Valor Base Oficial Estado Carteira Reg. Civil Tribunal TOTAL

Av.08 no R.119, L'A-02, Fls.50	R\$ 31,47	R\$ 8,94	R\$ 6,62	R\$ 1,86	R\$ 1,86	R\$ 50,75
--------------------------------	-----------	----------	----------	----------	----------	-----------

PÁGINAS ACRESCER	R\$ 3,89	R\$ 1,12	R\$ 0,82	R\$ 0,20	R\$ 0,20	R\$ 6,23
------------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------

Os valores devidos ao Estado e a Carteira de Previdência foram pagos por verba conforme guia arquivada em cartório.

Tabela e valores vigentes na data da prenotação.

COTA	Oficial	Estado	Carteira	Reg. Civil	Tribunal	TOTAL
UFESP (2,81)	R\$ 35,36	R\$ 10,06	R\$ 7,44	R\$ 1,86	R\$ 1,86	R\$ 56,58

Obs.:

FARTURA, 08 de maio de 2014

LUANA MENEGUEL DE GODOY
ESCREVENTE AUTORIZADA

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS CÍVIL
E PESSOA JURÍDICA
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Nilton S. Oliveira Junior
Oficial

TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO
Comarca de Fartura - Estado de São Paulo
Rua Carlos Guimarães, 253 - Sala 02 - Fone: (14) 3382-1290
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica, a qual confere
com o original a mim apresentado, do que dou fé.

09 MAY 2014

Daniela Reis Roja Benevente - Tabelião
Paulo Sérgio Quente - Substituto
Mencio José Pierami - Escrevente
Válido somente com o selo de autenticidade
Valor cobrado p/ autenticação: R\$ 2,50 - recolhido p/ verba

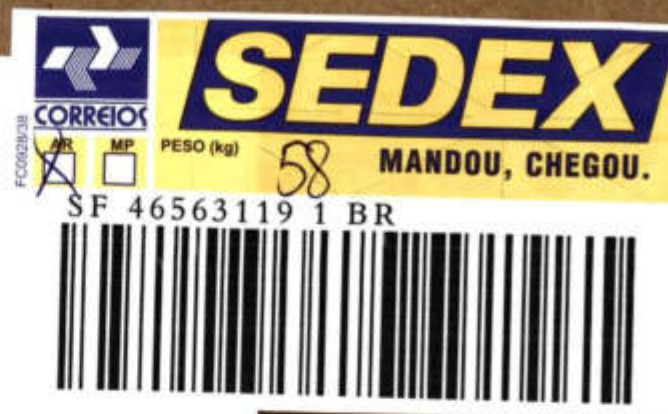


Ilmo Senhor
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
70.044-900 - BRASILIA - DF

referencia: **OFICIO Nº 1445/2014/CGRC/SCE-MC DE 26/02/2014 - NOTA TECNICA ANALISE**
PROCESSO DE RENOVAÇÃO Nº 53000.055775/2011-40

SEDEX

Remetente
Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura - ACEAF
Rua Jerônimo de Andrade, 135
18870-000 - FARTURA





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA EDUCACAO AMBIENTAL DE FARTURA

CNPJ: 02.682.166/0001-60

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:05:13 do dia 12/02/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/03/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **VALDIR ROBSON PEREIRA (Título Eleitoral: 075830400108)** é **VOGAL (exercício 17/05/2015 a Indeterminado)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PSDB - 45 PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Órgão Partidário: **Diretório**
Abrangência: **MUNICIPAL - FARTURA/SP**
Vigência: **Início: 17/05/2015 Final: Indeterminada**
Código: **I/GP.CVB.J.D3AZ.G+IM.**
Certidão emitida às: **23/02/2016 16:32:01**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.

- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**

- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 3678/2016/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.055775/2011-40**

Processo de Outorga nº: 53830.001735/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Fartura/SP**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências abaixo, na forma da Portaria nº 4334, de 17 de setembro de 2015:

I. Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em infringência ao disposto **no artigo 11 da Lei 9612/98**, vez que o Tesoureiro, **Valdir Robson Pereira**, é membro de partido político municipal, conforme Certidão emitida pela Justiça Eleitoral (anexo I), motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar.

II. No que se refere à composição da diretoria, informamos que a entidade deverá observar as restrições impostas pelo artigo 11 da Lei 9612/98 c/c os artigos "7º-III"; "25-III", "25-§2º-I e II" e "132-III" da Portaria nº 4334, que, se desrespeitadas, ocasionarão o indeferimento da renovação da outorga:

Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998

"Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de

qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais."

Portaria nº 4334

"Art. 7º Para os fins desta Portaria, considera-se: (...)

III - Vínculo: a manutenção ou o estabelecimento de qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, em especial mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; (...)

Art. 25. São hipóteses de inabilitação: (...)

III - o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza; (...)

§2º Considera-se vinculada, em infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, a entidade que, enquanto perdurar a relação jurídica com o Ministério das Comunicações, se enquadre no descrito no art. 7º, inciso III, notadamente:

I - quando membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado:

a) exerce mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal;

b) exerce cargo ou função em órgão de direção de partido político, a nível municipal, estadual, distrital ou federal;

c) exerce cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independentemente da denominação que recebem;

d) é dirigente de entidade outorgada ou de outra interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou Comercial; ou

e) exerce cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio.

II - quando a diretoria da entidade for composta majoritariamente por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos os cônjuge ou companheiro."

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que: (...)

III - constatada a existência de vínculo."

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **esclarecer** as questões acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do art. 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 25/02/2016, às 14:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 26/02/2016, às 08:59, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0984337** e o código CRC **A1926062**.

Minutas e Anexos

Anexo I - Composição partidária - PSDB (SEI (0984325))



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 5465/2016/SEI-MC

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016.

Ao Senhor

EDUARDO RIBEIRO GARCIA

Representante Legal da Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura

Rua Jerônimo de Andrade nº 135

18.870-000 / Fartura – SP

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.055775/2011-40.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **3678/2016/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.
3. Solicitamos que a resposta da entidade faça expressa referência ao número do processo, **53000.055775/2011-40**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 26/02/2016, às 08:59, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0984406** e o código CRC **65A846DF**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Memorando nº 606/2016/SEI-MC

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016.

À Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorga

Assunto: **Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação da Outorga.**

1. Informamos a existência de indícios de vínculo de natureza político/partidário, o que é vedado pelos artigos 11 da Lei nº 9.612/1998 e 25, § 2º da Portaria nº 4334 de 17 de setembro de 2015, conforme apuração nos autos **53000.055775/2011-40**, para fins de eventual abertura de Processo de Apuração de Infração em face da entidade Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura (CNPJ 02.682.166/0001-60), autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Fartura/SP.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 26/02/2016, às 08:57, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0985246** e o código CRC **76D50839**.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL DE FARTURA – ACEAF
87,9 – FM - “A COMUNITÁRIA”

OFICIO/PFM/OFI/ERG/06/2016

Fartura, 11 de março de 2016

**Assunto: OFICIO 5465/2016/SEI-MC - NOTA TÉCNICA ANALISE PROCESSO
Nº 53000.055775/2011-40 - PENDENCIAS SANADAS**

53900.016359/2016-97

16/03/2016

Exmo Senhor Delegado MC - São Paulo:

Com referencia ao supra citado na nota técnica, com referencia ao nosso tesoureiro Senhor Valdir Robson Pereira, constantes em Certidão da Justiça Eleitoral apensada a referida nota técnica, vimos informar que inadvertidamente o mesmo constou nos documentos do PSDB em 17/05/2015 coo Membro sendo que já havia sido formulado pedido de desligamento em data anterior, e também já havia sido excluído, e indevidamente voltou a constar nos registros da nova chapa, sendo que causou até espanto estar ainda no sistema, mas por ocasião do recebimento desta correspondência, foram tomadas as devidas providencias pelo Senhor Valdir o qual encaminhou carta ao Diretório Estadual do PSDB - São Paulo pedindo o desligamento em caráter irrevogável da função de "VOGAL", sendo acolhida e retirada pelo Justiça Eleitoral.

Segue também copias comprobatória para constar nos autos dessa Homologação, bem como não pairar duvidas quanto a qualquer que seja os objetivos da lei:

**1- CERTIDÃO .DA JUSTIÇA ELEITORAL - datada de hoje 11/03/16
- constando findo o prazo previsto como vogal - (sem exercer) de 17/05/2015 à
04/03/2016 - INATIVO.**

**2- Cópia da carta encaminhada ao Direção do Partido, a que
ocasionou a referida baixa,**

**3- Protocolo do Partido no sistema em 09/03/16 onde demonstra a
inatividade do Vogal objeto dessa Nota.**

Certos da atenção e compreensão de vossas senhorias renovamos protestos de estima e apreço



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL DE FARTURA – ACEAF
87,9 – FM - “A COMUNITÁRIA”

Atenciosamente

Eduardo Ribeiro Garcia

Presidente da Associação Comunitária de Educação Ambiental de Fartura - ACEAF

Ilmo Senhor Delegado

THIAGO d'AROLLO PEDROSO GALVÃO

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES - SAO PAULO

Rua Mergenthaler, 592 Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina

CEP 05311-900 – São Paulo - SP - 011-3101-0123



JUSTIÇA ELEITORAL



CERTIDÃO

Certifico que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros:

Partido Político:	45 - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA		
Órgão Partidário:	Diretório		
Abrangência:	MUNICIPAL - FARTURA/SP		
Vigência:	Início:17/05/2015 Fim da vigência indeterminado		
Protocolo:	1018312015		
Endereço:	RUA OSVALDO LUCARELLI, 463	Bairro:	MORADO DO SOL
Município:	FARTURA / SP	CEP:	18.870-000
Complemento:		CNPJ:	66.491.887/0001-76
Telefone:	(14)3382-2170	Fax:	
Celular:			
E-mail:	ignez.faria@gmail.com		

Cargo	Membro	Exercício - Situação
PRESIDENTE	LAURO CAMARGO FILHO	17/05/2015 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
VICE-PRESIDENTE	JOVANA LEITE DE OLIVEIRA DOGNANI	17/05/2015 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
TESOUREIRO	VANIER HUMBERTO DOGNANI	17/05/2015 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
SECRETÁRIO	IGNEZ FARIA FERREIRA	17/05/2015 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
SUPLENTE	BEATRIZ ROMANO DA SILVA TEIXEIRA	17/05/2015 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
SUPLENTE	FLAVO BENEDITO SOARES	17/05/2015 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
SUPLENTE	JOÃO ALEXANDRE BURANELLO SOBRINHO	17/05/2015 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
SUPLENTE	JOÃO RONALDO LOPES DE OLMEIRA	17/05/2015 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
SUPLENTE	PAULO ANDRE SALVADOR DA COSTA	17/05/2015 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
LÍDER DA BANCADA	LUCIANO PERES	17/05/2015 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
VOGAL	JOSE LOPES ESTEBE	17/05/2015 Fim da vigência indeterminado - ATIVO
VOGAL	VALDIR ROBSON PEREIRA	17/05/2015 a 04/03/2016 - INATIVO

Código de Validação: **B5LH.1EEJ.D193.SZTH.**

Certidão emitida em: **11/03/2016 11:34:20**

- Esta certidão é gratuita e dispensa assinatura. Sua autenticidade poderá ser confirmada no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão.
- Os dados partidários de abrangência nacional são anotados no TSE e os regionais e municipais são anotados nos Tribunais Regionais Eleitorais respectivos.

2/2

Fartura, 04 de março de 2016

2

Ao
Diretório Estadual do PSDB
São Paulo

Assunto: DESLIGAMENTO DE CARGO NA EXECUTIVA DO PSDB.

Prezados Senhores:

Por motivos particulares venho solicitar em caráter irrevogável nesta data o desligamento do cargo de vogal do Partido da Social Democracia Brasileiro na Executiva de Fartura.

Informo ainda que, durante o período de 17/05/2015 até a data de hoje 04/03/2016, (quatro de março de dois mil e dezesseis) não houve nenhum afastamento de qualquer membro da executiva sendo que por momento algum houve a minha participação no Partido, tampouco nas reuniões realizadas.

Certo da sua valiosa atenção manifesto protestos de estima e apreço.

Bruno Augusto Duarte
Escrivente

atenciosamente
Valdir Robson Pereira
TE 075830400108
RG 13.138.495

TABELIÃO
FARTURA

TRE - SP
PROTOCOLO GERAL
19.138/2016
09/03/2016 - 7:31

Cópia

2/2



Justiça Eleitoral
Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias
Módulo Externo - SGIPEX

À JUSTIÇA ELEITORAL

Partido: **PSDB - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Abrangência: **Municipal**
UF: **SP - FARTURA**
Orgão: **Diretório** - Altera??o de dados do ?rg?o partid?rio
Partidário: - Altera??o de dados/exerc?cio dos membros da composi??o - Anotado

Informamos que foram encaminhados, por meio eletrônico, conforme código **H3L3-F1CK-R1RV**, os dados referentes à composição dos órgãos diretivos, do partido em referência, para que sejam anotados, nos termos do artigo 10, parágrafo único, I e II, da Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995.

Por oportuno, declaramos que os dados remetidos são verdadeiros e poderão ser aceitos pela Justiça Eleitoral, no momento apropriado.

SÃO PAULO/SP, 09/03/2016
Assinatura do Representante do Partido

Nome Completo:

Cargo:

Este requerimento atende aos requisitos da Lei nº 9.096/95 e da Resolução TSE nº 23.282/2010.

Em ____/____/____

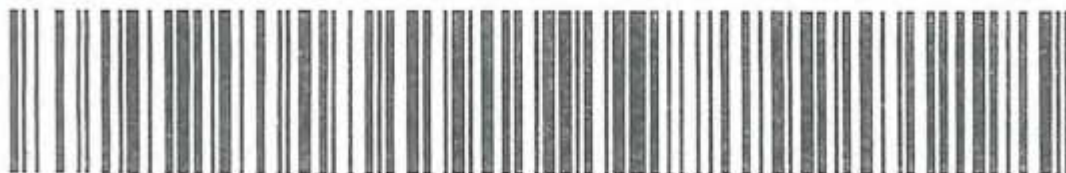
Servidor Responsável pela Conferência

Certifico que, nesta data, anotei a designação/alteração de que trata este requerimento.

Em ____/____/____

Servidor Responsável pela Anotação

Documento emitido em: 09/03/2016 12:34:00



H3L3F1CKR1RV09032016123400

Usuário responsável pelas informações: CARLA GUIDINI SANTAGUITA Representante partid?rio Estadual SÃO PAULO



3/2

Justiça Eleitoral
Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias
Módulo Externo - SGIPEX

RELAÇÃO DE MEMBROS DE ÓRGÃO DIRETIVO

(Lei nº 9.096/95, art. 10, parágrafo único, I e II)

Partido: **PSDB - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA**
 Abrangência: **Municipal**
 UF: **SP - FARTURA**

Orgão	Diretório	Data	- Altera??o de dados do ?rg?o partid?
Partidário:		deliberação: 04/03/2016	rio
			- Altera??o de dados/exerc?cio dos
			membros da composi??o - Anotado
Início	17/05/2015	Fim	
vigência:		vigência:	Vig?ncia Indeterminada
Home		Email:	ignez.faria@gmail.com
page:			
Endereço:	RUA OSVALDO LUCARELLI, 463	Bairro:	MORADO DO SOL
Compl.			
Endereço:			
UF:	SP	Município:	FARTURA
Telefone:	(14) 3382-2170	CNPJ:	66.491.887/0001-76
Celular:			

-- Membros --

Situação	Cargo	Nome	Exercício
	PRESIDENTE	LAURO CAMARGO FILHO	17/05/2015 a Exerc?cio Indeterminado
Endereço:	RUA OSVALDO LUCARELLI, 463	Bairro:	MORADO DO SOL
UF:	SP	Município:	FARTURA
Título de eleitor:	0758171601/16	CPF:	112.177.518-74
Telefone Residencial:	(14) 3382-2170	E-mail:	ignez.faria@gmail.com
Telefone Celular:		Telefone Comercial:	
	VICE-PRESIDENTE	JOVANA LEITE DE OLIVEIRA DOGNANI	17/05/2015 a Exerc?cio Indeterminado
Endereço:	RUA ANTONIO MANOEL, 110	Bairro:	VILA VELHA
UF:	SP	Município:	FARTURA
Título de eleitor:	2028577601/08	CPF:	162.007.548-29
Telefone Residencial:	(14) 3382-3505	E-mail:	ignez.faria@gmail.com
Telefone Celular:		Telefone Comercial:	
	TESOUREIRO	VANIER HUMBERTO DOGNANI	17/05/2015 a Exerc?cio Indeterminado
Endereço:	RUA HENRIQUE CROMECK, 79	Bairro:	VILA NOVA
UF:	SP	Município:	FARTURA
Título de eleitor:	2957521301/16	CPF:	315.238.698-28
Telefone Residencial:	(14) 3382-1435	E-mail:	ignez.faria@gmail.com
		Telefone	

Comercial:**Telefone Celular:****Fax:**

SECRETÁRIO

IGNEZ FARIA FERREIRA

17/05/2015 a Exercício
Indeterminado**Endereço:**

RUA CHICA VZ, 515

Bairro: VILA MOREIRA**UF:**

SP

Município: FARTURA**CEP:** 18870-000**Título de eleitor:**

0934481101/24

CPF:

142.777.178-29

E-mail: ignez.faria@gmail.com**Telefone Residencial:**

(14) 3382-2170

**Telefone
Comercial:****Telefone Celular:****Fax:**

SUPLENTE

BEATRIZ ROMANO DA SILVA TEIXEIRA

17/05/2015 a Exercício
Indeterminado**Endereço:**

RUA JOSE EUZEBIO DA ENCARNÇÃO, 19

Bairro: VILA SÃO
VICENTE**UF:**

SP

Município: FARTURA**CEP:** 18870-000**Título de eleitor:**

0758043601/16

CPF:

282.334.178-15

E-mail: ignez.faria@gmail.com**Telefone Residencial:**

(14) 3382-1630

**Telefone
Comercial:****Telefone Celular:****Fax:**

SUPLENTE

FLAVIO BENEDITO SOARES

17/05/2015 a Exercício
Indeterminado**Endereço:**

RUA JOSE IGNACIO RIBEIRO, 64

Bairro: CENTRO**UF:**

SP

Município: FARTURA**CEP:** 18870-000**Título de eleitor:**

0757696801/91

CPF:

030.466.448-09

E-mail: ignez.faria@gmail.com**Telefone Residencial:**

(14) 3382-1533

**Telefone
Comercial:****Telefone Celular:****Fax:**

SUPLENTE

JOÃO ALEXANDRE BURANELLO
SOBRINHO17/05/2015 a Exercício
Indeterminado**Endereço:**

RUA ESMERALDA, 65

Bairro: BELA VISTA**UF:**

SP

Município: FARTURA**CEP:** 18870-000**Título de eleitor:**

2028597801/91

CPF:

305.149.748-77

E-mail: ignez.faria@gmail.com**Telefone Residencial:**

(14) 9775-8153

**Telefone
Comercial:****Telefone Celular:****Fax:**

SUPLENTE

JOÃO RONALDO LOPES DE OLIVEIRA

17/05/2015 a Exercício
Indeterminado**Endereço:**

RUA JOSE DE GOES, 115

Bairro: CENTRO**UF:**

SP

Município: FARTURA**CEP:** 18870-000**Título de eleitor:**

1741407901/75

CPF:

116.438.108-39

E-mail: ignez.faria@gmail.com**Telefone Residencial:**

(14) 9618-7906

**Telefone
Comercial:****Telefone Celular:****Fax:**

SUPLENTE

PAULO ANDRÉ SALVADOR DA COSTA

17/05/2015 a Exercício
Indeterminado**Endereço:**

RUA BENEDITO VILAS BOAS, 64

Bairro: VILA ROMANO**UF:**

SP

Município: FARTURA**CEP:** 18870-000**Título de eleitor:**

2491095901/08

CPF:

287.906.248-90

E-mail: ignez.faria@gmail.com**Telefone Residencial:**

(14) 9739-2442

**Telefone
Comercial:****Telefone Celular:****Fax:**

LÍDER DA BANCADA LUCIANO PERES

17/05/2015 a Exercício
Indeterminado**Endereço:**

RUA JERONIMO DE ANDRADE, 443

Bairro: VL ESPERANÇA**UF:**

SP

Município: FARTURA**CEP:** 18870-000**Título de eleitor:**

3591037201/32

CPF:

339.970.308-20

E-mail: file_padero@hotmail.com**Telefone Residencial:**

(14) 3382-1657

**Telefone
Comercial:****Telefone Celular:****Fax:**

09/03/2016

Relatório de Entrega SGIPEX

VOGAL

JOSE LOPES ESTEBE

17/05/2015 a Exercício
Indeterminado

Endereço:	RUA ANACLETO GONÇALVES NEVES, 136	Bairro:	VILA NOVA
UF:	SP	Município:	FARTURA
Título de eleitor:	0816872501/75	CPF:	277.921.298-53
Telefone Residencial:	(14) 3382-1568	E-mail:	ignez.faria@gmail.com
Telefone Celular:		Telefone Comercial:	
VOGAL	VALDIR ROBSON PEREIRA	Fax:	
Endereço:	RUA ESTANISLAU ALVES DA SILVA, 78	Bairro:	COLINA VERDE
UF:	SP	Município:	FARTURA
Título de eleitor:	0758304001/08	CPF:	041.487.158-89
Telefone Residencial:	(14) 3382-2579	E-mail:	ignez.faria@gmail.com
Telefone Celular:		Telefone Comercial:	
		Fax:	

23

SÃO PAULO/SP, 09/03/2016 (data da impressão)

Dados inseridos no SGIPEX, conforme código **H3L3-F1CK-R1RV** gerado em **09/03/2016 12:34:00**
(data em que o partido gerou o documento de envio)

usuário responsável pelas informações: CARLA GUIDINI SANTAGUITA Representante partidário Estadual SÃO PAULO

Ilmo Senhor Delegado

THIAGO d'AROLLA PEDROSO GALVÃO

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

PROCESSO Nº 53000.055775/2011-40

Rua Mergenthaler, 592 Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP 05311-900 – São Paulo - SP - 011-3101-0123



(ETIQUETA DO CARIMBO MP)

Remetente
Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura
Rua Jerônimo Andrade, nº 135
18870-000 - FARTURA - SP

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ENDERECO

Ofício nº 5465/2016/SEI-MC
Ao Senhor
EDUARDO RIBEIRO GARCIA
Representante Legal da Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura
Rua Jeronimo de Andrade nº 135
18.870-000 / Fartura - SP

CEP / CODE

DECLARAÇÃO

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº
53000.055775/2011-40.

EMT

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Sebastião Antônio Mendes

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

03/03/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Chapeiro Roberto Sebastião A. Mendes

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

AR AMISTIDES ROMANO
Agente de Correios-Aliv. Distr./Coletor
8.901.383-2


ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOURNEMENT LE VERSO

7524/2013-0

FCOMES / 10

154 x 188 mm



 CORREIOS BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO AVIS CN07	AR								
	<small>DE SABER O Nº DE REGISTRO DO OBJETO</small>									
<small>DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT</small> _____										
<small>UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT</small> _____										
<table border="1"> <tr> <th colspan="2">TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON</th> </tr> <tr> <td> _____ : h </td> <td> _____ : h </td> </tr> </table>			TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		_____ : h	_____ : h				
TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON										
_____ : h	_____ : h									
<small>PREENCHER COM LETRA DE FORMA</small>										
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	<small>NOME DO</small> _____									
	<small>ENDEREÇO</small> _____									
	<small>CIDADE</small> _____									
	<small>UF</small> BRASIL									
<p> SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO RUA MERGENTHALER, 592 – BLOCO 1 – MEZANINO – VILA LEOPOLDINA CEP: 05.311-900 – SÃO PAULO/SP FONES: (11) 3101-0123 – FAX (11) 3101-8680 </p>										
<table border="1"> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </table>										

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Memorando nº 1043/2016/SEI-MC

São Paulo, 30 de março de 2016.

À Coordenação Geral de Acompanhamento de Outorgas

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação da Outorga.**

1. Tendo-se em vista o disposto no artigo 130, IV, da Portaria 4334 de 17 de setembro de 2015, solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura** (CNPJ nº 02.682.166/0001-60), autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Fartura/SP**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 08/04/2016, às 10:10, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1046873** e o código CRC **97487F32**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação
Eletrônica
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

À Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Assunto: **Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação da Outorga.**

1. Informamos a existência de indícios de vínculo de natureza político/partidário, o que é vedado pelos artigos 11 da Lei nº 9.612/1998 e 25, § 2º da Portaria nº 4334 de 17 de setembro de 2015, conforme apuração nos autos do processo de renovação de outorga nº 53000.055775/2011-40. Considerando a irregularidade cometida pela referida entidade, informo a instauração do Processo de Apuração de Infração nº **53900.020605/2016-13**, em face da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA** (CNPJ 02.682.166/0001-60), autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Fartura/SP.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-Geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 30/05/2016, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1064218** e o código CRC **B3EFDA15**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: SP
Município: Fartura
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: Fartura
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA GERONIMO DE ANDRADE, 135
Telefone: Não Informado
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 02.682.166/0001-60
Bairro: CENTRO
Número: .
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 02682166000160

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 18870000
Número: .
Município: Fartura
Telefone:
Logradouro: RUA GERONIMO DE ANDRADE, 135
Complemento:
Distrito: Fartura
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:
Estado: SP

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 18870000
Número: .
Município: Fartura
Telefone:
Logradouro: RUA GERONIMO DE ANDRADE, 135
Complemento:
Distrito:
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Fax:
Estado: SP
E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 27/09/2001
Data Limite Instalação:
Número do Processo: 538300017351998
Fistel: 50011457163
Caixa:
Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	279		Portaria	MC	14/06/2000	23/06/2000	Autoriza Executar Serviço	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	373		Decreto Legislativo	CN	26/09/2001	27/09/2001	Deliber. do C. Nacional	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	19693		ATO	SCM	08/10/2001	23/10/2001	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. <input type="text"/>
<input type="text"/>	64		Portaria	MC	05/02/2013	08/02/2013	Multa	Jur. <input type="text"/>

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA - CNPJ/CPF (02.682.166/0001-60)

Situação: Entidade não possui débitos

Município/UF: FARTURA/SP**Indicativo:** ZYM723**Canal:** 200**Dia Início**

Domingo ▼

Dia Fim

Sábado ▼

Hora Início

06:00 ▼

Hora Fim

24:00 ▼

X

X



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

DESPACHO

À Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo - DRMC/SP

Processo nº: **53000.055775/2011-40**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA**

Em atenção ao Memorando nº 1043/2016/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53900.015053/2014	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo aguardando análise da defesa;• Irregularidade apurada: Art. 11 c/c art. 21, inciso IV da Lei n. 9.612/98
Registros de PAIs ativos		<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo em conferência da análise;• Irregularidade apurada: Art. 11 c/c art. 21, inciso IV da Lei n. 9.612/98
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.013338/2010	<ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD• (1068991);• Portaria nº 64, de 05/02/2013, publicada no Diário Oficial da União de 08/02/2013 - MULTA;• Irregularidade apurada: art. 40, inciso XV do Decreto 2.615/98.• Infração: (data de ocorrência: 22/02/2010).

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Mascarenhas de Oliveira Solano, Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorgas, Substituta**, em 11/04/2016, às 17:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1068994** e o código CRC **B0F16895**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

NOTA TÉCNICA Nº 7227/2016/SEI-MC

Processo nº: **53000.055775/2011-40**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Fartura/SP**, por meio da Portaria nº **279**, publicada no DOU de 23/06/2000, e Decreto Legislativo nº **373**, publicado no DOU de 27/09/2001.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 27/09/2011. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 19/01/2012, pagina nº 07, evento SEI (0019731), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011 (então vigente). O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA

--

QUADRO DIRETIVO
EDUARDO RIBEIRO GARCIA - Presidente JOSÉ MAXIMIANO FILHO - Vice Presidente IVAN FERNANDES DE OLIVEIRA - Secretário VALDIR ROBSON PEREIRA - Tesoureiro

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998, a Norma nº 01/2011 e a Portaria nº 4334 de 17 de setembro de 2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011 e da Portaria nº 4334, de 17 de setembro de 2015.	Ok, páginas 106 a 113 e 114 a 121 do evento SEI (0019731).
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 02 a 04 do evento SEI (0007461).

3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 03 a 06 do evento SEI (0003525).
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 10 do evento SEI (0019731).
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, evento SEI (0963180).
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual.	Ok, página 12 do evento SEI (0019731).

7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011 (então vigente), versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 122 a 124 do evento SEI (0019731).
----	--	--

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI (1068994).

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 27/04/2016, às 15:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de São Paulo**, em 27/04/2016, às 15:57, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 29/04/2016, às 11:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 02/05/2016, às 13:58, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 06/05/2016, às 18:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1046390** e o código CRC **BD38E860**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.055775/2011-40**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **27/09/2011**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Fartura/SP**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos

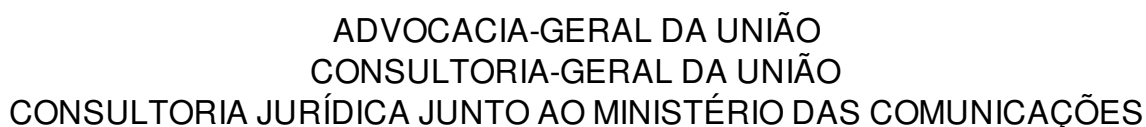
nº 53000.055775/2011-40 e nº 53830.001735/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/09/2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Fartura/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é tempestivo?			

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor**



Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo n.: 53000.055775/2011-40

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, SEI 1077566), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	x		Ok, páginas 07 e 09 do evento SEI (0019731).
1.1	O requerimento é tempestivo?	x		
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	x		Ok, página 10 do evento SEI (0019731).
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	x		Ok, evento SEI (0963180).
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	x		Ok, página 12 do evento SEI (0019731).
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	x		Ok, páginas 106 a 113 e 114 a 121 do evento SEI (0019731).
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	x		Ok, páginas 02 a 04 do evento SEI (0007461).
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	x		Ok, páginas 03 a 06 do evento SEI (0003525).
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011 (então vigente), sobre a programação veiculada pela emissora.	x		Ok, páginas 122 a 124 do evento SEI (0019731).

9	Relatório de apuração de infrações	x		Evento SEI (1068994).
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		x	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.	x		<p>Processo nº 53900.015053/2014 em trâmite: irregularidade: art. 11 c/c art. 21, inciso IV da Lei n. 9.612/98.</p> <p>Processo em trâmite: sem nº e sem data da ocorrência da irregularidade: art. 11 c/c art. 21, inciso IV da Lei n. 9.612/98.</p> <p>Não havendo informação sobre a data da ocorrência da irregularidade no processo acima, em tese, eventualmente poderia se configurar a reincidência, tratando-se da mesma infração.</p>



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 29/04/2016, às 11:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1077567** e o código CRC **D1D640B3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Memorando nº 1705/2016/SEI-MC

São Paulo, 09 de maio de 2016.

À Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorga

Assunto: **Informação sobre processos de apuração de infração em trâmite**

Processo nº: 53900.015053/2014 e processo s/nº

Interessado: Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura

Conforme Despacho Interno CODEN (SEI 1068994) os processos em referência se encontram em trâmite, sem informação sobre as datas das ocorrências, tratando-se das mesmas irregularidades, o que, em tese, poderia se tratar de caso de reincidência da mesma infração no mesmo ano.

Segundo Cota 180/2016/CONJUR/CGAJ (SEI 1066581), no processo nº 53000.069977/2013-31 da Associação Comunitária Itaguareense de Radiodifusão, da localidade de Itaguara/MG, há necessidade de informação das datas de ocorrência das infrações apuradas nos processos, para parecer conclusivo quanto à viabilidade jurídica da renovação da outorga conferida à entidade.

Assim sendo, solicitamos os préstimos dessa Coordenação, no sentido de informar as datas dos processos do despacho (1068994), sendo que o posicionamento definitivo quanto à renovação da outorga desta entidade ficará aguardando as informações.

Atenciosamente



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão**, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no



Estado de São Paulo, em 13/05/2016, às 09:47, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1121126** e o código CRC **BB19B6EF**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação
Eletrônica
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

DESPACHO

À Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo - DRMC/SP

Processo nº: **53000.055775/2011-40**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE FARTURA**

Em atenção ao Memorando nº1705/2016/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53900.015053/2014	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo aguardando análise da defesa;• Irregularidade apurada: Art. 11 c/c art. 21, inciso IV da Lei n. 9.612/98• Infração: (data de ocorrência: 26/02/2014 - data do Memorando 107/2014/CGRC/SCE-MC).
Registros de PAIs ativos	53900.020605/2016	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo em conferência da análise;• Irregularidade apurada: Art. 11 c/c art. 21, inciso IV da Lei n. 9.612/98• Infração: (data de ocorrência: 23/02/2016 - data da Certidão emitida no site da Justiça Eleitoral).
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.013338/2010	<ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD• (1068991);• Portaria nº 64, de 05/02/2013, publicada no Diário Oficial da União de 08/02/2013 - MULTA;• Irregularidade apurada: art. 40, inciso

XV do Decreto 2.615/98.

- Infração: (data de ocorrência: 22/02/2010).

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-Geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 18/05/2016, às 14:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1139986** e o código CRC **1A870E29**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

NOTA TÉCNICA Nº 13985/2016/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.055775/2011-40**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Fartura/SP**, por meio da Portaria nº **279**, publicada no DOU de 23/06/2000, e Decreto Legislativo nº **373**, publicado no DOU de 27/09/2001.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 27/09/2011. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 19/01/2012, pagina nº 07, evento SEI (0019731), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011 (então vigente). O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE
FARTURA

QUADRO DIRETIVO
EDUARDO RIBEIRO GARCIA - Presidente JOSÉ MAXIMIANO FILHO - Vice Presidente IVAN FERNANDES DE OLIVEIRA - Secretário VALDIR ROBSON PEREIRA - Tesoureiro

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998, a Norma nº 01/2011 e a Portaria nº 4334 de 17 de setembro de 2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011 e da Portaria nº 4334, de 17 de setembro de 2015.	Ok, páginas 106 a 113 e 114 a 121 do evento SEI (0019731).
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de	Ok, páginas 02 a 04 do evento

	Pessoas Jurídicas.	SEI (0007461).
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 03 a 06 do evento SEI (0003525).
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 10 do evento SEI (0019731).
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, evento SEI (0963180).
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 12 do evento SEI (0019731).

7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011 (então vigente), versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 122 a 124 do evento SEI (0019731).
----	--	--

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI (1139986).

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC.

À consideração superior.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC
de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssimo Senhor Presidente Interino da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.055775/2011-40**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **27/09/2011**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Fartura/SP**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da

Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.055775/2011-40 e nº 53830.001735/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/09/2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Fartura/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 22/06/2016, às 15:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo, Sub**, em 22/06/2016, às 17:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 28/06/2016, às 16:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 29/06/2016, às 14:44, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 04/07/2016, às 16:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1174610** e o código CRC **5E8BE287**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo n.: 53000.055775/2011-40

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, SEI 1077566), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	x		Ok, páginas 07 e 09 do evento SEI (0019731).
1.1	O requerimento é tempestivo?	x		
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	x		Ok, página 10 do evento SEI (0019731).
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	x		Ok, evento SEI (0963180).
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	x		Ok, página 12 do evento SEI (0019731).
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	x		Ok, páginas 106 a 113 e 114 a 121 do evento SEI (0019731).
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	x		Ok, páginas 02 a 04 do evento SEI (0007461).
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	x		Ok, páginas 03 a 06 do evento SEI (0003525).
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011 (então vigente), sobre a programação veiculada pela emissora.	x		Ok, páginas 122 a 124 do evento SEI (0019731).

9	Relatório de apuração de infrações	x		Evento SEI (1139986).
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		x	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		x	



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 28/06/2016, às 16:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1174689** e o código CRC **EE39E992**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.055775/2011-40**

Entidade: **Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 30/03/2017, às
11:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
1753334 e o código CRC **D8E3C939**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.055775/2011-40

SEI nº 1753334

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.055775/2011-40**

Entidade: **Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 31/03/2017, às 10:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1753341** e o código CRC **533444EC**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.055775/2011-40

SEI nº 1753341

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.055775/2011-40**

Entidade: **Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura**

Assunto: **Minutas de Portaria e Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 7227/2016 (1046390) e do Parecer Conjur nº 475/2015 (1077566), encaminho a Portaria e a Exposição de Motivos anexas, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 31/03/2017, às 19:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1753362** e o código CRC **3BFFF8A4**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.055775/2011-40**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **27 de Setembro de 2011**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Fartura/SP**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.055775/2011-40 e nº 53830.001735/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de **27 de Setembro de 2011**, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Fartura/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Referência: Processo nº 53000.055775/2011-40

SEI nº 1753362

PORTARIA Nº 1912/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.055775/2011-40 e nº 53830.001735/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de **27 de Setembro de 2011**, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Fartura/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1793298** e o código CRC **2D59CBF1**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.055775/2011-40, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de Setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Fartura/SP.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1793314** e o código CRC **3C2833CE**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.055775/2011-40

Entidade: Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura

Assunto: Minutas de Portaria e Exposição de Motivos

Á: CODIN

Publique-se.Tendo em vista a assinatura da Portaria nº 1912/2017/SEI-MCTIC.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 23/06/2017, às 18:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1983265** e o código CRC **6590EE3F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.055775/2011-40

SEI nº 1983265

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 27/06/2017 15:12:55
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4398365
Data prevista de publicação: 28/06/2017
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
9959211	ATO PORTARIA Nº 1896 MIN.rtf	8c49c17b3619e230 d171eb6fd9fd5f09	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9959212	ATO PORTARIA Nº 1897 MIN.rtf	5db29d4c7897a42c c218856c43de418d	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9959213	ATO PORTARIA Nº 1898 MIN .rtf	e0aa467f5f9f9907 d0c06b217829df5b	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9959214	ATO PORTARIA Nº 1899 MIN .rtf	a573f49f8bb350b7 f3a59110f70e4256	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9959215	ATO PORTARIA Nº 1900 MIN .rtf	81dd1664784584db 1191dfa7f5b9a6a0	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9959216	ATO PORTARIA Nº 1901 MIN.rtf	cfa5244dd043c758 fff2453427e945d4	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9959217	ATO PORTARIA Nº 1902 MIN .rtf	9e499f5a5822e64b 67ef986de044f617	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9959218	ATO PORTARIA Nº 1903 MIN.rtf	eca8f11af31213bc d865b8c14bdf30c2	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9959219	ATO PORTARIA Nº 1904 MIN.rtf	b4c1a967cc116d3f a7bfc8847b1b609b	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9959220	ATO PORTARIA Nº 1906 MIN.rtf	4223a9eb7160b232 4059be560964b810	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24

9959221	ATO PORTARIA Nº 1907 MIN .rtf	1b88534e5e148d01 25458acf9649847c	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9959242	ATO PORTARIA Nº 1908 MIN.rtf	b0a840af4701368a ef4b31dff90e4f17	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9959244	ATO PORTARIA Nº 1909 MIN.rtf	68cb0a70b84caf58 0c132919f3061dfe	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9959245	ATO PORTARIA Nº 1910 MIN.rtf	c26e859c9efff821 39c17abe94207252	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9959246	ATO PORTARIA Nº 1911 MIN.rtf	1781cc2ed8012f66 071d38850babd557	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9959247	ATO PORTARIA Nº 1912 MIN.rtf	ed4f1fb1f92ceecc b26ab7c04c71887b	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9959248	ATO PORTARIA Nº 1913 MIN.rtf	e7e073fdd89daf7b 4ce1052600cb53e9	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9959249	ATO PORTARIA Nº 1914 MIN.rtf	bc5d4718767fafbe 31c66e2fc5506278	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9959250	ATO PORTARIA Nº 1916 MIN.rtf	985743cfe7d8bb8b af1d8c52524318b6	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9959251	ATO PORTARIA Nº 1917 MIN.rtf	31687d9550409ec2 072b0148c8aa1f2a	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			122,00	R\$ 4.030,88



Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.901-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001201/1998 e nº 53000.015612/2013-96, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO DE VARZEDO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Varzedo/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.902-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.007329/2014-71 e nº 53640.001545/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de maio de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE MORDADORES DO BRAVO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Serra Preta/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.903-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.069884/2013-14 e nº 53790.001346/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de Julho de 2013, a autorização outorgada à Sociedade Carnavalesca 25 Horas, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Boa Vista das Missões/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.904-SEI, DE 7 E JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.070526/2013-46 e nº 53640.0002019/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de fevereiro de 2014 a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TREMEDAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tremedal/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.906-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.051378/2012-80 e nº 53700.000652/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Caracol/MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.907-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53103.000101/1998 e nº 53900.038993/2015-08, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de novembro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA LUIZ MORAES, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Vicência/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.908-SEI, DE 7 DE JUHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.008065/2014-20 e nº 53830.000549/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Dourado, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dourado / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.909-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53730.000055/1999 e 53900.017561/2015-55, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de junho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE PEDRAS DE FOGO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Pedras de Fogo/PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.910-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058095/2011-88 e nº 53760.000470/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de novembro de 2010, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio de São João do Piauí para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São João do Piauí/PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.911-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.021042/2014-19 e nº 53103.000596/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educacional e Cultural de Abreu e Lima - ACECAL para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Abreu e Lima/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.912-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.055775/2011-40 e nº 53830.001735/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de Setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Fartura/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.913-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53790.000022/1999 e nº 53900.041642/2015-76, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de novembro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO MÃE RAINHA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Independência / RS.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 07/06/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1940395** e o código CRC **F9A58E18**.

Referência: Processo nº 53000.055775/2011-40

SEI nº 1940395



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 31143/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
EDUARDO RIBEIRO GARCIA
Representante Legal da Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura
Rua Jeronimo de Andrade nº 135
18.870-000 / Fartura – SP

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.055775/2011-40.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura, sediada em **Fartura - SP**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **27/09/2011**, conforme Portaria nº 1.912, de 07/06/2017, publicada no DOU de 28/06/2017. (cópia anexa).
2. Comunicamos ainda que a entidade deverá aguardar a emissão da nova Licença, que somente poderá ser emitida após a deliberação do Congresso Nacional acerca do ato de renovação, por meio de publicação do Decreto Legislativo no Diário Oficial da União.
3. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 19/07/2017, às
10:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
2037056 e o código CRC **7C818FB9**.

Brasília, 19 de Setembro de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.055775/2011-40, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de Setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Fartura/SP.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E

CEP: 70067-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 43347/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

MARCELO PACHECO DOS GUARANY

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,







Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

914/2017	✓	53000.006805/2014-37	Associação das Mulheres Produtoras Sítio Alegre
916/2017	✓	53000.014127/2010-52	Associação Comunitária Ipanema de Radiodifusão
918/2017	✓	53000.013444/2010-51	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro)
919/2017	✓	53900.003577/2014-16	Conselho Comunitário de Radiodifusão de Veranópolis
921/2017	✓	53900.009349/2014-33	Associação Comunitária Claraval
923/2017	✓	53000.057231/2011-12	Associação Radio Comunitária Campestre FM
925/2017	✓	53900.001487/2014-74	Associação Cultural das Entidades Mantenedoras de Radiodifusão Comunitária

926/2017	C	53000.027624/2012-82	Associação Cultural e Educativa de Vera Cruz do Oeste - ACEVE
927/2017	C	53900.021042/2014-19	Associação Comunitária Educacional e Cultural de Abreu e Lima – ACECAL
931/2017	C	53000.058095/2011-88	Associação Comunitária de Rádio de São João do Piauí
932/2017	C	53000.069884/2013-14	Sociedade Carnavalesca 25 Horas
933/2017	C	53000.028900/2013-19	Associação Comunitária Vila Alzira
934/2017	C	53000.055766/2011-59	Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social
935/2017	C	53000.055775/2011-40	Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura
936/2017	C	53000.056613/2011-29	Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro
937/2017	C	53900.008065/2014-20	Associação Comunitária Dourado
938/2017	C	53900.008480/2014-83	Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro-CE
942/2017	C	53000.015612/2013-96	Associação Comunitária da Comunicação Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico De Varzedo
943/2017	C	53000.039997/2012-04	Associação Movimento Rádio Comunitária Paixão FM
961/2017	C	53900.017561/2015-55	Associação Comunitária dos Amigos de Pedras de Fogo
962/2017	C	53000.070526/2013-46	Associação Comunitária de Tremedal
963/2017	C	53000.051378/2012-80	Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol
970/2017	C	53900.012810/2014-35	Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol
975/2017	C	53900.007769/2015-66	Associação Comunitária Cultural Carmelitana

976/2017	C	53900.042116/2015-23	Associação Comunitária Sambeneditense
977/2017	C	53900.041642/2015-76	Associação Mãe Rainha
978/2017	C	53000.056644/2012-61	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Nova de Goianésia
979/2017	C	53000.042814/2013-19	Associação Comunitária Cultural, Terapêutica E Ambiental de Imperatriz
980/2017	C	53900.017153/2015-01	Associação Comunitária Pratapolense de Radiofusão
981/2017	C	53900.046836/2015-68	Associação Civil Filantrópica Asilo Vila do Sol
982/2017	C	53900.039463/2015-79	Associação Comunitária de Radiodifusão Ondas de Paz de Alto Rio Novo/ES
983/2017	C	53900.046499/2015-17	Associação Cultural e Comunitária de Itaberaí
985/2017	C	53900.039625/2015-79	Associação Comunitária de Comunicação Educativa - Acce
986/2017	C	53000.050949/2012-69	Associação Comunitária de Radiodifusão de Junqueirópolis
992/2017	C	53000.073920/2013-36	Associação Comunitária Deus e o Povo do Sítio Cavaleiro Município das Correntes PE
994/2017	C	53000.026277/2011-90	Instituto Movimento da Comunidade
995/2017	C	53000.055153/2010-31	Associação Rádio Comunitária Balsas FM
999/2017	C	53000.022324/2010-45	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Morretes
1002/2017	C	53000.051747/2011-53	Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico E Cultural de Vale de São Domingos (acodac)
1004/2017	C	53000.029342/2009-14	Associação Comunitária Voz da Liberdade de Turilândia (liberdade Fm)
1005/2017	C	53000.043193/2011-11	Associação Comunitária de Comunicação Cultural, Social e Turística de Vassouras

1006/2017 	53000.057527/2011-33	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Arte Cultura Unidos de Guaraqueçaba
1009/2017 	53000.053969/2012-91	Associação de Preservação Ambiental e Cultural de São Salvador do Tocantins
1010/2017 	53000.072859/2013-18	Associação Educativa do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Vila Velha
1012/2017 	53000.003765/2014-71	Associação Comunitária Cultural e Educacional de Ponta Porã

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017**, em 09/10/2017, às 15:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2269855** e o código CRC **C818B2F0**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 43347/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2269855

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.055775/2011-40
Referência: Ofício nº 043347/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 043347/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Evelize de Oliveira Lima, Chefe de Serviço**, em 01/11/2017, às 17:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2354594** e o código CRC **18AAE1E4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.055775/2011-40

SEI nº 2354594

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC
53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)
53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)
53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)
53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)
53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)
53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)
53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)
53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12 - Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)	
53000.057439/2011-31 - Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)	

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.055775/2011-40.**

Entidade: **Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/07/2019, às 16:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4373470** e o código CRC **CF524FC9**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.055775/2011-40, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura, inscrita no CNPJ nº 02.682.166/0001-60, explore pelo prazo de dez anos a partir de 27 de Setembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Fartura, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13985/2016/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1912, de 07 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.055775/2011-40

SEI nº 4373470

Brasília, 3 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.055775/2011-40, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura, inscrita no CNPJ nº 02.682.166/0001-60, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 27 de Setembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Fartura, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 13985/2016/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1912, de 07 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37224/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.055775/2011-40.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4702444** e o código CRC **6BFC6242**.